

85

DUTRA (1883-1974)

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES
BIBLIOTECA

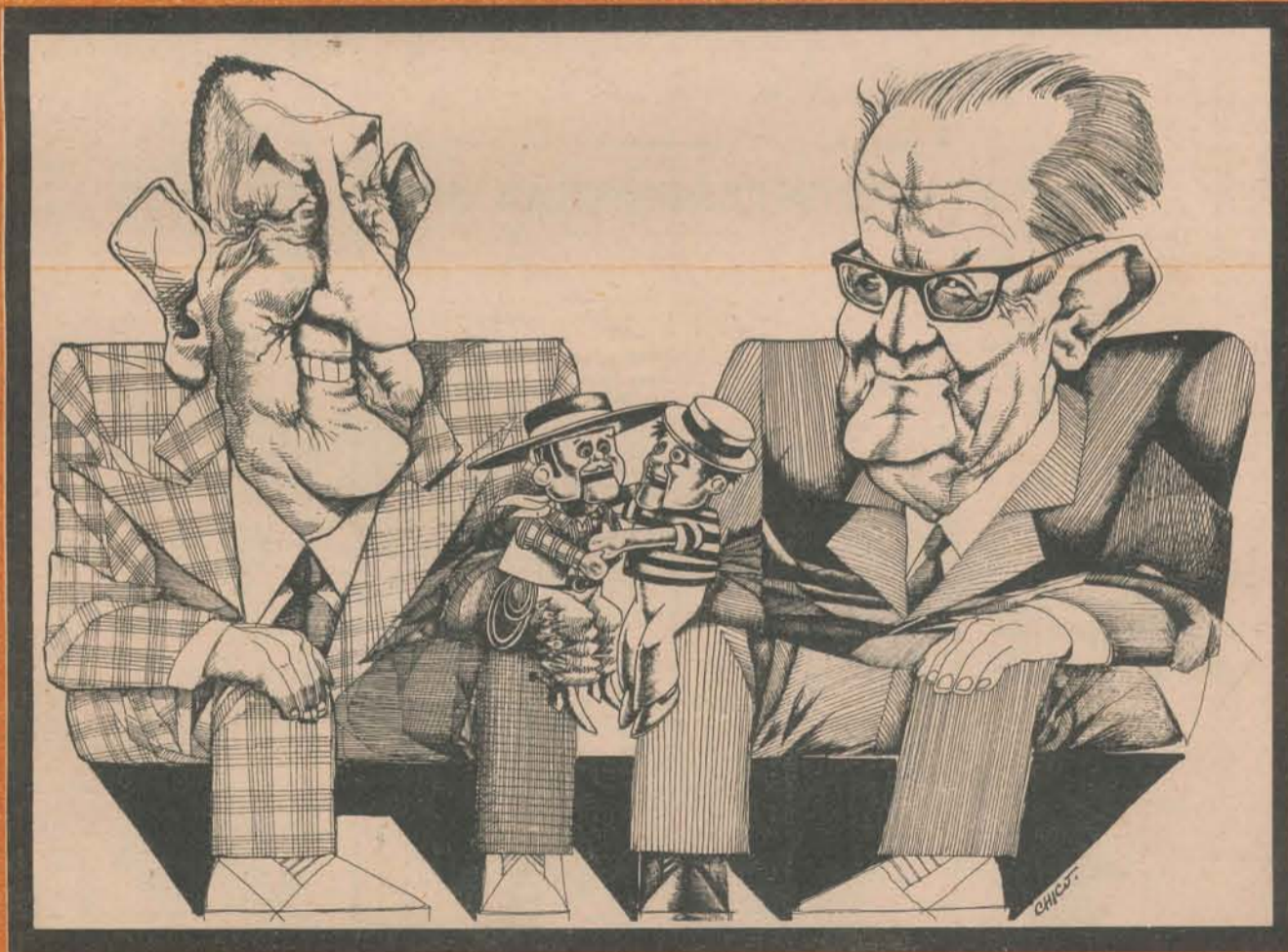
Opinião

Cr\$ 4,00 n.º 85 24 de junho de 1974

com a edição semanal brasileira do

Le Monde

O entendimento Brasil-Argentina



O CORAÇÃO DE OURO

Who lives in Minas

A group of stone statues in the town of Congonhas contains the Baroque heritage of Europe, though they were sculpted by Aleijadino, son of an 18th century slave who is now regarded as one of the world masters of the Baroque school.

The people of Minas Gerais — Mineiros — are Brazil's highlanders. As such they are said to have many of the qualities of the Scot. They have a capacity for deep friendship, a dour honesty, and a clear concept of the value of money. One Mineiro wrote "We are a mountain people; suspicious, cautious, cool, impassive; with a certain disdain of materialism and frivolity. Salesmen of novelties and glitter are greeted by ironic smiles".

Like the Scot, the Swiss, or the Japanese, the Mineiro is discreet. He is outwardly unemotional; he is self-controlled and prudent. A man from Minas considers a stranger's exuberant gestures to be outward compensation for a lack of real ideas. However, the Mineiro's reserved exterior does not reflect inner coolness, but covers an intense inner life. He enjoys the company of others; he loves stories, and tells them well.

Many Mineiros are tall, spare, angular, and tan of skin, but no color barriers exist in Minas; in myth or in fact. Men and women of all nations and all races are openly received in Minas. One also finds an absence of class consciousness, and this attitude is matched by a democratic sense that all men are equal.



Belas e floridas paisagens; um povo saudável e despreocupado; lindas mulheres; magníficos clubes, parques e estádios: essas são as imagens de um Estado brasileiro apresentadas por um requintado folheto a cores que em breve será distribuído nas grandes capitais do mundo ocidental desenvolvido. Em inglês, e sob o título *Introduction to Minas Gerais — Brazil*, o livreto elaborado pelo Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais — INDI — revela como o governo mineiro pretende atrair investidores estrangeiros.

O objetivo do folheto é mostrar aos "homens de negócio, industriais e banqueiros investidores" que "o Brasil — e Minas Gerais especificamente — merece sua atenção" na hora de planejarem seus negócios de modo geral e "possam participar da industrialização crescente da maior nação da América Latina", onde existe "uma base de recursos extremamente rica, uma grande estabilidade política e a determinação de ser um líder entre as nações industriais do mundo".

Como "Minas pretende atuar em larga escala na preparação para tornar o Brasil uma grande nação sul-americana... nação que está muito envolvida num mundo multinacional e interdependente... eles (os mineiros) estão procurando por outras pessoas de fora do Estado para juntarem-se a eles" no cumprimento desta tarefa.

Esta união, esclarece o folheto, pode ser feita com "empresários locais, estaduais ou nacionais", pois "qualquer que seja a escolha (do investidor estrangeiro), existem mineiros ativos e inteligentes que não desejam nada mais além de ver a prosperidade de sua terra".

De forma minuciosa e didática, o livreto descreve o que seriam essas "qualidades" do povo mineiro que são um estímulo para o investidor:

- "o clima de Minas é como o caráter do mineiro, não há mudanças violentas de temperatura".

- "encontra-se também... uma ausência de consciência de classe, atitude que combina com o senso democrático de que todos os homens são iguais".

- "e o mineiro trabalha muito, em construções e fábricas; não há segundas-feiras perdidas, pois cada mineiro sente um forte senso de obrigação pessoal de realizar o seu trabalho".

Até no terreno doméstico, Minas tem "outra grande vantagem; é a presença de empregadas domésticas inteligentes, competentes... enérgicas e ativas que têm prazer em fazer bem o seu trabalho".

Finalmente, o governo mineiro lembra ao possível investidor estrangeiro que "aqui, no coração da América do Sul, em outro hemisfério, se constrói uma fronteira de grandes promessas", tão sedutora que levou um francês a afirmar: "Minas tem um coração de ouro num peito de ferro".

A soja dos políticos

Não é a inflação da soja, ou a da banha de cozinha, que está atormentando os políticos. É a inflação eleitoral. Os que chegam do interior do país contam coisas de assustar os candidatos novos.

Aloisio Campos, ex-diretor do Banco do Nordeste, já duas vezes derrotado para o Senado pela Paraíba, é mais uma vez candidato da ARENA. Numa conversa com deputados federais, perguntaram-lhe, esta semana:

— Você sabe quanto está

custando uma campanha para senador?

— Já fui duas vezes candidato, sei de sobra.

— Mas como agora, nunca. Na Paraíba, por exemplo, você vai ter que gastar no mínimo um bilhão (um milhão novo).

— Pois já fiz minhas contas e sei que vou ter que ir ao dobro. Temos 170 municípios. A 10 mil por cada um, Cr\$5 1.700 mil.

O fundo

Dom José Falcao, piedoso arcebispo de Teresina, foi aconselhado por amigos, no ano passado, a pôr para render os minguados recursos da arquidiocese. Pôs. Investiu Cr\$ 62 mil no Fundo de Investimento do Banco Real.

Esta semana, o secretário do arcebispo, padre Melo, foi ao fundo ver como andava a poupança da arquidiocese. Dos 62 mil, recebeu apenas Cr\$ 23 mil.

De quem o pecado? Lá mesmo, no Piauí, o médico Lucídio Portela, irmão do senador Petrônio Portela, pôs há pouco mais de um ano 100 mil cruzeiros em um Fundo. Agora foi ver como estava. Recebeu de volta Cr\$ 30 mil.

Alto nível

O MDB gaúcho resolveu inovar na campanha deste ano: criou um organismo de campanha eleitoral chamado Grupo Precursor. A exemplo do que fazem os Grupos Precusores da Presidência, que normalmente abrem caminho para qualquer viagem do chefe do governo, os integrantes do Grupo Precursor do MDB são os primeiros a chegar nas cidades onde a oposição se

apresentará. Mas têm uma tarefa específica aparentemente mais profunda do que a dos *batedores* governamentais.

"Procuramos dar assessoria técnica à campanha, ao nível do Senado", explicou André Foster, coordenador do Grupo. Assim, quando o candidato Paulo Brossard desembarcou nos municípios de Osório, Ijuí, Santo Angelo, dom Pedrito, São Leopoldo e Viamão, nos últimos três fins de semana, estava de posse de uma quantidade enorme de dados e opiniões sobre a situação local. "Isto tem feito com que a campanha cresça um pouco de nível", disse a *Opinião* o sociólogo André Foster. Com ele trabalham também economistas, advogados e psicólogos, todos remunerados pelo MDB.

Liderança

O industrial gaúcho Jorge Gerdau Johannpeter ficou numa situação muito delicada ao vender o controle acionário do Bausulvest — o maior banco de investimentos do sul do país — para o Banco de Investimento do Brasil do grupo Moreira Salles. Sem ter consultado seus antigos aliados da Ipiranga, Casa Masson, Renner e Abramo Eberle, que através da *holding* Corpora detinham 7 por cento do capital do banco, o industrial acabou jogando-os para o lado dos empresários que já se opunham à sua liderança no Rio Grande do Sul. A Corpora não ganhou nada com a venda. E está fazendo questão de dizer que estranha muito que o sr. Jorge Gerdau tenha se desfeito do Bausulvest, um banco de capital estritamente gaúcho. É que em setembro de 1971 o diretor da Siderúrgica Riograndense empunhou valentemente a bandeira da regionalização bancária, tentando e conseguindo impedir a venda do Sulbanco para o Comercial Brasul.

O capital do Bausulvest estava dividido entre o grupo

Gerdau (majoritário), a *holding* Corpora e o Banco Francês e Italiano para a América Latina (Sudameris). O grupo Gerdau passou ao BIB o controle acionário do Bausulvest pelo valor de seus prejuízos — calculados em 200 milhões de cruzeiros — e ainda se comprometeu a adquirir 5% do capital do BIB, uma operação que lhe custará Cr\$ 150 milhões. Parece que o único sócio do Bausulvest que poderá ganhar alguma coisa com a operação é o Sudameris, que estava tentando negociar sua participação no Bausulvest (33%) por 61 milhões de cruzeiros.

Contando a história

O senador Tarso Dutra, que finalmente decidiu incorporar-se ao coro da campanha arenista no Rio Grande do Sul, depois do *frisson* provocado pela sua anunciada decisão de se retirar da luta, para não dizer que está totalmente conformado com o alijamento do seu nome para o governo do Estado, revelou que

PALAVRAS

- Do professor Lincoln Continentino, um dos mais antigos defensores do meio-ambiente de Belo Horizonte, durante uma conferência na Câmara Municipal sobre o problema da poluição da cidade: "O governo do Estado, empolgado pelo desenvolvimento industrial, não deu prioridade ao planejamento da região metropolitana de Belo Horizonte para reduzir ao mínimo os perigos e inconvenientes da poluição ambiental, que já assumem o vulto da calamidade pública... A exploração indiscriminada de minério na área da cidade, poluindo as águas que vão abastecer a população, é uma atividade suicida e uma séria ameaça à nossa saúde. Se não forem adotadas normas de planejamento ambiental drásticas, a situação aqui se tornará intolerável, devido às indústrias e minerações que envolvem toda a cidade".

- Do coronel Antonio Erasmo Dias, secretário de Segurança de São Paulo, definindo o trabalho da polícia no combate ao crime, em prática, atualmente, na capital paulista: "Uma operação militar desenvolvida 24 horas por dia".

- Do ex-vice presidente Pedro Aleixo, a respeito do Partido Democrático Republicano, que sonha em criar, e das eleições de 15 de novembro: "Fui liberal quando a liberdade estava ameaçada e conservador quando a ordem estava ameaçada".

- Da Associação dos Distribuidores Autônomos de Leite criticando a reidratação do leite em pó, proposta pela Federação da Agricultura de São Paulo para acabar com a falta de leite *in natura*: "A medida fere os interesses dos produtores, do povo, da nação, tudo a pretexto de proteger a prosperidade de grandes grupos industriais".

- Do economista Edmar Lisboa Bocha, da Universidade de Brasília, falando ao *Jornal do Brasil* sobre o modelo brasileiro de desenvolvimento: "A imposição de uma meta de crescimento zero à indústria automobilística e a outros setores produtores de bens de luxo poderia resolver o problema do balanço de pagamentos a curto prazo. Mas como poderia manter-se a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto? Basicamente através da constituição de um mercado de massas, comprador de bens de consumo popular acoplado ao programa de substituição de importações na indústria de bens de capital. Ou seja, substituir-se-ia o consumismo prematuro de uma camada restrita da população por um mercado de massas e constituir-se-ia por aproximadamente 80% da população economicamente ativa brasileira, que ganha até dois salários mínimos".

- Do secretário-geral do Planejamento, Reis Velloso, em entrevista à *Folha de São Paulo*: "Nos últimos 10 anos, jamais tivemos tanta comunhão de idéias na execução do projeto econômico. Todos os ministros da área econômica dão expediente em Brasília, a gente almoça junto, as reuniões ministeriais se sucedem, o presidente da República participa de tudo, a coordenação é geral, é física, o jogo é de equipe".

- Do ex-ministro da Agricultura e futuro governador de Pernambuco, José de Moura Cavalcanti, sobre a anunciada decisão do deputado Etelvino Lins (ARENA-Pernambuco) de retirar-se da vida parlamentar, insatisfeito com a indicação de Moura para a sucessão estadual: "Cada dia me convenço mais de que vivemos em um país maravilhoso, onde todos os homens podem manifestar livremente seu pensamento".

ACIDENTES DE TRABALHO

| Ano | Total de trabalhadores acidentados | Total de trabalhadores segurados no INPS | Porcentagem de acidentados sobre trabalhadores segurados |
|----------|------------------------------------|--|--|
| 1969 | 1.059.296 | 7.268.449 | 14,57% |
| 1970 | 1.220.111 | 7.284.022 | 16,75% |
| 1971 | 1.330.523 | 7.553.472 | 17,61% |
| 1972 | 1.504.723 | 7.773.374 | 19,36% |
| 1973 (1) | 1.800.000 | 7.900.000 | 22,78% |

Fonte: Instituto Nacional de Previdência Social — INPS
(1) Estimativa

Atarante, espantoso, aterrador, melancólico — são os adjetivos usados pelo Instituto Nacional de Prevenção de Acidentes — INPA — para qualificar o crescimento do índice anual de acidentes de trabalho registrados nos últimos cinco anos. Uma série de dados estatísticos divulgados pelo INPA, no dia 12 de junho, parece justificar os adjetivos empregados. Por exemplo: enquanto nos últimos cinco anos o número de trabalhadores segurados no INPS elevou-se de apenas 8,7%, aproximadamente, o número de trabalhadores acidentados, em igual período, passou de 1.059.296 em 1969, para cerca de 1.800.000, em 1973 (ver quadro) — "um desolador acréscimo de quase 70%", diz o INPA.

Segundo o INPA, em 1972, o INPS procedeu à liquidação de acidentes que determinaram a morte ou a invalidez permanente de aproximadamente 50 mil operários brasileiros. "E o fato se reveste de maior gravidade", diz o INPA, "quando se verifica que essas ocorrências trágicas (...) atingiram precisamente as camadas mais humildes das populações urbanas do país, uma faixa social que normalmente vive em condições precárias".

Governadores



O trabalho do senador Portela

Dizem pessoas afeitas à arte de politizar que uma das regras básicas da bem sucedida articulação política é o segredo. Ninguém pode duvidar de que o senador Petrônio Portela, presidente da ARENA, seja dos seus seguidores mais escrupulosos: recebeu, há cinco meses, do general Ernesto Geisel, a missão de articular as sucessões estaduais, viajou por todo o país com esta declarada finalidade, conversa pelo menos uma vez por semana com o presidente da República sobre sua intensa atividade e, não obstante, até hoje, quando a sua missão chega ao final, não se conhecem, nos meios políticos, os reais critérios que nortearam as escolhas. Nem muito menos se sabe, exatamente, que tipo de participação Petrônio Portela teve em todo o processo.

A princípio, os desanimados parlamentares brasileiros chegaram a pensar que o presidente da ARENA desempenharia, apenas, o papel de um mensageiro privilegiado. A escolha, em São Paulo, do ex-ministro Paulo Egydio (do governo Castelo Branco) contra a opinião de um forte esquema político favorável ao também ex-ministro Delfim Netto (do governo Médici) reforçou essa teoria, na medida em que toda a ação de Petrônio Portela limitou-se, naquele momento, a uma articulação em favor do candidato que muito já supunham ser o preferido do presidente Geisel. Ainda neste linha de interpretação, foi entendido o recado do presidente da República, transmitido por Petrônio Portela através da imprensa, aos atuais governadores, para que não mais pretendessem candidatar-se ao Senado. As regras já estão fixadas e Petrônio apenas as anuncia — confidenciavam os políticos, reservadamente.

Tal conclusão sofreu um abalo substancial já na segunda viagem de Petrônio Portela, feita ao Rio Grande do Sul. Certo de que um dado da questão fora transmitido por Portela aos políticos gaúchos ainda em Brasília, como uma espécie de recado: o governo não aceitaria a candidatura do senador Tarso Dutra, embora este tivesse a maioria do partido e, até, o apoio do governador. Mas, a partir daí, ficou evidente que a ação articulatória do presidente da ARENA realmente existia. Conversando, preliminarmente, em Brasília com os políticos gaúchos e realizando, depois, em Porto Alegre, uma votação em que perguntou a cada membro importante da ARENA sua preferência para o governo, Petrônio Portela realçou sua missão, embora dando origem a um novo mal-entendido. Isso porque os políticos concluíram, neste instante, que o mais votado seria o futuro governador a ser escolhido. A hipótese, absolutamente, não se realizou, pois Sivalva Guazelli — deputado federal pouco votado na consulta — acabou merecendo a indicação, mas, por outro

lado, pareceu claro aos políticos que o senador Petrônio Portela desempenharia algum papel na sua escolha.

Desde então o presidente da ARENA já visitou todos os Estados brasileiros, realizando idênticas articulações em seu gabinete do Senado. As indicações, porém, não acompanharam o ritmo das viagens. Foram se tornando cada vez mais demoradas e, nitidamente, trabalhosas. E à medida que foram sendo conhecidas, aumentaram o mistério sobre a missão Portela. Quando da escolha de Guazelli, os observadores políticos notaram que o escolhido fora exatamente aquele que tinha menos arestas com os vários grupos da ARENA gaúcha. Como Petrônio Portela esclarecia, sempre, em Brasília, que sua missão procurava "o consenso" da ARENA em cada Estado, foi fácil concluir que esta palavra significava a busca do candidato menos compromissado em cada Estado, aquele cuja escolha ensinasse a união do partido com vistas ao pleito parlamentar deste ano. Assim, os candidatos radicais, nitidamente identificados com determinados grupos ou correntes da ARENA, caíram de cotação junto aos entendidos.

As duas escolhas que se seguiram pareceram confirmar inteiramente tais observações. No Pará, a indicação do ex-reitor Aluísio Chaves era a que menos radicalizaria a disputa política entre as correntes do senador Jarbas Passarinho e do ex-governador Alacide Nunes. Em Goiás, o técnico Irapuã Costa Júnior estava, também, exatamente no centro da luta entre os grupos do governador Leonino Caiado e do ex-governador Otávio Laje. Já em Alagoas, o deputado estadual Divaldo Suruagy fora o mais votado e não recebera votos de nenhum dos outros concorrentes. E, na Bahia, o nome do professor Roberto Santos surgiu como *tertius* perfeito para a radicalizada divergência entre os seguidores do governador Antônio Carlos Magalhães e do deputado estadual Jutai Magalhães (filho do ex-governador Juracy Magalhães) e tanto que foi votado por ambos os grupos.

Contudo, outros acontecimentos acabaram mostrando que a palavra "consenso" ainda podia encontrar outros significados. Para o Paraná o indicado foi Jaime Canet Junior, industrial e vice-governador, lançado candidato com exclusividade pelo ministro da Educação, Ney Braga, e, por isso mesmo, combatido pelas outras correntes da ARENA local, comandadas pelo ex-governador Paulo Pimentel, e pelos senadores Acioly Filho e Matos Leão. E para a Paraíba, o candidato identificado com a corrente do governador Ernani Sátiro, o ex-deputado federal Ivan Bichara acabou sendo o escolhido, mesmo contestado pela forte corrente do ex-

senador João Agripino.

Em ambos os casos, os doutrinadores do "consenso" esperavam que fossem indicados nomes menos identificados com uma determinada corrente, ou, até, com elas inteiramente descompromissados. Tais nomes existiam e foram votados nas prévias realizadas por Petrônio Portela. Um deles, Clovis Bezerra — vice-governador da Paraíba — chegou a ser o mais votado, como resultado de uma manobra do ex-senador João Agripino, que acreditava nesta definição do consenso. (Agripino soube que Sátiro incluíria o nome de Bezerra, como candidato secundário, numa lista triplíce de opções em que Bichara seria o preferido e, imediatamente, mandou que seus comandados votassem nele maciçamente, a fim de transformá-lo no consenso.)

Pareceu claro, em consequência, que os candidatos lançados por Sátiro e Ney Braga acabaram indicados porque contavam com simpatias dentro do sistema, anteriores à ação articulatória do senador Petrônio Portela. Todos sabiam, por exemplo, que Ivan Bichara fora fundador da UDN na Paraíba, ao lado do venerando José Américo de Almeida, homem de profundas relações com o governo Geisel. Da mesma forma, ninguém desconhecia que o ministro Ney Braga — senador licenciado e general da reserva — era o político com maior trânsito junto ao atual presidente. O que não se pensava é que tais considerações pudessem se sobrepor à articulação do presidente da ARENA e aquilo que se acreditava ser seu critério básico.

A situação dos Estados onde as soluções se tornaram mais difíceis contribuiu para tornar ainda mais confusa as interpretações acerca do sentido da missão Portela. No Espírito Santo, por exemplo, os candidatos mais votados nas consultas foram dois congressistas: o deputado federal José Carlos Fonseca e o senador Eurico Rezende. No entanto o indicado foi um terceiro, também congressista: o deputado federal Elcio Alvares. A primeira alegação, para o afastamento de Rezende e Fonseca das cogitações, era a de que o governador do Espírito Santo deveria ser preferencialmente um técnico. Caberá ao Estado uma vultosa soma de recursos para desenvolvimento da siderurgia e dos transportes, principalmente tendo em vista a importância dos seus portos marítimos, e isso justificaria a preferência. Mas essa tendência viu-se afinal desmentida pela escolha de Alvares, um político que, para aumentar a confusão, foi apadrinhado pelo senador Rezende, e cujo nome foi acrescentado em 13.º lugar na lista de 12 nomes apresentada pelo atual governador, Artur Gerhart dos Santos.

Em Pernambuco, onde a decisão também vinha sendo adiada, parece ter prevalecido o critério que poderia ser chamado de critério da ligação direta.

O escolhido, ex-ministro da Agricultura José Francisco Moura Cavalcanti, tivera a gentileza de ceder seu escritório e sua residência no Rio ao então candidato general Ernesto Geisel, e seu nome fora aventado para a equipe ministerial. Era tido como favorito desde o princípio, embora contasse com a oposição de alguns grupos, como o do deputado federal e ex-governador Etelvino Lins. Oposição colocada em termos tão radicais que Etelvino anunciou sua intenção de retirar-se da vida pública, não se candidatando à reeleição, assim que soube da decisão favorecendo Cavalcanti. Já em Santa Catarina, a escolha de Antônio Carlos Konder Reis reforçou a tese do consenso e da unidade partidária, pois com a candidatura do ex-governador Ivo Silveira ao Senado criará condições de unificação da ARENA no Estado, tradicionalmente dividida entre a ex-UDN, representada pela clã dos Konder-Bornhausen e o ex-PSD, representado pelos Ramos (se Silveira não for o candidato a senador este será o Joaquim, ou Celso Ramos).

A solução Aureliano Chaves, para Minas Gerais, teria componentes que poderiam ser atribuídos ao critério da ligação direta, pois esse deputado foi insistentemente cogitado para o Ministério, ao da candidatura técnica, porque trata-se de um engenheiro e professor de engenharia, e ao do consenso, já que até agora — a não ser que o governador Rondon Pacheco o tenha feito na audiência que teve com o presidente da República — ninguém se opôs frontalmente à sua indicação.

Diante de todos esses caminhos, alguns paradoxalmente conflitantes, percorridos pela missão Portela, fica difícil esclarecer totalmente os seus mistérios. A esta altura, porém, já se pode concluir com certa base de segurança que ela não foi nem insignificante, como se chegou a pensar de início, nem atingiu a importância que lhe foi atribuída num certo momento. Parece evidente que a sua característica fundamental foi a ausência do tão buscado critério. O chamado consenso foi um objetivo procurado em alguns Estados onde tal busca foi possível, sem ferir interesses prévios já assentados. Nos Estados mais importantes penetraram, necessariamente, no processo de escolha, outras considerações, tais como os interesses econômico-financeiros ali sediados, e as ligações pessoais dos candidatos e a confiança que desfrutaram junto a altos membros do novo governo federal.

Quando a missão Portela já estava chegando ao seu ocaso, revelou-se em Brasília que um triunvirato composto pelo presidente Geisel, pelo chefe do Gabinete Civil, general Golbery do Couto e Silva, e pelo presidente da ARENA se encarregara de julgar os candidatos a cada governo estadual, cabendo o supremo veredito, como seria de se esperar, ao presidente da República. Revelou-se também que o SNI — a cuja investigação o senador Portela entregava listas preliminares antes de seguir para cada um dos Estados — colaborou com informações pessoais sobre os candidatos e os atuais governadores, e tornou-se o repositório natural das intrigas e das denúncias que os ameaçados de denúncia usaram como arma corriqueira.

Assim, o processo de escolha dos governadores brasileiros, em 1974, não diferiu essencialmente do de 1970, quando o então presidente da ARENA Rondon Pacheco, percorreu o país jnخورavelmente precedido em cada capital pela visita de um emissário da confiança direta do Palácio do Planalto; e a decisão final coube sempre ao presidente Médici. A única novidade pode estar no alargamento da área de consulta, permitida a audiência dos meios políticos tradicionais pelo senador Petrônio Portela. E, talvez, no estabelecimento de algumas restrições antes inexistentes, como a não-escolha de oficiais do Exército, sem vida política anterior.

Não se pode afirmar, porém, que tenha havido qualquer mudança substancial, como, por exemplo, que tenha sido dado qualquer passo no caminho da maior autonomia das forças políticas estaduais. Os grupos mais antigos — cujo poder geralmente

ainda deriva da submissão dos eleitores das zonas rurais — embora mais ouvidos, não tiveram nenhuma segurança de realmente influir na escolha dos governadores. E não surgiram novos grupos em condições de desempenhar um papel relevante numa hora como essa, nem em torno dos governadores escolhidos em 1970, cuja missão, política, segundo se afirmou na época, era a de organizar a renovação da vida partidária estadual. A verdade é que se a missão do senador Portela é misteriosa até para os especialistas na arte de politizar, representa um enigma verdadeiramente impenetrável para as pessoas comuns, os cidadãos que — queiram ou não — serão governados pelos homens selecionados através desse original modelo.

Francisco Pinto
A luta contra
o tempo

“Um dever constitucional e moral”. Essa foi a linha de defesa apresentada pelo deputado Francisco Pinto (MDB-Ba) ao ser interrogado, no dia 12 de junho, no Supremo Tribunal Federal, onde está sendo processado por crime contra a segurança nacional por ofensas ao general Augusto Pinochet, chefe da Junta Militar que governa o Chile.

Aparentemente tranquilo, Francisco Pinto respondeu durante mais de uma hora às perguntas do ministro Xavier de Albuquerque, relator do processo, explicando sua defesa: “O primeiro dos motivos que me levou a fazer o discurso foi o de haver lido, na imprensa brasileira, a notícia de que o general Augusto Pinochet viria ao Brasil, com a intenção de celebrar um tratado, para formar um eixo político com o Paraguai, a Bolívia, além de, naturalmente, Brasil e Chile”. E, na sua opinião, esse acordo era “nocivo aos interesses brasileiros, pelas implicações de uma aliança com um governo que estava sendo maisinado em todo o mundo”.

Segundo Francisco Pinto seu discurso atendia também ao apelo da Comissão Interparlamentar, integrada por 60 parlamentares de todo o mundo, no sentido de que os parlamentares denunciassem os atos praticados no Chile. “E se não existissem essas duas razões, de ordem constitucional e legal”, disse Francisco Pinto, “eu ainda faria o discurso por um dever de ordem moral: eu o faria como cristão, pois não tolero a violência”.

Em sua defesa, o deputado requereu que fosse juntada aos autos a decisão do Superior Tribunal Militar, dando conta de sua absolvição em processo a que respondeu após a revolução de 1964: cassado no exercício do cargo de prefeito de Feira de Santana, na Bahia, Francisco Pinto não teve seus direitos políticos suspensos e travou uma longa batalha na Justiça Eleitoral para registrar sua candidatura e garantir sua diplomação.

Destá vez, porém, sua luta é contra o tempo. Ou, como diz seu colega emedebista, Lysâneas Maciel, uma corrida para evitar a “adoção de cassação indireta pelo decurso do tempo hábil para candidatar-se”. Assim, logo após o interrogatório, seu advogado Josafá Marinho entregou uma petição ao ministro Xavier de Albuquerque desistindo dos prazos que lhe cabem para a defesa prévia (5 dias) e diligências (10 dias), alegando já ter produzido as provas necessárias na primeira fase do processo. Com isso espera garantir a Francisco Pinto sua única chance: a de um julgamento (e absolvição, é claro) antes do dia 30 de agosto, prazo final para o encaminhamento pela convenção do MDB de seu pedido de registro. Essa esperança, entretanto, é muito reduzida, como reconheceu o próprio deputado. Basta ver que o STF levou dois meses para decidir sobre a aceitação ou não da denúncia, apresentada pelo governo no dia 28 de março.

DESASTRES Onde está o erro?

Descarrilamentos constantes, multas e riscos de vida de passageiros é o que tem custado à Central um contrato aparentemente absurdo, firmado com a gigantesca MBR, para o transporte de milhões de toneladas de minério de ferro entre Belo Horizonte e Rio.

Quando acontece um alerta para o perigo de uma iminente catástrofe, o mínimo que se pode esperar é a apuração das denúncias e, se forem procedentes, as imediatas providências no sentido de acabar logo com a ameaça. Pelo menos era o que o bom senso recomendava em 28 de março passado quando, em letras garrafais, o *Jornal de Minas* estampou em primeira página uma manchete sensacionalista: **ÁGUAS CLARAS — PRÓXIMA ETAPA: UMA CATÁSTROFE COM OS TRENS** — alertando para a ameaça de desabamento em vários pontilhões da Central do Brasil no trecho Belo Horizonte-Rio por não suportarem o excesso de peso dos trens sobrecarregados de minério do consórcio Minerações Brasileiras Reunidas (MBR) de propriedade do Grupo Antunes, Hanna Mining, e outros sócios americanos e japoneses.

Mas como não se importou com a enxurrada de protestos contra a série de danos — desfiguramento da serra do Curral, contaminação de mananciais de água que abastecem alguns bairros da capital mineira, devastação de reserva florestal encostada à mineração, abalos decorrentes das explosões, poluição através das camadas de pó que descem sobre os bairros próximos — que a MBR tem causado a Belo Horizonte, a nova denúncia também foi ignorada.

No último dia 9, por pouco não aconteceu uma tragédia ferroviária de grandes proporções, tal como havia sido previsto e avisado pelo jornal. Eram 20 horas e 8 minutos, a um quilômetro do vilarejo Fecho do Funil, quando uma velha ponte metálica construída em 1914 não aguentou o peso dos 84 vagões carregados de minério de ferro da MBR e desabou levando 22 vagões para dentro do rio Paraopeba. Naquele exato momento deveria sair da estação da Central, na Praça Rui Barbosa, um comboio com 130 passageiros destinado a Conselheiro Lafaiete, seguido, logo depois, pelo chamado *trem de luxo* da Central, o Vera Cruz, também lotado, com destino à estação de D. Pedro II, no Rio. Mas agiram com eficiência os funcionários da Rede Ferroviária Federal: pelo teletipo deram o alarme, sustando por questão de segundos a saída do Vera Cruz (marcada para as 8 e 10 da noite), o que evitou uma das maiores tragédias ferroviárias do país, pois as composições que sairiam de Belo Horizonte correndo no meio da noite poderiam cair no vazio provocado pela queda da ponte.

Arcando com os prejuízos

O acidente e a quase tragédia suscitaram a onda de protestos que tem perseguido a MBR em Belo Horizonte nos últimos meses. Maior indignação ainda provocou a revelação de que, por força de contrato, a RFF não só terá de arcar com os prejuízos decorrentes da paralisação da linha como também terá de pagar multa de 100 mil dólares diários à MBR caso aconteça a paralisação dos contratos de exportação de minério, já que os navios imobilizados no porto de embarque têm um alto custo — cláusula que, segundo especialistas como o professor universitário Osório da Rocha Diniz (que leciona e se dedica ao estudo do sistema ferroviário brasileiro), "é uma insanidade ou incapacidade de quem aceitou".

Segundo informações prestadas há poucos dias pelo Sindicato Nacional da Indústria de Extração de Ferro e Metais, o fornecimento de minério de ferro ao terminal de Sepetiba da MBR estava totalmente paralisado. A própria MBR confirmou oficialmente que está sem estoque em Sepetiba e, conseqüentemente, terá que paralisar os embarques. Como está previsto que o conserto do ramal acidentado deverá durar algumas semanas, é possível que a RFF seja obrigada a indenizar a MBR em 100 mil dólares por dia, o que dá em um mês 3 milhões de dólares.

O contrato para o transporte de minério entre a MBR e a RFF — considerado uma das maiores vantagens conseguidas no Brasil pelo consórcio — foi desde o começo um dos pontos que causaram maior polêmica em torno do empreendimento. Antes mesmo de entrar na questão do contrato, as raízes da discussão estão na própria opção do transporte pela velha ferrovia da Central quando aparentemente a melhor alternativa, de acordo com estudos e programas já em execução, seria fazer o transporte pela Vitória-Minas — ferrovia utilizada pela Companhia Vale do Rio Doce, para escoar seu minério de Itabira até o porto de Vitória — e para isto há mais de 15 anos está em construção (lentamente) um ramal ligando o trecho de Itabira a Belo Horizonte. Inclusive a Vitória-Minas tem perfeitas condições para suportar o transporte de todo o minério da MBR. Mas, talvez por uma conveniência estratégica, isto é, para não depender de uma outra empresa concorrente (no caso a Vale do Rio Doce, que administra a Vitória-Minas), a MBR preferiu recorrer à velha e saturada estrada da Central do Brasil, que tem trechos cuja construção data de 1854 e, além disso, foi feita para o transporte de passageiros e cargas leves e não de cargas pesadas.

Para tentar pôr a linha em condições de aguentar o tráfego do minério, a RFF se comprometeu (em contrato assinado com a MBR) a reaparelhar totalmente os 500 quilômetros de linha que seriam utilizados (construção de novos túneis, viadutos, etc.) e a construir, em tempo recorde, dois ramais: o de Águas Claras, de 22 quilômetros, ligando o acesso da via férrea às jazidas de minério; e o de Japeri-Brisa Mar, de 32 quilômetros, ligando a linha da Central até o litoral fluminense, onde se localiza o porto privativo da MBR.

A construção do ramal Águas Claras — Ibitic, em região acidentadíssima, exigiu pesadas obras de engenharia. Só a construção de cinco viadutos (de 1.200 metros de extensão) e um túnel falso custaram aproximadamente 25 milhões de dólares, enquanto na abertura de um trecho ferroviário foi necessária a remoção de 9 milhões de metros cúbicos de terra, quantidade que daria para construir um prisma retangular cuja base e comprimento seriam, respectivamente, a largura e a extensão da Avenida Rio Branco e a altura seria a de um prédio de 44 andares.

Contrato absurdo

Para a remodelação da linha, construção desses novos ramais e compra de equipamentos necessários ao transporte de minério — 80 locomotivas e 1.340 vagões — a RFF

teve de investir mais de 140 milhões de dólares e em sua maior parte foi financiada pelo Banco Mundial e pelo Eximbank — as mesmas entidades que participaram do financiamento da MBR. Estes investimentos, segundo o próprio presidente da Rede, general Antonio Andrade de Araújo, teriam sido "o maior empreendimento mundial no transporte ferroviário da atualidade".

Contudo, embora reconhecendo a necessidade premente da RFF de conseguir receita para diminuir o volumoso prejuízo que dá ao governo, desde o início dos entendimentos com a MBR especialistas perguntaram se seria um bom negócio a Central investir tanto para assegurar o transporte anual de 10 milhões de toneladas, ou seja, 800 mil toneladas por mês, em troca de 2,60 dólares por tonelada de minério transportado (1). E, além disso, antes mesmo da assinatura do contrato, a Rede foi alertada para o fato de que as obras de remodelação levariam anos e que os trens de minério não poderiam começar a circular antes da execução dessas medidas de reaparelhamento, sob ameaça de constantes desastres (previsões estas que foram confirmadas, pois somente nesse ano ocorreram 73 descarrilamentos de trens de minério). A ameaça de uma tragédia com os trens de passageiros, soma-se ainda o fato de que a Central do Brasil é uma ferrovia estratégica e de interesse nacional pois liga o Rio a Monte Azul, quase na fronteira da Bahia. Por tudo isso, o professor Osório da Rocha, juntamente com outros especialistas, também não entende como a Rede assumiu os encargos e as multas de um compromisso que desde o início sabia que não teria condições de cumprir.

Os prejuízos causados pela queda da ponte sobre o rio Paraopeba só serão conhecidos após inquérito aberto a pedido da Superintendência da 6.ª Divisão Regional Central da RFF. Mas segundo o engenheiro Vicente Nardeli, que supervisionou os trabalhos de resgate dos 22 vagões de minério que quase repressaram o rio, o prejuízo diário da Rede — sem contar a multa imposta pela MBR — será de um milhão e meio de cruzeiros.

De qualquer forma, caso a abertura do inquérito não leve a uma revisão do contrato com a MBR em condições menos desvantajosas para a Rede, espera-se que a quase tragédia com os trens de passageiros sirva pelo menos como um aviso mais contundente que os outros.

Parece claro que não se trata simplesmente de reconstruir a ponte que caiu e recomençar o transporte de minério. O mais grave é que cerca de 18 outras pontes da ferrovia Rio-Belo Horizonte estariam em condições semelhantes à que gerou o acidente: também elas, além de antigas, foram projetadas para suportar 27 toneladas por eixo e não 32 toneladas como exigem os trens de minério. Assim, à primeira vista, parece uma verdadeira temeridade restabelecer-se o tráfego de minério na linha antes da substituição completa dessas 18 pontes, levando-se em conta que, mesmo que o trem de minério não caia novamente numa delas, o risco que ela provoca é tal que o próximo acidente pode ser com uma composição de passageiros.

(1) A informação de que a MBR paga 60 dólares de frete — o que propiciaria à RFF uma receita da ordem de 90 milhões de dólares anuais, segundo o JB — foi fornecida pelo seu diretor regional em Minas, Ary Marchesini, durante uma entrevista coletiva à imprensa no início do ano. E deve ser um frete bastante vantajoso à MBR pois, durante uma visita de jornalistas à mina, também no início do ano, um dos diretores do consórcio, João Sérgio Marinho Nunes, revelou que o consórcio estaria disposto a construir uma usina de pelotização em Minas mas só se a RFF mantivesse o preço do frete. A MBR tem vendido o minério, em média, por aproximadamente 10 dólares a tonelada.

Os inimigos do verde

Tudo começou com uma declaração da secretária do padre Raulino Reitz, diretor do Jardim Botânico: "Para construírem estrada aqui dentro, só se passarem por cima da cabeça de padre Raulino". E o clima de Semana da Árvore instalou-se em pleno Rio. O Departamento de Estradas de Rodagem, para a execução de um projeto viário denominado (com sutil ironia) *linha verde*, pretendia, primeiro, fazer sondagens dentro do Jardim Botânico; depois, detonar em alguns pontos do parque pequenas cargas de explosivo "comparáveis a bombas juninas"; e, finalmente, sombrio arremate: construir através do jardim parte de um túnel e um viaduto que lhe tomariam 750 m² de área.

— Pessoas de responsabilidade e mente sã não podem permitir a passagem de uma rodovia dentro deste santuário de vegetação. Para uma via expressa da Lagoa à Avenida Brasil há outros lugares. O mundo é grande, mas o Jardim Botânico não.

As primeiras declarações do padre Reitz deixavam bem claro sua disposição de lutar contra as intenções do DER. Para tanto, sua primeira providência foi proibir a entrada, no parque, dos técnicos da Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais, consultora do Departamento: eles iriam fazer os primeiros estudos no local, e essa fase inicial do trabalho já incluía a detonação das pequenas cargas de explosivos. Ele afirmou: — Somentes os trabalhos de sondagens já trarão prejuízos insanáveis ao parque. O que dizer de um túnel com seus trevos? Picadas, estudos sísmicos, "bombas juninas" e quejando não são práticas adaptadas ao equilíbrio geológico desejável a um santuário da natureza.

Santuário cada vez menor, é verdade, que vem tendo sua área espoliada desde 1810 — sempre em nome do crescimento urbano, e em detrimento do seu papel de conservação da natureza — e que hoje se acha completamente ilhado pelo progresso que o ameaça: em todos os pontos extremos do parque há um *Sérgio Dourado* em construção, e sua paisagem chega a ser vendida aos compradores dos apartamentos ("bem em frente ao verde do Jardim Botânico", dizem os anúncios na televisão).

Na verdade, o projeto que prevê a construção de parte de um túnel e de um viaduto dentro da área do jardim foi aprovada pelo secretário de Obras, Emílio Ibrahim, no dia 4 de outubro de 1973, sem que fosse consultada a direção do parque, e menos ainda o Ministério da Agricultura, ao qual ele está subordinado. Tanto que o diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, Renato Almeida, mostrou-se espantado com a reação de padre Raulino:

— Este projeto existe há mais de 30 anos, e estamos fazendo apenas um estudo de viabilidade. Pode acontecer até mesmo que as sondagens indiquem ser inviável a construção do túnel. A decisão da conveniência quanto à realização da obra não caberá a nós, mas ao outro governo.

O outro governo, evidentemente, é o da fusão, para quem o atual começa a transferir a responsabilidade das obras intermináveis ou por fazer. Esse argumento, no entanto, não impressionou padre Raulino, que no dia seguinte, data muito propícia — era o 166.º aniversário de fundação do Jardim Botânico — voltou a falar sobre o assunto:

— A integridade deste patrimônio histórico, botânico e paisagístico que hoje denominamos de área verde ou pulmão da cidade, com vistas à poluição reinante, desde 1890 vem sendo retalhada e diminuída em favor do que muitos costumam apelar de progresso.

Lembro que áreas pertencentes ao Jockey Clube e particulares já foram parcelas do Jardim Botânico, e que, quando assumiu sua direção, em 1971, encontrou áreas importantes cedidas a empresas governamentais:

— Pelo decreto 59.911, em 1965, a

Hidrelétrica de Furnas havia recebido 21 mil metros quadrados; o decreto 62.698, em 1968, concedeu ao BNH uma área de 140 mil metros quadrados para a construção de um conjunto habitacional; o Serpro também recebeu 26 mil metros quadrados.

As duas primeiras áreas, o padre conseguiu retomar. A terceira, no entanto, não foi possível — o Serpro já construíra nela um Centro de Processamento de Dados.

Usando as armas de que atualmente dispõe a ecologia (e uma delas é o fato de que os jornais consideram a defesa da natureza um assunto vendável), padre Raulino Reitz armou barricadas em torno do Jardim Botânico. Nos últimos três dias da semana condenou-se as intenções do DER com crescente horror, a tal ponto que, no domingo, o secretário de Obras, Emílio Ibrahim, anunciava que vai acabar com o desmatamento no Rio. Para isso, já determinou ao Departamento de Edificações que recuse quaisquer projetos de obras nos quais não estejam previstos 30% no mínimo de área verde, e exigiua uma fiscalização rigorosa dos loteamentos que não cumprem o Código Florestal, nem o Código de Obras.

Para frisar a importância que dá à conservação da natureza, o secretário confidenciou aos jornalistas: teve que modificar o projeto de alinhamento da Rua Marquês de Olinda, com um recuo de 10 metros para as edificações novas, "a fim de poupar uma árvore secular plantada diante do número 46 daquela rua", um pau-ferro de 138 anos.

A natureza, portanto, estaria a salvo provisoriamente, não fosse por um detalhe que o tom das declarações de padre Raulino não deixou perceber. Ao explicar os estudos necessários à *linha verde*, João Batista de Vasconcelos Dias, diretor de operações da Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais, declarou: "Para esta realização, se faz necessário um amplo caminho através das florestas do Parque Nacional da Tijuca e do Jardim Botânico". Neste amplo caminho, o jardim é o menos importante, sem dúvida, e o verdadeiro pulmão da cidade, a Floresta da Tijuca, sem um temperamental padre Raulino a defendê-la, estará à mercê, nos próximos dias, das pequenas cargas de explosivo "comparáveis a bombas juninas" — que podem ser apenas o começo de um longo trabalho de devastação. (Aguinaldo Silva)

MINAS A dívida

Alguns dias após publicar um anúncio nos jornais mineiros afirmando orgulhosamente que "o Estado cumpriu integralmente todos os compromissos assumidos... nas chamadas de capital referentes à sua participação acionária" na Fiat do Brasil, o governo mineiro está sendo convidado, através do seu secretário da Fazenda, Lúcio Assunção, a prestar contas na Assembléia Legislativa, sobre as dívidas do Estado.

O autor do convite, Luiz Bacarini, ex-líder do MDB na Assembléia, concluiu que existe um déficit real de execução superior a 10 milhões de cruzeiros e um passivo a descoberto de aproximadamente 144 milhões. Com isso, segundo Bacarini, as dívidas do Estado teriam alcançado a cifra de 1,5 bilhão de cruzeiros.

Bacarini afirma que despertou para o problema quando o Tribunal de Contas, ao aprovar as contas, fez a ressalva de que só as considera perfeitas do ponto de vista técnico-contábil pois, por causa de dificuldades colocadas pelo Executivo, não foi possível fiscalizá-las como era sua obrigação legal.

O deputado do MDB liderou o convite ao secretário argumentando que "como está acontecendo com o ministro da Fazenda do governo Geisel, Mario Henrique Simonsen, Lúcio Assunção precisa dizer a verdade, todas as verdades".

Um capitão da revolução portuguesa

Entrevista com o major Victor Manuel Rodrigues Alves

O major Victor Manuel Rodrigues Alves, que acompanhou o general Carlos Galvão de Mello, membro da Junta de Salvação Nacional de Portugal, na sua recente visita ao Brasil, é um capitão, da assim chamada revolução dos capitães, que pôs fim ao regime salazarista. Com 38 anos de idade e 19 de Exército, ex-combatente em Angola e Moçambique, ex-instrutor da Academia Militar, ele é hoje membro do Conselho de Estado, órgão importante na atual estrutura de poder de Portugal; uma espécie de substituto temporário do Poder Legislativo, encarregado de fiscalizar o funcionamento da Junta e onde muitos identificam a presença do grupo de oficiais de médio escalão do Exército português, que constituiu-se na espinha dorsal do movimento de redemocratização. Por isso, e porque ele estava no Estado-Maior do Exército quando deu-se a sublevação de 25 de abril, os comentários feitos sobre a sua presença no Brasil em geral incluíam a observação: "Ele é que é o quente".

Sentado no salão de café do Hotel Hilton, em São Paulo, o major Victor Alves não ostentava nem a pose dos poderosos, nem a timidez do *trouper* que a sua história revela. Parecia um intelectual muito magro, de cavanhaque preto e olhar tranquilo, a responder com serenidade e segurança questões sobre a atual situação do seu país.

Pergunta — Como se deu, na sua opinião, o processo de tomada de consciência de uma importante parcela do Exército português que, afinal, resolveu devolver o país à democracia?

Resposta — Estou convencido de que isso está profundamente relacionado com a guerra em África. Houve um processo de humanização, a formação de uma consciência nacional provocada pelo contato com as populações dos territórios africanos e pelo contato com os próprios indivíduos com os quais combatíamos.

P. — O senhor não acredita que essa consciência tenha penetrado a instituição militar mais em virtude dos rumos que a guerra tomou? Ou seja, que teria sido diferente se a campanha das forças portuguesas fosse vitoriosa?

R. — Como já disse o nosso Presidente, general Spínola, numa guerra como essa não há possibilidade de vitória. Quando se inicia, já se está de antemão derrotado. Não vejo, portanto, a hipótese de ter sido diferente.

P. — Em que momento a tomada de consciência de que o senhor fala levou os militares à atitude política de intervir para restaurar a democracia?

R. — No momento em que os militares se convenceram de que estavam num caminho que não convinha ao povo português, tinham, por força dessa consciência, que tomar a atitude de intervir.

P. — Como se deu, no seu caso pessoal, esse processo?

R. — Eu a princípio dava-me a mim mesmo uma razão para cumprir o meu papel: evitar que se processasse nos territórios africanos o que aconteceu a outras nações do continente. Achava que tínhamos a obrigação de promover as populações dos territórios. Desde a minha primeira missão, porém, comecei a verificar que não havia nenhuma relação entre a guerra e a promoção das populações. Ia para lá um comandante, e se interessava por isso. Em seguida ia um substituto e botava tudo a perder, não fazia mais nada. Fui também sofrendo esse processo de humanização através dos contatos locais. A partir disso tornou-se difícil responder à questão íntima de por que eu estava ali, que papel estava cumprindo. Havia também uma consciência coletiva. Há muitos anos

que nas conversas e discussões que tínhamos entre nós, todos os colegas praticamente concordávamos quanto ao fato de que como estavam as coisas não caminhavam, de que com aquele regime não havia solução possível.

P. — Depois de realizado o movimento de 25 de abril, iniciou-se uma certa onda de alarmismo com relação ao que poderia vir a acontecer em Portugal. Principalmente notícias a respeito das greves, em especial as que ocorreram no fim de maio, sugeriram um clima de desassossego que estaria perturbando e confundindo os responsáveis pelo movimento. O que o senhor tem a dizer a respeito dessas greves?

R. — As greves são uma sequência normal do processo. Havia razões, mais que muitas, para que os trabalhadores reivindicassem: a economia estagnada, a renda não distribuída, o poderio dos monopólios. O poder nas mãos de poucos, e o dever nas mãos de muitos. Tudo isso eram razões para o surgimento de reivindicações de base. Há correntes políticas que estão trabalhando no interesse dos trabalhadores e portanto do povo português. Mas há grupos sem penetração na massa e também sem experiência, que estão ansiosos em busca de prestígio. Isso confunde as coisas. Tanto mais que os sindicatos estavam nas mãos de gente do antigo regime, dirigentes sindicais nomeados que aproveitaram a atividade dos

grupos de pouca penetração para aumentar a confusão.

Houve outras greves, que greves não foram, mas sim casos de *lock-out* (paralisação de atividades promovida pelos empregadores). Perdida a arma da força, restava aos partidários do antigo regime a arma econômica. As greves em Portugal devem ser vistas muito sob este aspecto. Há pelo menos dois casos, que tiveram uma repercussão deturpada, em que a explicação só pode ser o *lock-out*, a paralisação dos carros e a das padarias.

P. — Quando o senhor fala em correntes políticas que estão trabalhando pelos trabalhadores, o senhor se refere às correntes que participam do governo provisório?

R. — Sim.

P. — Mas a composição desse governo, especialmente a participação nele do Partido Comunista Português, tem sido frequentemente criticada. O senhor acha que a presença de um membro do PC no ministério é uma contradição?

R. — A posição das Forças Armadas é bem explícita nesse aspecto. Todas as correntes que queiram lutar pela implantação da democracia em Portugal estão dentro das regras do jogo. O Partido Comunista Português comprometeu-se a lutar pela implantação da democracia; está portanto dentro das regras do jogo. A tolice seria exatamente o inverso: deixar o PC — que é o partido mais organizado — de fora, na oposição. De resto, já lá vão dois meses e não há razão para queixa. As Forças Armadas apoiam integralmente o governo provisório. Elas mesmas o escolheram.

P. — Já que o senhor toca no ponto da participação política das Forças Armadas ou seja, na escolha do governo: como se vai dar a retirada dos

militares do cenário político?

R. — Isso está previsto na Constituição. Será assim que houver uma Assembleia eleita livre e democraticamente. Os militares não serão impedidos de participar da vida política. Poderão passar para a reserva. Mas o organismo militar, como instituição, não terá mais nenhuma participação. (Entrevista por Dirceu Brisola)

TRANSITO

Excesso de trabalho

Recife

Dos 7.539 acidentes de trânsito registrados no ano passado, no Recife, 4.522 envolveram motoristas de táxis. Seriam esses profissionais mais incompetentes que os amadores? Tudo indica que não. Para Genivaldo de Gouveia Marques, diretor do DETRAN em Pernambuco, o motivo dessa grande incidência de desastres é que "os motoristas de táxis estão trabalhando mais que o tempo permitido por lei".

Na sua opinião, o que vem estendendo a jornada de trabalho dos motoristas além das 8 horas permitidas por lei é o sistema de locação dos automóveis. "Os motoristas de baixo poder aquisitivo", diz Genivaldo, "alugam a proprietários de pequenas frotas um táxi pela diária de 50 a 70 cruzeiros, de acordo com o tamanho de veículo. Isto provoca uma corrida desenfreada, pois, além de pagar ao patrão, esses profissionais têm que faturar um mínimo de 100 cruzeiros, para gasolina e sustento da família".

Atualmente, a Delegacia Regional do Trabalho está apurando idêntica denúncia no setor de transporte coletivo. Segundo o denunciante, o

vereador Josué Pinto, "as empresas de ônibus do Recife não pagam aos seus motoristas segundo a Consolidação das Leis do Trabalho, obrigando-os ainda a trabalhar além do período normal, sem receber horas extras, direito a folga ou repouso remunerado".

São Paulo,

O aumento dos preços das corridas de táxi em São Paulo — inevitável pelos sucessivos aumentos de preço da gasolina — não resolveu o problema dos motoristas. Como o poder aquisitivo da população não subiu na mesma proporção dos aumentos, está havendo uma grande retração por parte do público usuário dos táxis.

Tradicionalmente, os aumentos concedidos ao serviço de táxi, em São Paulo, geraram sempre uma retração dos passageiros. Contudo, decorridos 15 ou 20 dias de vigência das novas tarifas, a situação se normalizava, e os táxis voltavam a trafegar lotados. Desta vez, porém, os motoristas estão assustados: o último aumento já tem mais de 40 dias e não há sinal de normalização.

No caso dos motoristas de frota, a situação parece mais dramática. Mário Silvestre, da frota 97, por exemplo, conta que sem passageiros e tendo que gastar muito mais com gasolina, boa parte de seus colegas, no fim de um turno de trabalho, está tendo que pôr dinheiro do bolso para completar os 105 cruzeiros exigidos pela firma, para não perderem direito ao salário mínimo no fim do mês e mais os domínios livres com o carro. Dessa forma, um dos objetivos alegados para o aumento das tarifas (menor número de horas de trabalho para os motoristas de frota) pelo menos até agora parece ter sido frustrado. Em consequência da retração do público, eles continuam puxando até 15 horas por dia.

Dr. Carlos Gentile de Melo

MINHA VEZ

Economia x Saúde

No início deste mês, no Congresso, o ministro Severo Gomes classificou de "sinal alarmante" da deterioração das condições de vida nos grandes centros urbanos o aumento vertiginoso dos coeficientes de mortalidade infantil em São Paulo. Em 1960 houve 60 óbitos de crianças de menos de um ano para cada mil nascidas vivas; esse índice subiu em 1969 para 89; e em 1973 chegou a 93 crianças mortas, por cada mil nascidas vivas, o índice mais elevado desde 1946. No Rio, a mortalidade infantil vinha diminuindo gradativamente de 1920 até o início da década de 60, quando passou a subir de modo significativo. O mesmo ocorre em todas as cidades brasileiras pesquisadas.

O coeficiente de mortalidade infantil é considerado um dos mais importantes indicadores das condições sociais e econômicas da população. São tão relevantes as condições de vida da população que a assistência médica tem-se revelado incapaz de reduzir os coeficientes de mortalidade infantil quando não se altera simultaneamente a estrutura social e econômica. Esse fato foi expressamente ressaltado, no ano passado, no relatório divulgado por uma comissão instituída pelo governador Laudo Natel, para estudar o problema.

Segundo esse estudo, a mortalidade infantil está vinculada aos níveis de renda *per capita* e ao desequilíbrio na distribuição da riqueza, dos quais resultam a subalimentação, o analfabetismo, a falta de moradia adequada, a dificuldade de transporte, e assim por diante. No relatório do diretor da Divisão de Saúde Materno-Infantil do Estado de São Paulo, Vicenti Monetti, e do professor João Tunes, da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, foi ressaltado que, no grupo etário de zero a cinco anos, as principais causas de morte são as doenças evitáveis, decorrentes, em grande parte, da

situação do ambiente e do nível sócio-econômico.

O estudo das causas de morte nos primeiros anos de vida no nosso meio revela franca dominância das diarreias infecciosas, que matam sempre que encontram diminuída a resistência orgânica das crianças subnutridas. Para o sanitarista fica difícil senão impossível desvincular, como causa da morte, a diarreia da subnutrição.

Além disso, a mortalidade infantil não depende da quantidade de recursos aplicados nos programas de proteção e recuperação da saúde. A assistência médica é um dos instrumentos de que a sociedade dispõe para melhorar o nível de saúde da população, nem sempre o mais importante, quase sempre não o mais importante. O Canadá, que gasta entre 6 e 7 por cento do seu Produto Nacional Bruto com os programas de saúde, apresenta um coeficiente de mortalidade infantil da ordem de 20,8 por mil, ao passo que a Inglaterra, que despende, apenas, cerca de 3% do seu PNB com o setor saúde, tem coeficiente de mortalidade infantil menor do que o Canadá.

Há duas semanas, o ministro da Saúde Paulo de Almeida Machado dizia que "em 1968 cabia ao Ministério da Saúde 12,6% do orçamento da União e que em 1971 (esta percentagem) caiu para apenas 5%. Uma das hipóteses para a minguante participação do Ministério da Saúde no orçamento da União talvez seja a consciência dos responsáveis pela nossa política econômica de que os investimentos nos setores econômicos de elevada rentabilidade podem influenciar mais decisivamente nos padrões de saúde do que o emprego desses recursos nos programas de proteção e recuperação da saúde.

A outra hipótese, para explicar o fenômeno, terá sido o receio dos sucessivos ministros da área de economia, Roberto Campos, Reis



Veloso e Delfim Neto, em entregar recursos financeiros ao Ministério da Saúde, que não estaria habilitado a aplicá-los convenientemente. O atual ministro declarou, na Comissão de Saúde da Câmara, que o seu Ministério dispõe de uma estrutura administrativa obsoleta, inoperacional e ineficiente.

Por outro lado, os titulares da pasta de Saúde, nos últimos anos, anunciaram posições que certamente não davam confiança aos responsáveis pela política econômica. O cirurgião Raimundo de Moura Brito, por exemplo, reafirmava, em todas as oportunidades, o seu lema básico: "O Brasil é um grande hospital... sem hospitais", querendo, com isso, traduzir a sua doutrina e filosofia assistencial. Dava prioridade aos aspectos curativos em detrimento dos aspectos preventivos, e, na área de recuperação da saúde, dava preferência à assistência hospitalar, de custo mais elevado, ao invés dos atendimentos ambulatoriais.

O empresário, banqueiro e miliardário Leonel Miranda teve a única preocupação de promover a privatização da medicina, doutrina formalmente condenada pela comissão de alto nível que estudou o assunto e aprovou o parecer do economista da Fundação Getúlio Vargas, José de

Almeida. Francisco de Paula da Rocha Lagoa, do Instituto Oswaldo Cruz, não chegou a definir uma política de saúde, nem mesmo chegou a completar uma reforma administrativa preconizada na época. Mário Machado de Lemos, egresso da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, formulou as suas prioridades em 42 volumes, que acompanharam a mensagem do presidente da República, cujo encaminhamento começava afirmando que "a saúde constitui setor dinâmico da economia".

Tudo isso faz crer que tinham razão Roberto Campos, Reis Veloso e Delfim Neto, distribuindo escassos recursos para o Ministério da Saúde. Entretanto, ao que tudo indica, o que eles fizeram em suas áreas também não deu resultado: o impressionante crescimento do Produto Nacional Bruto e a elevação da renda *per capita*, otimisticamente estimada em 580 dólares, não foram suficientes para influir favoravelmente nos coeficientes de mortalidade infantil, vale dizer, nos níveis de vida da população. Ao contrário, o desenvolvimento, resultante de um processo concentrador de renda, desfavoreceu o grande contingente populacional que permanece ao largo dos benefícios do progresso.

Os compromissos do Brasil Viagem pelo balanço de pagamentos

Ao atingirem 12 bilhões de dólares, este ano, as importações brasileiras representarão o triplo dos gastos realizados há dois anos, praticamente 10 vezes o total despendido em 1966, da ordem de 1,3 bilhão de dólares. Afirma-se frequentemente que esse montante se deve basicamente às compras de petróleo (estimadas em 2,5 bilhões de dólares para este ano) e de bens de capital, isto é, máquinas e equipamentos. Os dados relativos ao primeiro quadrimestre do ano, em que a balança comercial causou um déficit de 1,5 bilhão de dólares, no entanto, demonstra um crescimento de 30% para máquinas e equipamentos, e de mais de 100% para itens como metais não ferrosos (cobre e zinco, sobretudo) e produtos químicos (matérias-primas para o setor petroquímico, e fertilizantes).

Enquanto os técnicos da CACEX (Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil) estudam a essencialidade dessas compras — e a possibilidade de limitá-las — as altas esferas do Ministério da Fazenda tratam de negociar no exterior os dólares necessários para cobrir o violento déficit que o país enfrentará em suas relações com o exterior, este ano, e que levará sua dívida externa à casa dos 19 a 20 bilhões de dólares. Desse total, apenas 6,5 bilhões de dólares estarão cobertos pelas reservas; outros 12,5 ou 13,5 bilhões de dólares representam uma dívida real que o Brasil terá que pagar mais cedo ou mais tarde. Enquanto sua liquidação não vem, ela custará ao país mais 1,3 bilhão de dólares de juros, por ano — que o país somente poderá pagar lançando mão de novos empréstimos, a menos que mude radicalmente a orientação do seu comércio exterior, limitando as importações e tentando estimular as exportações, para obter um saldo em sua balança comercial. Uma segunda alternativa, altamente atraente mas que parece inviável ante o quadro mundial do momento — e que apresenta as suas desvantagens, a longo prazo: a tentativa de atrair investimentos estrangeiros em volumes maiores, principalmente dos países árabes, beneficiários da crise do petróleo.

Um orçamento conhecido

Sabe-se que o Brasil teve um superavit de 2,5 bilhões de dólares em seu balanço de pagamentos em 1973, e



de igual vulto em 1972. Como pode um país que acumula superavits ver sua dívida externa crescer, e chegar ao ponto de precisar de empréstimos para pagar os próprios juros dessa dívida? Como tudo em economia, há superavits e superavits, isto é, saldos reais e saldos que apenas figuram nos "balanços" — no caso, o de pagamentos.

Quando as vendas ao exterior são maiores que as compras, o país obtém um superavit, isto é, um saldo positivo na balança comercial (exportações menos importações), com o qual pode atender a outros compromissos. Que compromissos são esses? Antes de mais nada, surgem os gastos com fretes na própria importação e exportação de mercadorias. Depois, os juros de dívidas contraídas tanto com banqueiros e organismos internacionais quanto com exportadores de máquinas e equipamentos. Há, ainda, o pagamento de dividendos a empresas que passaram a operar no país, retirados de seus lucros — além da própria remessa de lucros. O investidor estrangeiro, isto é, a empresa

um dia terão de ser pagos — os investimentos, por representarem uma "sociedade", não precisam ser devolvidos, não engordam a "dívida" — a menos que, um dia, a sociedade seja rompida.

Assim, os investimentos estrangeiros representam uma entrada de dólares que ajudam a pagar os compromissos já existentes: eventuais déficits na balança comercial (exportações menos importações), mais os gastos com os chamados "serviços" (juros da dívida, remessa de lucros e dividendos, pagamento de royalties e assistência técnica, além de gastos com fretes seguros, e turismo).

Mas, se essa entrada for demasiado pequena em relação aos gastos? O país não terá um grande déficit em suas transações com o exterior? O déficit existirá, realmente. Mas, ao fazer suas contas no final do ano, isto é, ao fazer seu balanço de pagamentos, o país não precisará "fechar" por causa desse déficit. Ele poderá ter conseguido empréstimos "compensatórios", isto é, que cubram aquele déficit — então, ao menos no balanço de pagamentos, estará equilibrado — embora, na prática, tenha aumentado seu endividamento. Ou poderá, até mesmo, ter superavit, isto é, dólares de sobra. Como? O total de empréstimos pode ser suficiente para cobrir os gastos com as transações correntes, e, ainda, sobrar alguns milhões de dólares. Esses dólares, não usados, engrossarão as reservas do país — engrossando também, é verdade, a dívida externa.

De qualquer forma, o país fechará o ano com superavit em seu "balanço de pagamentos" — apesar de ter, na verdade, acumulado novos déficits reais, que deverá parar um dia.

AMAZÔNIA A Volks no Vale do Cristalino

Em princípio de setembro do ano passado, o ministro Reis Veloso, chefiando uma delegação de empresários do centro-sul em viagem pela Amazônia, declarou a seus ilustres companheiros: "Até aqui, a Transamazônica deu ênfase à colonização, mas a necessidade de evitarmos uma ocupação predatória, com um consequente processo de desmatamento, e a de promovermos a manutenção do equilíbrio ecológico; nos leva a convidar as grandes empresas a assumirem a tarefa de

desenvolver esta região".

Um dos convidados do ministro — o alemão Wolfgang Franz Sauer, presidente da Volkswagen do Brasil — demonstrou agora que não esqueceu o convite: deu entrada na SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) de um pedido para liberalização de incentivos fiscais a serem aplicados na Companhia Vale do Rio Cristalino — uma grande fazenda de criação de gado bovino, no sudoeste do Pará, com uma área de 140 mil hectares. É provável que o presidente da Volks, além de evidentemente ampliar os interesses de sua empresa, esteja convencido de estar prestando um serviço à causa da Amazônia. Pois afinal, naquela mesma viagem, além da conchamação do ministro Reis Veloso, ele também ouvira uma curiosa aula de ecologia, dada pelo professor Henrique Pimenta Veloso, assessor de recursos naturais do Projeto RADAM (Radar da Amazônia, um levantamento dos recursos da região com o auxílio de modernas técnicas de sensores remotos como radar e fotografias com infravermelho; um de seus objetivos é o de servir de orientador para os investidores).

"A Amazônia — esclareceu ele — é uma área para grandes propriedades, com um mínimo de mil hectares e um máximo de 100 mil. As características climáticas e os cipós, principalmente, estão de um lado, provocando a morte das árvores e, de outro, impedindo o crescimento de novas árvores... Por isso jamais os pequenos proprietários poderão estabelecer critérios de investimentos que possam, ao mesmo tempo, alcançar uma utilização ótima da floresta, em termos de aproveitamento da madeira, e a sua preservação, através da conservação e do reflorestamento".

Se bem que muito oportuna para justificar a implantação de enormes fazendas, como a da Volks, e a substituição da mata pelo capim — transformando os grandes empresários de destruidores em salvadores da floresta — a teoria do professor Pimenta causou enorme espanto entre os ecologistas, que há anos estudam o complexo processo de equilíbrio ecológico natural da floresta amazônica. Num encontro realizado em dezembro de 72, o então presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal — IBDF — Joaquim Francisco de Carvalho, já havia denunciado o aparecimento dos "pseudocientistas" e "caçadores de publicidade" que propunham a substituição das matas amazônicas por pastagens, por entenderem que "uma pastagem produz tanto oxigênio quanto uma floresta".

Mas, independentemente do caráter oportuno da teoria do professor Pimenta, parece que uma de suas idéias, a de que "a Amazônia é uma área para grandes propriedades, com um mínimo de mil hectares e um máximo de 100 mil", está sendo perfeitamente respeitada. Quanto ao primeiro limite, pelo menos. Quanto ao segundo — um máximo de 100 mil — ele vem sendo amplamente superado pelos grandes projetos pecuários, de grupos estrangeiros ou de grandes grupos nacionais do sul.

Até março de 74 a SUDAM já havia aprovado, para aplicação de incentivos, cerca de 378 projetos agropecuários (quase 50% de todos os projetos aprovados pelo organismo). Como esclareceu o ex-presidente da SUDAM no ano passado, estes projetos ocupam "área territorial mínima de 15 mil hectares" (em geral, a área do projeto apresentado à SUDAM pelas empresas nunca abrange o total das terras que a empresa realmente adquiriu — de onde se concluiu que o tamanho mínimo dessas propriedades é muito superior a 15 mil hectares).

A Companhia Vale do Rio Cristalino, da Volks, tem 140 mil hectares. Mas não é a maior. A fazenda Suiá-Missu, do grupo italiano Liquefarma, tem uma área de 678 mil hectares em Mato Grosso. A Companhia de Desenvolvimento do Araguaia — Codeara — também tem 600 mil hectares em Mato Grosso. O

continua na página ao lado

| ONDE BUSCAR 8 BILHÕES DE DÓLARES? (Os problemas do balanço de pagamentos — Dados arredondados em US\$ milhões) | | | | | |
|---|---------|---------|---------|---------|----------|
| <i>Desapareceu o superavit da balança comercial:</i> | | | | | |
| | 1966 | 1971 | 1972 | 1973 | 1974 (1) |
| A — Balança comercial | | | | | |
| a) Exportações | + 1.740 | + 2.900 | + 3.990 | + 6.200 | + 7.800 |
| b) Importações | - 1.300 | - 3.240 | - 4.230 | - 6.020 | - 12.000 |
| Saldo (a-b) | + 440 | - 340 | - 240 | + 180 | - 4.200 |
| <i>Crescem os gastos no exterior:</i> | | | | | |
| B — Serviços (2) | - 460 | - 980 | - 1.250 | - 1.510 | - 2.800 |
| <i>Surge um déficit real de proporções imprevistas...</i> | | | | | |
| C — Transações correntes (A + B) | - 20 | - 1.320 | - 1.490 | - 1.330 | - 7.000 |
| <i>... que deve ser em parte compensado pelos investimentos estrangeiros.</i> | | | | | |
| D — Investimentos estrangeiros | + 70 | + 170 | + 320 | + 900 | + 1.000 |
| <i>Mas ainda resta um déficit final de peso:</i> | | | | | |
| F — Déficit final, (C - D) | + 50 | - 1.150 | - 1.170 | - 430 | - 6.000 |
| <i>Há ainda as "prestacoes" da dívida:</i> | | | | | |
| | 1966 | 1971 | 1972 | 1973 | 1974 (1) |
| F — Amortização da dívida externa | - 350 | - 850 | - 650 | - 1.760 | - 1.800 |
| <i>Deixando um "rombo" a ser coberto por empréstimos do exterior:</i> | | | | | |
| G — Necessidade de empréstimos (E + F) | 300 | 2.000 | 1.820 | 2.190 | 7.800 |
| <i>Os empréstimos aumentam a dívida externa:</i> | | | | | |
| H — Endividamento do Brasil | 3.700 | 6.620 | 9.900 | 13.000 | 19.000 |
| <i>Parte da dívida é coberta pelas reservas.</i> | | | | | |
| I — Reservas externas do Brasil | 420 | 1.610 | 4.180 | 6.550 | 6.550 |
| <i>O endividamento final é intenso:</i> | | | | | |
| J — Dívida externa líquida (H - I) | 3.280 | 5.010 | 5.720 | 6.450 | 12.450 |

FONTE: BANCO CENTRAL (até 1973)

(1) Estimativas baseadas nos resultados dos 4 primeiros meses.

(2) Os gastos com serviços abrangem: juros sobre a dívida externa, mais remessas de lucros e dividendos, gastos com assistência técnica, além de transportes (fretes marítimos) e viagens internacionais (turismo).

continuação da página ao lado

grupo norte-americano King's Ranch — o grande monopólio internacional das carnes e conservas — tem mais de 100 mil hectares no município de Paragominas, no Pará. Quanto não terão os trezentos e tantos outros projetos de proprietários menos famosos ou mais discretos?

Como suas antecessoras, a Companhia Vale do Rio Cristalino também utilizará os incentivos fiscais da SUDAM — isto é, aquela parte do Imposto de Renda das pessoas e das empresas que o governo permite deduzir para a aplicação em áreas ou setores prioritários (as empresas podem, por exemplo, abater até 50% do imposto a pagar para aplicação na Amazônia). Assim, quando um projeto é aprovado pela SUDAM, o órgão poder fornecer, a título de incentivo, até 2/3 do capital a ser investido.

A Companhia Vale do Rio Cristalino, que pretende derrubar, até 1982, 70 mil hectares de florestas para a formação de pastagens artificiais, que por sua vez alimentarão um rebanho de 110 mil cabeças de gado azebuado, deverá investir nesse período 200 milhões de cruzeiros — dos quais aproximadamente 140 milhões tirados dos incentivos da SUDAM e a pequena parcela restante de "recursos próprios".

Nenhuma novidade nisso. Até março de 74, em 312 projetos agropecuários na área da SUDAM, a previsão para aplicação dos recursos era a seguinte: recursos próprios — 678 milhões de cruzeiros; incentivos fiscais — 2 bilhões de cruzeiros. Isto é: os incentivos (impostos que deveriam ser recolhidos pelo governo) superavam três vezes os "recursos próprios".

Nesse rumo seguro caminha a ocupação da Amazônia: hoje, as grandes empresas dispõem não somente de um órgão para financiar seus projetos, como também de uma teoria para justificar a formação de seus gigantescos feudos tropicais.

INFLAÇÃO A ascensão e a expectativa

Para o consumidor, os primeiros meses do ano foram se- a dúvida difíceis: além da falta do óleo de soja e do sumiço quase que total das carnes populares (pá, acém, costela, etc.), o custo de vida aumentou 18,7% na Guanabara segundo a Fundação Getúlio Vargas. A inflação foi ainda maior: 20,2% (1).

Embora mais suave que nos quatro primeiros meses, a alta do custo de vida em maio foi ainda bastante violenta atingindo 2,4%. O item "habitação", com 3,9%, liderou os aumentos porque os aluguéis e condomínios em geral tomam como base o salário mínimo, que foi reajustado em 20,78% no mês passado. A elevação de 3,3 nos "artigos de residência" foi provocada pelos aumentos nos produtos derivados de petróleo (querosene e gás engarrafado), nos produtos de limpeza (sabões e desinfetantes) e em eletrodomésticos (televisão e geladeira).

A alimentação — o item que mais atinge a bolsa popular — subiu 2,1% em maio e 26,8% nos cinco primeiros meses, contribuindo fortemente para a elevação do custo de vida. As maiores altas no mês passado foram as do leite, banha, margarina, feijão preto, arroz e óleo de soja. A FGV diz que essas altas "foram em parte compensadas por redução nos preços das hortaliças e legumes, das frutas e de alguns tipos de carnes e miúdos, sobretudo aves, ligado e pescado".

Para tentar quebrar a "expectativa inflacionária", que leva as empresas a sucessivos aumentos de preços na base do "tudo está subindo", o governo estabeleceu, em maio, uma lista de preços máximos para 60 produtos básicos. Essa tabela foi, no entanto, muito complacente com alguns abusos dos últimos meses. No caso do feijão, por exemplo, foi mantido o nível de Cr\$ 4,50 para o produto "de-luxo". No entanto, o feijão é comprado a Cr\$

100,00 a saca do produtor, revendido no atacado a Cr\$ 200,00, e vendido ao consumidor a Cr\$ 270,00 (60 quilos vezes Cr\$ 4,50). Entre o consumidor e o lavrador, uma faixa de intermediação que realiza lucros de 170% — dos quais 100% só ao nível do atacadista.

Além disso, os atacadistas e varejistas encontraram uma série de maneiras de burlar a tabela do governo. O detergente ODD, por exemplo, depois de ter sido incluído na lista em suas embalagens de 640 e 500 ml, apareceu com uma nova embalagem de 750 ml — portanto fora da tabela — muito mais cara do que as outras. Uma pesquisa feita pelo *Jornal do Brasil* em diversos supermercados da Guanabara, no início de junho, revelou que: "No Mar e Terra da Tijuca não havia vinagre por Cr\$ 1,90, só por preços mais altos. No Disco não havia goiabada Peixe comum, só a cascão, que não está na lista e é muito mais cara. Nas Casas Sendas da Tijuca, só havia o pão-de-forma Plus Vita mais caro, que não está na lista, sendo que o feijão e o arroz "populares em pacote" eram praticamente inaproveitáveis. Alguns produtos da lista não tinham o seu preço marcado. Embora todas as grandes cadeias de supermercados não obedecem integralmente à lista, apenas duas pequenas empresas foram punidas com o corte de crédito em estabelecimentos bancários: a Onda e o Varejão.

Apesar de todas as resistências que o governo está encontrando para quebrar a "expectativa inflacionária", o ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, diz que "a partir de junho, espera-se o declínio inflacionário para taxas bem menores. Segundo ele "podemos prever um resíduo inflacionário de 1% ao mês entre junho e dezembro, caso não sobrevenham novos fatores importados de alta que estão fora de nosso controle e vontade". Se esta estimativa for comprovada, a inflação deste ano deverá alcançar cerca de 30%, o que certamente não estava nos planos da Secretaria Geral de Planejamento que, há poucos meses, previu uma taxa inflacionária entre 18 e 20% para 1974.

(1) A inflação é medida pelo índice geral de preços no conceito de disponibilidade interna. Para calculá-lo, a FGV leva em consideração o índice do custo de vida na Guanabara (com peso 6), o índice de preços por atacado (com peso 3) e o índice do custo da construção (com peso 1).

PETROLEO A nacionalização da Aramco

Arábia Saudita assumiu o controle da maior companhia petrolífera do mundo: a Arabian American Oil (Aramco), que produz mais de 8 milhões de barris por dia. Através de um acordo provisório, assinado no último dia 10, os sauditas elevaram sua participação na Aramco de 25 para 60%.

A Aramco até dois anos atrás pertencia totalmente a quatro gigantes empresas petrolíferas americanas: Exxon, Standard Oil of California, Texaco (cada uma com 30% das ações) e Mobil Oil (com 10%). A Arábia Saudita — 3.º produtor e maior exportador mundial de petróleo — tornou-se sócia da Aramco em dezembro de 1972, quando adquiriu por 500 milhões de dólares 25% das suas ações. Nessa época ficou estabelecido que o governo saudita controlaria a Aramco em 1983, detendo 51% das suas ações.

Na primeira semana deste mês, no entanto, o ministro do Petróleo da Arábia Saudita, Zaki Yamani, comunicou em Genebra aos executivos da Aramco a decisão do seu governo de assumir imediatamente a posição de sócio majoritário da empresa. O acordo provisório não estipula a indenização a ser paga à Aramco e deverá ser discutido em julho quando, segundo o *Washington Post*, "os sauditas poderão obter um acordo

para ficar com 100% do controle". Não ficou acertado também que proporção da produção da Aramco será vendida às corporações petrolíferas americanas.

A nacionalização da Aramco — responsável por 95% da produção da Arábia Saudita — foi o lance mais recente da ofensiva dos países produtores do Oriente Médio para controlar o seu petróleo. Em setembro de 1973 a Líbia adquiriu 51% de grande parte das empresas petrolíferas que atuam no país e em fevereiro deste ano passou a dominar 100% de três

companhias americanas — a Texaco, a Standard Oil of California e a Libyan American Oil Company. O Kuwait, em janeiro último, comprou 60% do capital da Kuwait Oil pertencente à Gulf Oil e à British Petroleum. O Qatar — pequeno emirato do Golfo Pérsico — pouco depois, também assumiu 60% de todas as produtoras de petróleo que atuam em seu território.

A nacionalização da Aramco parece não ter afetado em nada as boas relações entre os sauditas e os Estados Unidos pois a Arábia Saudita é dos poucos países do Oriente Médio que hoje se dispõe a aumentar sua

produção petrolífera para atender às necessidades do ocidente, além de ser contrária a novas majoração nos preços do óleo cru. O presidente Nixon, em visita a Jeddah cinco dias após a assinatura do acordo provisório, afirmou que os Estados Unidos "tentarão elevar o nível de segurança da Arábia Saudita, pois se este país for forte e seguro aumentarão as possibilidades de paz no Oriente Médio". O rei Faiçal, chefe de governo da Arábia Saudita e tradicional aliado dos americanos, por sua vez condenou "aqueles que se opõem a Nixon, dentro e fora dos Estados Unidos".

BALANÇO

Aloysio Biondi

Uma certa moral

Mais de 100 corretoras foram à falência, nos Estados Unidos, quando a Bolsa de Nova York entrou em processo de lento declínio, no começo dos anos 70. A existência do faladíssimo SEC, órgão encarregado de fiscalizar o mercado de ações, e dotado de quase um milhão de funcionários, não foi suficiente para impedir que as instituições praticassem toda série de abusos — inclusive a venda de ações pertencentes a clientes, e entregues à guarda das corretoras.

A experiência norte-americana, há pouco mais de três anos, demonstra ser uma ilusão — muito bem alimentada pelos interessados — a crença generalizada, no Brasil, de que as distorções registradas nas Bolsas de Valores em 1971/1972 decorreram da falta de amadurecimento, da falta de estrutura do mercado. Bolsa é um jogo. Centenas de milhares de ações são negociadas a cada dia. Que órgão, mesmo nos moldes do SEC, poderia identificar uma corretora vendendo ações que não são suas, na verdade? Ou que órgão poderia descobrir que um Fundo de Investimentos está comprando determinada ação, em franco processo de baixa, apenas para beneficiar o dono das ações — talvez a própria corretora ou banco de investimento incumbido de administrar o Fundo, ou um diretor dessa instituição?

Do ponto de vista do investidor, a Bolsa não oferece segurança para suas poupanças. Do ponto de vista das empresas, que precisam de capital, as Bolsas não oferecem condições para a colocação das ações ou chegam mesmo a prejudicar os lançamentos.

A confissão de que as Bolsas distorcem, em lugar de fortalecer, todo o sistema de captação de poupanças no país, veio recentemente de um próprio representante do mercado. Em princípios do mês, um diretor do grupo Uninvest declarava, em esdrúxula entrevista ao *Jornal do Brasil*, que o Banco Central deveria proibir grandes lançamentos de ações. Por quê? Segundo ele, quando as empresas procuram aumentar seu capital por subscrição, os Fundos de Investimentos são obrigados a venderem parte de suas ações para, com o dinheiro apurado, realizar a subscrição. Ora, com essas vendas — alegava — as cotações caíam e a "imagem" da Bolsa era prejudicada. Em outras palavras: segundo o mercado bolsístico as empresas não devem aumentar seu capital, investir em novas fábricas, porque isso prejudica a Bolsa — apesar de que as Bolsas, segundo seus defensores, existem para capitalizar as empresas, captar poupanças remunerando-as e contribuir para que o país invista e cresça.

Traduzindo

Está a todo vapor uma campanha para "reerguimento" das Bolsas. Os argumentos do mercado, reproduzidos por um jornal carioca, merecem alguma meditação. Propõe-se, antes de mais nada, uma fusão entre os Fundos Mútuos e os Fundos 157, estes alimentados com recursos do Imposto de Renda. Motivo óbvio da proposta: o Ministério da Fazenda autorizou os Fundos 157 a colocarem mais dinheiro

nas Bolsas; os Fundos de Investimentos desejam beneficiar-se dessa "injeção" de recursos já que eles, por conta própria, não conseguem mais atrair o investidor. Desejam, então, trabalhar com o dinheiro do Imposto de Renda. Nas Bolsas, em operações de fiscalização impossível.

Quem mais? Segundo os jornais, os Fundos 157 "apresentam, em diversos casos, uma carteira de títulos bastante deteriorada, com papéis que, lançados no mercado primário cercados de uma auréola decorrente de uma excessiva demanda por papéis novos, não encontraram a devida sustentação no mercado secundário representado pelas Bolsas de Valores". A linguagem rebuscada parece querer esconder alguma coisa. E quer, realmente: os Fundos 157 estariam engasgados com ações de empresas pouco rentáveis, compradas na "corrida" — apesar de que os Fundos declaram ter departamentos técnicos para "selecionar" seus investimentos, e proporcionar lucros aos quotistas.

A seguir, vem a proposta de "solução" para esse problema: deveria haver uma "limpeza" nas carteiras dos Fundos 157. Algumas ações de empresas que se pudessem enquadrar no esquema do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) poderiam ser para ele transferidas, não com o sentido de sua hospitalização, mas antes como o de "renovação". É preciso traduzir? As ações de baixa qualidade, compradas pelos Fundos em operações que nunca serão suficientemente explicadas, devem ser empurradas para o BNDE. Com o dinheiro que o BNDE pagar por essas ações, os Fundos poderão "renovar" sua atuação. Em Bolsa, lógico.

Muito visível

A proposta dos Fundos vai até o ponto de sugerir medidas contra o investidor: "O que acontece hoje é que, chegada a ocasião em que ele pode resgatar, o investidor procura saber imediatamente o valor de suas cotas, e vai direto ao caixa para receber o dinheiro. Falta-lhe o sentido de capitalização. A primeira idéia que surgiu a respeito era a de impedir que os resgates continuassem a ser feitos à vista. Criar-se-ia um tipo de punição para esses investidores, como por exemplo o pagamento de uma taxa de saída. Se o resgate se processasse de uma forma gradual, por um prazo dilatado, aí sim, não haveria a cobrança de nenhuma taxa". O professor Octávio Gouvêa de Bulhões, pai dos Fundos 157 e que, paradoxalmente, vem sendo encarado pelo mercado como um líder da campanha de reerguimento das Bolsas, deve discordar de uma proposta como essa feita pelos seus liderados. Dizer que o investidor não tem "sentido de capitalização" é esconder várias coisas, entre elas: o dinheiro do Imposto de Renda, aplicado nos Fundos 157, inicialmente ficava retido por dois anos. Depois, para que os Fundos mais livremente "operassem" em Bolsa, o prazo foi dilatado para quatro anos. E que sentido de capitalização um quotista de Fundo 157 pode ter, no Brasil, se tudo que vê-se seu dinheiro reduzir-se a cada semana que passa?

Teriam por acaso sentido de capitalização os Fundos 157 que compraram ações de má qualidade e agora tentam empurrá-las para o BNDE? Ao comprar essas ações, tais Fundos 157 (e também os Mútuos) estavam especulando, em proveito próprio ou de "terceiros", ou investindo a longo prazo, isto é, com "sentido de capitalização"? O investidor tem o direito de ir ao guichê do caixa, sim — embora a sua vontade seja procurar a sala dos diretores do Fundo. Quanto à taxa imposta ao investidor que desejasse resgatar "prontamente" (outra invencione: os Fundos levam às vezes semanas para atender a pedidos de resgate), melhor seria que o Ministério da Fazenda revisse a "taxa de administração" que os Fundos cobram de seus quotistas. Mesmo que as quotas do Fundo estejam despencando, e o quotista perdendo seu dinheiro, a taxa de administração é calculada e cobrada diariamente.

A proposta de "punição" ao quotista parece ter sido já rejeitada. Cogita-se, porém, de sugerir que o Imposto de Renda de contribuinte, aplicado em um Fundo 157, fique retido por 10 anos. Para ser aplicado a longo prazo às empresas, dentro de um "sentido de capitalização", enfim? Não. A proposta dos Fundos é esta: "A liberação total das aplicações do 157 poderá ser o mecanismo de apoio ao processo de limpeza de suas carteiras". Explicando: os 157 só podem aplicar uma parcela (recentemente aumentada pelo Ministério da Fazenda) de seus recursos na venda e revenda de ações em Bolsa. A outra parte deve ser usada na compra de ações de empresas nacionais, de médio porte, que precisem capitalizar-se. O mercado deseja usar todos os recursos nas Bolsas. É esse o "sentido de capitalização" que se deseja impor ao investidor, forçando-o a reter quotas por 10 anos?

Os Fundos, nas Bolsas, com liberdade total. O investidor com seu dinheiro retido 10 anos. Proposta perfeita.

opinião

(no exterior)

Em Paris, a venda avulsa de Opinião é feita na livraria Joie de Lire e, também, na Librairie Portugaise 33, Rue Gay Lussac 75005

Portugal O culto do "spínolismo"

O presidente português, Antonio de Spínola, está dando passos com vistas a aumentar a sua base de poder para além do Movimento das Forças Armadas, apelando para os muitos conservadores em Portugal e nas colônias africanas, Angola, Guiné-Bissau e Moçambique.

Ao mesmo tempo, o general está projetando a imagem de um patriota que se encontra acima da política e que incorpora os valores espirituais do povo português.

Isto tornou-se evidente nas últimas aparições cuidadosamente selecionadas em importantes cidades do país, fora de Lisboa, quando Spínola falou para grandes multidões entusiásticas da necessidade de soluções nacionais.

A sua decisão de tomar emprestado o modelo Charles de Gaulle e criar o que os portugueses estão chamando de "o culto do spínolismo" foi bem recebida entre os conservadores não apenas em Portugal como também nas colônias — particularmente em Angola e Moçambique, onde os brancos temem a perda dos territórios para os movimentos de libertação africanos.

A tentativa do general de criar uma distância entre ele e o Movimento das Forças Armadas através desse "ir ao povo" também agradou aparentemente os diplomatas ocidentais em Lisboa, que estavam preocupados em saber quem de fato governava o país: Spínola ou os maiores e capitães socialistas.

Como muitos conservadores portugueses, cujo poder e posição continuaram os mesmos desde o golpe de 25 de abril que levou Spínola à presidência, os diplomatas confiam no militar aristocrático porque o conhecem e o compreendem.

Não têm tanta certeza em relação aos jovens oficiais idealistas do Movimento, muitos dos quais não escondem que são socialistas, liberais ou marxistas.

Como um número cada vez maior de pessoas estava deplorando a falta de "autoridade" (de lei e de ordem) nas fábricas, na imprensa e nas reuniões políticas, Spínola aprovou duas semanas atrás a prisão de um militante maquista. Foi a primeira detenção desse tipo desde o golpe.

Spínola tenta voltar-se para o Partido Comunista para esvaziar o movimento operário radical, ao mesmo tempo que trazia para a sua administração políticos direitistas ligados à ditadura de Salazar e Caetano.

As suas indicações civis para o Conselho de Estado, composto de 21 membros, incluíram, por exemplo, Azeredo Perdigão, que se distinguira como político escorado no ditador Salazar, e Diogo Freitas, um colaborador de Marcelo Caetano.

Os dois mais Spínola e os seis altos oficiais da Junta diluem obviamente os sete votos dos oficiais que representam no Conselho o Movimento das Forças Armadas. De acordo com estes últimos, a função do Conselho seria a de supervisionar Spínola e o governo.

Nas últimas semanas, o general conferenciou com Veiga Simão, um velho amigo conservador. Os jornais de Lisboa ressaltaram as frequentes visitas de Simão ao palácio presidencial.

O Movimento das Forças Armadas tem acesso direto a Spínola não apenas através de oficiais do seu Estado-Maior, como também através do general Francisco da Costa Gomes, chefe do Estado-Maior conjunto e vice-presidente da Junta de Salvação Nacional, a qual permanece no ápice da complexa estrutura de poder.

Acredita-se que Costa Gomes tem muito mais simpatia do que Spínola para com os jovens oficiais idealistas do Movimento. De fato, ele tomou parte em um golpe militar abortado contra Salazar em 1961, porque achava que Portugal não podia vencer as

guerras coloniais. Na época, Spínola manteve-se afastado dos rebeldes.

Nessa manobra para manter a balança entre esquerda e direita, Spínola nomeou recentemente o general Silvino Silvério Marques para governador de Angola, onde há 13 anos os africanos se rebelaram pela primeira vez contra a dominação portuguesa.

O general Marques é considerado um direitista. Ele serviu como governador de Angola 12 anos atrás, durante a ditadura.

O novo governador de Moçambique entretanto, é Henrique Soares de Melo, um advogado socialista de Lourenço Marques que não despreza a possibilidade de que a colônia venha a conquistar a independência. (Miguel Acoca, The Washington Post)

ARGENTINA I A ameaça ao Pacto Social

O plano antiinflacionário da Argentina, apresentado orgulhosamente para o mundo há dois meses como um modelo, começou a entrar em prática. Nas últimas semanas, as greves ilegais por salários mais altos em indústrias-chaves e aumentos ilegais dos preços dificultaram os esforços do país no sentido de controlar a inflação em 20 por cento neste ano.

O plano antiinflacionário — um acordo formal entre organizações trabalhistas, organizações de comerciantes e o governo para baixar o custo de vida — foi assinado em junho passado depois de iniciada a gestão de Hector Campora e renovado quatro meses mais tarde quando Campora renunciou e Perón foi eleito.

O pacto, baseado na incontestável autoridade majoritária de Perón nas eleições, funcionou levando a inflação a cair de uma taxa anual de 80 por cento para cerca de 12 por cento. Um ministro de gabinete mexicano em visita elogiou o pacto em abril, e funcionários argentinos disseram que ele poderia ser um exemplo para o mundo.

Então, em fins de abril, a taxa de inflação começou a acelerar — mais do que triplicar, segundo cálculos governamentais. Uma vez que os cálculos governamentais são baseados em preços oficiais, o crescimento é provavelmente maior ainda. O preço das roupas duplicou este ano. Alguns alimentos de preço controlado, especificamente ovos, leite e açúcar, frequentemente não estão disponíveis a preços oficiais. "Há ovos suficientes estocados nos frigoríficos para durar até um ano", diz o proprietário de um pequeno armazém num bairro de apartamentos de classe média. "Mas eles não são entregues a preços oficiais — esperam até que o preço suba. Acontece o mesmo com o açúcar. Meu fornecedor nem atende mais o telefone". Aconteceram duas coisas ao plano: Primeiro, de acordo com economistas do governo, a inflação mundial infiltrou-se na Argentina sob a forma de altos preços de matérias-primas importadas para quase tudo, com exceção de comida. Por outro lado, a autoridade de Perón sobre o movimento trabalhista que ele criou está sendo desafiada por rebeldes esquerdistas de dentro do movimento e por líderes não peronistas. Contrariando as instruções de comandos sindicais peronistas, sindicatos locais recentemente entraram em greve em duas importantes usinas de aço e numa grande fábrica de espaguete, e conseguiram salários mais altos com a greve dos jornais de Buenos Aires. Um sindicato não peronista deflagrou recentemente uma

greve nacional de professores por três dias e outra por dois dias em maio.

Não faltam válvulas de escape. O ministro da Economia, José B. Gelbard, questionado por membros do Congresso, recentemente colocou a culpa na direita. Mas os rebeldes peronistas de esquerda dizem que ele está por trás das greves porque deseja renegociar o acordo. Na sua forma atual, dizem eles, o acordo pode manter o poder de compra da classe trabalhadora mas não está transferindo riquezas para os trabalhadores.

O agravamento da erosão do Pacto Social chegou no dia 12 desse mês a um ponto considerado tão perigoso que Perón ameaçou renunciar. Mas a crise foi contornada rapidamente: no dia seguinte manifestações de massa garantiram a Perón, com essa demonstração de força, a autoridade moral para prosseguir com sua política econômica. (Joseph Novitski, The Washington Post)

ARGENTINA II A cooperação com o Leste

Nos últimos cinco meses a Argentina assinou uma série de acordos com o bloco soviético que eventualmente poderiam fazer deste país a base latino-americana para a indústria pesada da Europa Oriental. Os pactos assinados com a União Soviética, Polônia, Tchecoslováquia e Hungria indicam que a Argentina fez uma escolha tentadora da tecnologia do leste europeu em mineração, energia hidrelétrica, pesca, aço e indústria metalúrgica.

No auge das negociações em maio, membros de uma missão argentina à Europa Oriental disseram que o presidente Juan D. Perón havia aceitado um convite para visitar a União Soviética — para fazer uma demonstração de sua política externa independente. As negociações com a Europa Oriental poderiam tornar a Argentina uma base de mercado latino-americana para a Europa Oriental, tanto quanto o Brasil o é em relação à indústria americana e da Europa Ocidental.

Durante a missão comercial de maio, os argentinos concordaram em estabelecer empreendimentos conjuntos com a Tchecoslováquia para produzir geradores e turbinas hidrelétricas Skoda na Argentina, e com a Polônia para pescar e processar 50 mil toneladas de peixe da costa do Atlântico sul, no litoral argentino.

O ministro da Economia, José Gelbard, que liderou a missão argentina a Moscou, encontrou-se separadamente com os três dirigentes do governo soviético — presidente Nikolai Podgorny, o secretário do Partido Leonid Brejnev e o primeiro-ministro Alexei Kosygin. As negociações entre a Argentina e os soviéticos seguiram-se a um período de declínio da influência soviética na América do Sul depois da queda do presidente chileno Salvador Allende, cujo governo estava estreitamente ligado a Moscou. Depois do golpe, Moscou rompeu relações com o Chile.

Os últimos acordos entre a Argentina e os quatro países da Europa Oriental só são comparáveis no Hemisfério Ocidental às negociações do bloco soviético com Cuba. Todos eles visam a cooperação científica e tecnológica a longo prazo. "Nós não estamos apenas efetuando um intercâmbio comercial com os russos", disse Oscar Garcia Rey, economista e porta-voz da divisão de comércio exterior do Ministério da Economia argentino. "Entramos no campo da cooperação".

Os acordos receberam 100 milhões de dólares de crédito da Polônia e mais 50 milhões de dólares da Hungria. A delegação argentina, enquanto estava na Europa, forneceu à imprensa dados numéricos exagerados, aparentemente por razões de política interna. "Fontes argentinas" não identificadas informaram a jornalistas ocidentais em Moscou no dia 7 de maio que a União

Soviética havia oferecido um crédito de 600 milhões de dólares para ajudar o ambicioso plano hidrelétrico da Argentina. Diferentemente dos créditos poloneses e húngaros, este nunca foi materializado num acordo assinado.

Os relatórios acerca dos 600 milhões de dólares, publicados frequentemente por jornais argentinos, causaram um impacto na inquieta facção esquerdista do heterogêneo movimento político de Perón. Esta, de acordo com fontes esquerdistas insatisfeitas com a política interna conservadora de Perón e ansiosos por atitudes mais declaradamente antiamericanas, considera a quantia "uma prova de verdadeira mudança na política". (J.N.)

ARGENTINA III Peronistas, apesar de Perón

O idoso presidente da Argentina, Juan Domingo Perón, está constantemente ameaçado por uma luta pelo poder. Atualmente, seus seguidores esquerdistas estão levando a pior.

Porém, como declarou um líder do grupo esquerdista de Perón, não haverá recuo, embora Perón tenha praticamente expurgado de seu movimento os ativistas radicais. Os esforços da esquerda para levantar o peronismo não cessarão, disse recentemente Mario Firmenich a um grupo de correspondentes estrangeiros. Firmenich é um líder da Juventude que lutou em nome de Perón e no ano passado surgiu como um líder da esquerda peronista.

Firmenich e seus seguidores planejam continuar organizando sindicatos trabalhistas peronistas, grupos de juventude peronistas, associações de estudantes peronistas e clubes políticos peronistas por bairros, a fim de inclinar para o socialismo o "modelo argentino". Tudo isto em nome de Perón, disse Firmenich.

"Identificamo-nos com o nacionalismo revolucionário e popular das massas peronistas e é por isso que somos peronistas, apesar das atuais divergências com o general Perón", declarou Firmenich. Parece complicado, mas faz parte da luta pelo poder dentro do peronismo, de longe o movimento político mais forte da Argentina.

Até recentemente, havia lugar para todas as ideologias na ampla frente política chamada peronismo. Jovens de direita e de esquerda, que não haviam conhecido Perón como o presidente populista e homem forte que ele foi entre 1946 e 1955, envolveram-se com organizações de guerrilha urbana peronistas durante o exílio de Perón.

Em organizações legais, fascistas conviviam com os socialistas ao lado de líderes sindicais moderados e negociantes nacionalistas, disputando entre si nos escalões do peronismo. O fator unificador era a lealdade pessoal a Perón e o poder da massa de seus seguidores.

Então Juan Perón voltou de um exílio milionário em Madri no ano passado e, com 78 anos de idade, tornou-se presidente da Argentina pela terceira vez. Ele governou como um estadista nacionalista e conservador, em nome da unidade nacional num país dividido.

Mas entre seus seguidores destacaram-se quatro grupos rivalizando-se para conquistar a influência e o poder, lutando frequentemente com violência para ter o primeiro lugar dentro do movimento quando Perón morrer.

"Nossa obrigação como peronistas é lutar para corrigir a orientação e, caso as estruturas do movimento oficial estejam esclerosadas e distorcidas, para gerar outras estruturas capazes de canalizar toda a vitalidade e a experiência de luta das massas peronistas", declarou Firmenich, representante dos Montoneros, que foi um grupo de guerrilha urbana responsável pelo sequestro e assassinato em 1970 do general Pedro Aramburu, oficial do Exército que

havia sido o primeiro militar a substituir Perón depois de sua queda em 1955.

Desde a volta de Perón, os Montoneros se destacaram e reivindicam a posição central na esquerda peronista demonstrando a força de sua organização em comícios de rua e greves ilegais.

Do ponto de vista de Firmenich, a luta pelo poder dentro do peronismo é a seguinte: "Acreditamos que neste estágio o general Perón está realizando uma política errada, permitindo que a hegemonia dentro do governo fique com a alta burguesia, que desorganiza o povo e confunde os peronistas".

A volta de Perón, a facção que atualmente domina a luta pelo poder dentro do peronismo é a direitista, liderada por José Lopez Rega, ministro do Bem-Estar Social. Lopez Rega, ex-cabo de polícia que já foi leão de chácara e astrólogo, é a favor de um governo nacionalista autoritário com ênfase destacada na ordem imposta pela polícia.

No centro estão alinhadas duas forças. Existe uma geração mais velha de nacionalistas com algum poder econômico agrupada em volta do ministro da Economia, José B. Gelbard, e existem os poderosos sindicatos trabalhistas.

A esquerda está sendo afastada, e os peronistas de esquerda e direita têm deixado um permanente e sangrento rastro de assassinatos políticos desde que Perón voltou. A perspectiva de novas lutas não amedronta os Montoneros, disse Firmenich. "Estamos numa luta contra um inimigo concreto", declarou ele. "E existem três princípios básicos de guerra popular que devemos respeitar: destruir o inimigo pelo desgaste, construir nossas forças fundamentais na participação e na mobilização de massa, e obter apoio político, econômico e militar do exterior". (J.N.)

IEMEN DO NORTE À sombra do rei Façal

Uma junta militar tomou o poder da República Árabe do Iêmen (Iêmen do Norte) na noite do dia 13 de junho. A Arábia Saudita, onde era esperado o presidente Nixon, reconheceu implicitamente o novo regime, qualificando de "problema interior" o golpe de Estado e colocando-se em guarda contra toda "intromissão estrangeira". Esta atitude é suficiente para provar que os militares que derrubaram o regime do cádi Iriani desenvolverão as mais estreitas relações com Riad.

A reação saudita ao golpe de Estado foi surpreendente pela sua rapidez. Menos de duas horas após a difusão da primeira proclamação dos insurretos, o gabinete do rei Façal — que se manifesta raramente e com uma particular lentidão — difundiu um comunicado peremptório: os acontecimentos de Sanaa (capital do Iêmen do Norte) eram apenas um "problema de ordem interna" e o reino wahabita "não permitirá qualquer intromissão estrangeira, donde quer que venha".

Os golpistas, que se apresentam como sancionadores de males, "constrangidos" a tomar o poder devido à "inecúria" e à "corrupção" que medram na administração, não tardaram em responder à gentileza do rei Façal. A rádio de Sanaa informava, no fim do dia 13, da gratidão do novo regime "para com os países que forneceram ajuda ao Iêmen e, em primeiro lugar, para com a Arábia Saudita, nosso grande vizinho".

O contrário disso teria sido surpreendente. O alto comando militar do Iêmen, que preenche também as funções de Ministério da Defesa (inexistente em Sanaa), obtém a maior parte de seus recursos do orçamento saudita. Poder-se-ia mesmo sustentar que ele está ligado ao governo

continua na página ao lado

continuação da página ao lado

wahabita uma vez que recebe os fundos e créditos diretamente de Riad, sem passar pelas altas instâncias políticas de Sanaa. O chefe da junta, coronel Hamidi, conhecido por suas tendências de extrema-direita, passava por ser um homem muito próximo dos dirigentes sauditas.

Também se dá o mesmo com um dos principais lugares-tenentes de Hamidi, o coronel Hussein El Messwari, cuja hostilidade à República Democrática do Iêmen (Iêmen do Sul) é publicamente notória. Os artífices do golpe de Estado são, além disso, as bases do poder de uma coalizão de militares conservadores, chefes tribais e ex-monarquistas ligados ao regime, cujas simpatias ou dependência para com a Arábia Saudita não deixam margens de dúvida. Foi durante um congresso clandestino, realizado em meados de abril, e do qual participaram principalmente Messwari e os xeques Abdallah Al Amar e Sinan Abu Luhum — chefes das duas principais confederações tribais do país, reconciliados oportunamente — que foi tomada a decisão de derrubar o regime.

Os conspiradores tinham decidido passar à ação para colocar em xeque a política dita de "retificação" iniciada pelo chefe de Estado em 1973, e cujos principais objetivos eram consolidar a independência do país face ao "grande vizinho" do norte, e isso essencialmente colocando no passo o Exército e as tribos, essas últimas sendo igualmente tributárias de Riad para sua subsistência. A destituição — disfarçada como renúncia — do primeiro-ministro, o cádi Abdallah El-Hijri, em fevereiro último, é que soou o alarme. Monarquista, tardiamente reconciliado com a República, admirador incondicional do rei Façal, Hijri tinha cedido, exatamente um ano antes, uma larga porção dos territórios fronteiriços à soberania saudita. Os partidários do primeiro-ministro destituído estavam ainda mais preocupados porque o chefe de Estado, o cádi Iriani, procurava colocar sob a tutela da presidência da República o alto comando militar, o qual — para grande satisfação do reino saudita — multiplicava os incidentes na fronteira com a República Democrática do Iêmen (do Sul). Estes incidentes tinham custado a vida, apenas em março e abril, de cerca de 200 aldeões e soldados, cidadãos do Iêmen do Sul. O cádi Iriani tinha entretanto dado instruções estritas a fim de que cessassem essas "provocações".

Para abrir caminho ao seu golpe de Estado, os "conspiradores de abril" lançaram mão de uma estratégia de terror, que tinha sido revelada na época pelo semanário libanês *Al-Balagh*, cujas informações se revelaram sempre bem fundamentadas. O clã pró-saudita, através de duas organizações "antiterroristas" — a Sabaa e o "esquadrão da morte" — destinada a lutar contra os guerrilheiros revolucionários e a "subversão" da frente unida dos partidos de esquerda, lançava-se há vários meses a atentados e assassinatos em série dirigidos não apenas contra os membros da oposição como também contra personalidades próximas do cádi Iriani. O objetivo era criar um clima suficientemente confuso para propiciar a derrubada do regime.

No dia 25 de abril último, cerca de 20 cadáveres de partidários do chefe de Estado foram encontrados em diversos bairros da capital. Alguns dias antes, as embaixadas da França e da URSS foram alvos de atentados, um a bomba, outro a bazuca. No dia 6 de maio último, morria "misteriosamente" — de uma forte dose de veneno — Abdel Kader Said, um dos dirigentes do movimento progressista iemenita hostil ao regime de Façal, o que provocou uma viva emoção nos milhões de nacionalistas de Sanaa. Ao mesmo tempo, os incidentes suscitados pelas tribos intensificavam-se na fronteira sul-iemenita.

No momento em que o presidente Nixon aterrissasse em Djedda, o rei Façal poderia estar mostrando que não somente a "ordem" reinava na

quase ilha árabe como também os adversários do reino wahabita e dos Estados Unidos — a República Democrática do Iêmen, que não tem relações diplomáticas nem com Riad nem com Washington — estão mais do que nunca isolados. (Eric Rouleau, *Le Monde*)

FRANÇA A demissão de Schreiber e os testes nucleares

Horas depois de ter demitido o ministro das Reformas, Jean-Jacques Servan-Schreiber, por ter criticado publicamente os planos do governo de realizar novos testes nucleares na atmosfera (1), o presidente francês Valéry Giscard d'Estaing anunciou o cancelamento, no dia 10 de junho, de uma das controversas explosões, alegando motivos econômicos.

A disputa em torno dos testes nucleares — que produziu a primeira perturbação no novo governo — já tinha sido prevista (veja *Opinião* n.º 83, edição semanal brasileira do *Le Monde: Afastando os Gaullistas*) quando o presidente pediu ao milionário editor do *L'Express* para fazer parte do gabinete.

Servan-Schreiber tem uma longa história de oposição aos testes nucleares. Sua demissão é um golpe na tentativa de Giscard de promover a imagem de um presidente tranquilo, de um político frio. O único vitorioso no episódio foi a UDR, o partido gaullista, que durante anos esteve em conflito com Schreiber. Mas o último esforço do líder reformador para se mostrar como um político sério abafou as importantes decisões do gabinete Chirac.

Mantendo as promessas feitas durante a campanha, o governo disse que proporá uma legislação que diminua a idade mínima para o exercício do direito de voto (de 21 para 18), assim como a anistia por infrações legais de menor importância tais como multas de trânsito e a realização de uma sessão conjunta da Assembléia Nacional e do Senado para estudar pequenas mudanças constitucionais.

Giscard e Schreiber reuniram-se durante meia hora e o presidente elogiou o seu ex-ministro como um homem de "talento, inteligência e imaginação", palavras que revelam bem o embaraço do governo no caso. Mas o presidente justificou sua decisão como "indispensável para manter a coesão e as boas condições de trabalho" do governo.

Apesar da reputação de Schreiber como um homem enfadonho — e da sua decisão de última hora de apoiar Giscard — ele era tido como o principal homem de idéias da nova administração. O braço direito de d'Estaing, o ministro do Interior Michel Poniatowski, descrevera a função de Schreiber como um mandato para "imaginar o futuro".

Os três outros ministros e três subministros que pertencem ao partido centrista de Schreiber (o Reformador) continuam fazendo parte do governo.

Se bem que o ministro das Reformas tenha precipitado a sua queda ao acusar as Forças Armadas de terem forçado o presidente a determinar o que as autoridades prometem sejam os últimos testes nucleares atmosféricos da França, na verdade o governo tornou as coisas mais difíceis para Schreiber. A declaração governamental de que a última série de testes atmosféricos seria levada adiante foi feita antes que a questão fosse discutida no gabinete.

O programa nuclear tem sido defendido há muito tempo pelos gaullistas, os quais garantem a Giscard mais da metade das cadeiras na Assembléia Nacional, que lhe são aliás indispensáveis. Outro fato revelador do poderio dos gaullistas foi a súbita redução das responsabilidades envolvidas no cargo que Giscard ofereceu a Françoise Giroud, co-

fundadora e colunista do *L'Express*, para representar os interesses femininos no gabinete. Giroud abdicou do insignificante posto depois que o primeiro-ministro Jacques Chirac e dois ministros gaullistas fizeram sérias objeções à inclusão no gabinete de uma mulher que apoiou o candidato da união das esquerdas, Mitterrand, nas eleições para a presidência.

Ao anunciar o cancelamento de um dos testes numa reunião especial do gabinete, Giscard não mencionou quantas explosões estavam planejadas para a série de testes a se realizar no atol de Mururoa, no Pacífico Sul. No ano passado foram feitos cinco testes na região.

Esse cancelamento foi aparentemente ditado por um desejo de evitar a impressão de se estar desperdiçando dinheiro com a controversa e crescente força nuclear independente da França. Tanto mais que dois dias depois seriam anunciadas drásticas medidas de austeridade sócio-econômica.

A França deverá ter um déficit de 6,5 bilhões de dólares na sua balança de pagamentos em 1974 e a inflação atinge o nível de 17% ao ano. (Jonathan C. Randal, *The Washington Post*).

(1) Na segunda-feira, dia 17 de junho, o governo australiano denunciou que a França havia explodido a primeira bomba nuclear da série de testes prevista no atol de Mururoa. O primeiro-ministro Gough Whitlam enviou uma nota de protesto ao governo francês, expressando sua "profunda preocupação". Informa-se que o governo de Canberra enviará a todos os países do mundo um comunicado alertando sobre os perigos das explosões francesas. (N. da R.)

ITALIA Impasse político e econômico

O quinto gabinete presidido por Mariano Rumor, 36.º governo da Itália desde a Segunda Guerra Mundial, foi obrigado a renunciar no dia 10 de junho como resultado da mais séria crise política e econômica enfrentada pelo país na sua história republicana.

A causa imediata de mais esse fracasso governamental em Roma está na cisão entre o Partido Socialista, de um lado, e a democracia cristã e social-democratas, de outro, todos três compoem a maioria de centro-esquerda da coalizão. O estopim foi a rígida política fiscal preconizada pelo presidente do Banco da Itália, Guido Carli, e pelo ministro do Tesouro, Emilio Colombo, como saída para a difícil situação econômica do país.

Os empréstimos tomados no exterior atingiram mais de 10 bilhões de dólares (6 trilhões e 500 bilhões de liras) em dois anos. A taxa de inflação já chegou a 20%. A desvalorização oficial da lira, calculada pelo Banco da Itália, atingiu o nível recorde de 18,11% em relação a 9 de fevereiro de 1973, data da última cotação antes da flutuação da moeda italiana. O custo de vida aumentou 1,2% em abril deste ano, o que representa um aumento de 16,3% em relação ao mesmo mês do ano passado.

Diante desse quadro, a proposta de fortes restrições à produção e de rigidez social da economia colocou imediatamente contra o ministro do Tesouro e o presidente do Banco da Itália os sindicatos e os partidos de esquerda. E foi para não se afastar da esquerda e dos sindicatos que os representantes socialistas no governo se opuseram à aplicação das severas medidas de restrição ao crédito. Eles não queriam a renúncia ministerial, pois pensavam em reforçar sua posição no governo, pelo menos para conjurar o constante perigo que os ameaça: uma possível aproximação entre democratas-cristãos e comunistas, feita à sua revelia e às suas custas. Assim,

procurando manter-se como ponto de equilíbrio, os socialistas rejeitaram a austeridade monetária: dessa forma não se apartam dos comunistas, o que lhes seria desastroso (os sindicatos são em grande parte controlados pelo PCI), e mantêm a DC na indecisão pelo medo de se isolar (os outros membros da coligação governista, os social-democratas e os republicanos defenderam a aplicação das medidas propostas por Carli).

No dia 3 de junho, diante do Comitê Central do PCI, o secretário-geral Enrico Berlinguer, apesar das oposições que lhe fazem atualmente, insistiu na necessidade de um "compromisso histórico" entre os comunistas e os democratas-cristãos. Essa teoria, que parece confirmar a acusação feita pela esquerda radical de que o PCI é cada vez mais um partido do regime e não contra ele, foi lançada por Berlinguer logo após os acontecimentos do Chile. Contrariamente à maior parte das interpretações, Berlinguer atribuiu a derrubada do governo Allende ao excesso revolucionário da Unidade Popular, que não fez as concessões suficientes para a democracia cristã de Frei. Para ele não foi a própria natureza do "reformismo" que implicou no fracasso da "via chilena para o socialismo", mas sim a "pressa" e o "radicalismo". Também por isso é que não pede a entrada do PCI no governo, pois no momento as condições ainda não estão amadurecidas, mas propõe uma forma de cooperação ("colaboração entre as forças sociais") para desenvolver os "elementos positivos" da situação. "É um absurdo pensar que se possa seriamente enfrentar a situação econômica sem a contribuição

dos comunistas", disse Berlinguer, propondo a cooperação dos comunistas com a maioria de centro-esquerda no Parlamento.

As três saídas para a crise ministerial são as seguintes: ou se refaz a coligação de centro-esquerda, o que é mais provável mas aparentemente inútil (apenas adiando por pouco tempo uma nova crise); ou a maioria se abre para os comunistas (idéia que os defensores de um capitalismo rigorosamente planejado, como Carli e Colombo, rejeitam vigorosamente); ou, então, saída débil, de funcionalidade precária, cria-se um Ministério minoritário democrata-cristão (pois está afastada qualquer abertura para a direita num momento em que os atentados fascistas exaltam os ânimos em todo o país).

Esta última solução é tida como provável pelo ministro do Orçamento do gabinete demissionário, o socialista Antonio Giolitti, que informou que o seu partido vê poucas chances de voltar a uma coligação com a DC.

A recusa do presidente da República, Giovanni Leone, em aceitar o pedido de demissão do gabinete Rumor de fato não significa muito: apenas deixa em aberto se Rumor manterá ou não sua decisão. Caso desista da renúncia, isso será o mesmo que reformular a coligação de centro-esquerda demissionária (opção inútil, como já vimos). O fato é que a liderança da DC se encontra indecisa: o secretário-geral do partido, Amintore Fanfani, recusa-se à eventual designação para formar um novo gabinete, sentindo-se talvez ainda numa posição politicamente fraca após a derrota sofrida no referendo do divórcio.

EM TODAS AS BANCAS
Cr\$ 7,00

PARA ENTENDER AFINAL

WATERGATE AS GRAVAÇÕES SECRETAS DE NIXON

comentários de
MARY McCARTHY - NOAM CHOMSKY

comentários de
BOB WOODWARD E CARL BERNSTEIN
jornalistas do THE WASHINGTON POST que denunciaram o escândalo



**FERNANDO
HENRIQUE
CARDOSO**

EDITADO POR
opinião

A existência, em Angola, de três movimentos de libertação, todos três pretendendo representar, tão largamente quanto possível, as populações desse território, é um fator particularmente explosivo. A curto prazo, as dissensões entre os dirigentes do MPLA (Movimento Popular para a Libertação de Angola), da FLNA (Frente de Libertação Nacional de Angola) e da UNITA (União para a Independência Total de Angola), separados por rivalidades pessoais ou por opções ideológicas e políticas diferentes, são naturalmente um obstáculo de porte para a abertura de um eventual diálogo entre os novos dirigentes de Lisboa e os porta-vozes qualificados da rebelião nacionalista.

Esta é a opinião geral em Angola, das autoridades portuguesas, dos membros do Movimento Democrático Angolano, que reúne intelectuais liberais, brancos e negros, que pensaram durante o regime salazarista, e dos africanos que não escondem sua simpatia pelo movimento do dr. Agostinho Neto, líder do MPLA.

Embora deplorando oficialmente essas rivalidades, que poderiam favorecer em Angola um processo de congolização (NR — referência às guerras de secessão no ex-Congo belga, depois da independência), as autoridades portuguesas locais são naturalmente tentadas a explorá-las para enfraquecer a posição de seus futuros parceiros africanos, numa discussão que se anuncia particularmente delicada.

Tudo se passa à portuguesa, discreta e sutilmente. Mas a maneira como alguns jornais de Luanda, que adotaram a "nova linha democrática" da metrópole com atraso e ambigüidade, dão conta dos conflitos de tendência no seio do MPLA ou das "muito boas disposições" de Jonas Savimbi, líder da UNITA, que foi sondado oficiosamente por um missionário católico da região de Luso, diz muito sobre as esperanças dos meios europeus contrários a uma evolução demasiado rápida e, sobretudo, a uma negociação em que o MPLA aparecesse como o interlocutor privilegiado.

Dos três movimentos de libertação, o MPLA, de tendência socialista, é no entanto aquele que rejeita mais energeticamente o racismo, negro ou branco, e preconiza uma Angola independente e multirracial, na qual os angolanos de origem européia também



24 de junho de 1974

5, rue des Italiens — Paris, 9e - Tel. 7-709.129

ANGOLA

As rivalidades nos movimentos de libertação

Marcel Niedérgang

teriam seu lugar.

Mas as proclamações oficiais do MPLA são recebidas com ceticismo, aliás nas duas comunidades, por todos os que acham que o dr. Agostinho Neto não tem condições para controlar realmente as eventuais reações emotivas e epidérmicas de uma grande parte da população africana, para a qual o acesso à independência "será sinônimo, em primeiro lugar, de espoliação e de revanche elementar".

Eles acrescentam que as emissões do MPLA, difundidas pela rádio de Brazzaville (República Popular do Congo, ex-francês), muito ouvidas em Angola por causa da sua potência, lançam frequentemente *slogans* inquietantes. Roberto Holden (FLNA), instalado em Kinshasa (Zaire, ex-Congo belga), cujo movimento é muito ativo a nordeste de Luanda, parece que, desse ponto de vista, é ainda mais direto, apelando para os sentimentos de revolta e vingança da população africana. Segundo informações de boa fonte, a FLNA dispõe, no norte de Angola, no maciço montanhoso e coberto de florestas de Dembos, de 5 mil guerrilheiros que controlam uma população africana calculada em 20 mil pessoas.

A frente pode ainda contar com uma reserva de 10 mil homens, treinados em diversos campos situados no Zaire, entre os quais o de Kinkuzu. Segundo a agência Zaire-Presse, 122 instrutores chineses acabam de chegar a esses campos.

O Estado-Maior português em Angola não afasta a hipótese de uma retomada vigorosa das atividades

militares da FLNA, no norte do território. Acredita-se também em Luanda que o presidente Mobutu, do Zaire, desejando aumentar sua autoridade nas organizações africanas e preocupado em ver em Luanda um governo que compartilhe de suas opções políticas, incitará os líderes da FLNA a aumentar sua pressão militar em Angola. Diz-se que ele os animou especialmente a recrutar novos combatentes, em ritmo acelerado, entre os 500 mil angolanos atualmente refugiados no Zaire.

Quanto à UNITA, cuja representatividade é subitamente evidenciada pelas autoridades portuguesas de Luanda, pode ser tentada a representar o papel de intermediária entre o MPLA e a FLNA, ou a participar das disputas intestinais entre os dois movimentos, para tirar vantagem.

As tímidas pretensões de movimentos rivais da Guiné-Bissau e as reivindicações de pequenos grupos em Moçambique, frequentemente formados pelo governo de Caetano para enfraquecer a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), parecem negligenciáveis se considerarmos a seriedade e gravidade das rivalidades entre os movimentos de libertação em Angola. Em Brazzaville, o dr. Pinto de Andrade, outro líder do MPLA, confirmou que seu movimento não pensava, no momento, em

negociar com a FLNA de Roberto Holden. Segundo o mesmo dirigente, também não se considera, nas atuais condições, a abertura de negociações com as autoridades portuguesas. O dr. Agostinho Neto, que também se encontra há alguns dias em Brazzaville, parece ser menos contrário à convocação de um congresso pelo MPLA.

Essa reunião é reclamada com insistência por alguns dirigentes do MPLA, como Mário de Andrade, Eduardo Santos e Hugo Meneses, seus fundadores, que criticam as tendências "autoritárias" de Agostinho Neto. Este, que já enfrenta as tendências de cisão de Chipenda, chefe dos grupos armados do MPLA que operam na região leste de Angola, a partir de Zâmbia, certamente começará por acabar com a insubordinação de alguns de seus velhos lugar-tenentes, já mais ou menos destituídos por aquele que os intelectuais negros de Luanda já chamam de "presidente Neto". Um padre africano me disse: "Seria um drama terrível se as atuais intrigas, em Angola e fora de Angola, chegassem a eliminar um dirigente respeitado e que possui uma verdadeira estatura de chefe de Estado".

Embora as duas minorias (a liberal, que aceita entrar com franqueza no jogo da independência, e a "rodesiana", que quer uma independência "branca", mas camuflada) estejam cada vez mais ativas em Luanda, a grande maioria da população, européia ou africana, encontra-se numa expectativa onde entram a inquietação, a cólera,

esperanças e apreensões, e que se alimenta da ambigüidade da situação atual. Na Guiné-Bissau e em Moçambique (após o primeiro contato entre Mário Soares e Samora Machel, em Lusaka) as coisas parecem mais claras hoje, mas o mesmo não ocorre em Angola, onde todo mundo concorda que nada ainda está resolvido.

Sumamente alguns simpatizantes do MPLA se mostram confiantes: "Sabemos que nossa representatividade política é incontestável e podemos prová-lo a qualquer momento paralisando as atividades na capital".

Nesses meios, como nos do Movimento Democrático de Angola, há, no entanto, uma certa preocupação com a nomeação do general Silvino Silvério Marques para governador-geral de Angola. Este, irmão de um dos membros da Junta de Salvação Nacional de Lisboa, já foi governador em Luanda. Não é muito bem visto pelos brancos da classe média, que o reprovam por ter favorecido "a ascensão de uma pequena burguesia negra", que recebeu novas responsabilidades. Mas sua volta a Luanda desperta ainda mais reservas entre os liberais, negros e brancos, por causa da sua atitude "resolutamente colonialista durante o mandato precedente".

Quando de sua passagem por Luanda, Almeida Santos, ministro das Relações Interterritoriais de Portugal, sondou numerosas personalidades. A maioria delas recomendou, em todo caso, a nomeação de um militar "diante das circunstâncias particulares em Angola". De boa fonte, informa-se que foram oferecidos pelo menos três lugares no governo aos representantes dos movimentos africanos de libertação, que teriam assim aceitado participar indiretamente do governo que se forma atualmente em Angola.

Mas as dissensões entre os dirigentes nacionalistas não permitiriam, pelo menos no momento, uma resposta positiva nesse caso.

Os chefes do Exército português estão, de sua parte, muito atentos à febre que sobe entre a população. Há sempre incidentes a temer. O assassinato de um africano por um garçom, em Luanda, durante uma discussão política, fez com que o Estado-Maior reforçasse as medidas de alerta.

A CHINA E A CAMPANHA ANTI-CONFÚCIO

"A reputação que não vale grande coisa"

No dia 13 de junho, em Pequim, cartazes murais lançaram críticas abertas ao Comitê Revolucionário da municipalidade. É a primeira vez, depois do início da campanha "anti-Lin Piao — anti-Confúcio", que o Comitê Revolucionário de Pequim é submetido a ataques, como o foram recentemente, segundo viajantes, os Comitês Revolucionários de certas províncias.

Os primeiros cartazes, colocados numa extensão de uns 10 metros numa rua importante da capital, exatamente de frente para a entrada do Comitê Revolucionário de Pequim, afirmam que este organismo "só subsiste pela sua reputação, a qual não vale grande coisa" e que ele, na verdade, não passa de um "cadáver".

Esses textos, datados de 12 de junho, foram sem dúvida colocados na noite do dia 12 para o dia 13. São assinados com os nomes de seis operários membros das Organizações de Massa do Comitê Revolucionário. Até 1967-1968, cinco deles foram membros do próprio Comitê Revolucionário da capital.

Os signatários reclamam terem sido demitidos de suas funções no Comitê sob a acusação de "ultra-esquerdismo" e terem sido "submetidos à crítica das massas, transferidos ou destituídos" por um Comitê Revolucionário "ébrio de poder" e que "só sabe destruir".

Também se queixavam de terem sido acusados por pertencerem à organização 516, grupo de guardas

vermelhos que se distinguiu pelo seu extremismo durante a Revolução Cultural (e que foi posteriormente dissolvido e criticado por suas ações).

Os cartazes acusam "certas pessoas" de negar a existência em Pequim de "partidários jurados de Lin Piao". Qualificando essa atitude de "totalmente errada", eles afirmam: "A linha contra-revolucionária de Lin Piao também continua no cenário pequinês".

Os autores do texto assinalam que o Comitê Revolucionário não se reúne em sessão plenária há quatro anos e pedem que essa reunião seja realizada "o mais rápido possível" a fim de "eliminar todo vestígio da ideologia de restauração que era pregada por Lin Piao".

Os cartazes lembram a palavra-de-ordem "Bombardeai o quartel-general", lançada pelo presidente Mao Tsé-tung em 1966, mas ninguém é denunciado pelo nome. Os únicos nomes citados são os do primeiro-ministro Chou En-lai e o da sra. Chiang Ching, esposa do presidente Mao, cujas ações na direção da Revolução Cultural são elogiadas.

Os autores lembram por fim a necessidade de unir "95% das massas revolucionárias" na atual campanha, de "prevenir a doença a fim de curar o paciente", e apelam à "vigilância contra um pequeno punhado de inimigos de classe".

Uma centena de chineses estão constantemente agrupados diante dos

cartazes, lendo atentamente o texto e alguns tomando notas. Os *dazibao* também chamaram a atenção do Comitê Revolucionário de Pequim, que observa o cenário por trás das portas de vidro do seu edifício, do outro lado da calçada.

A multidão não se opôs absolutamente, no dia 13, a que diplomatas e jornalistas estrangeiros parassem em frente dos cartazes para tomar conhecimento do seu conteúdo.

Outros cartazes apareceram de tarde em outras ruas, formulando novas acusações contra o Comitê Revolucionário da capital, principalmente, contra "certos dirigentes", a de que eles se opõem aos novos estatutos do partido adotados no X Congresso no ano passado. Também são reprovados por tentarem, numa época não determinada, reabilitar Peng Cheng e Liu Shao-chi, respectivamente ex-prefeito de Pequim e ex-presidente da República, todos dois destituídos durante a Revolução Cultural.

Nestes novos cartazes, os signatários reclamam não terem podido exprimir suas queixas durante os últimos meses e criticam os métodos da polícia que, segundo dizem, "arrancou 85% dos cartazes" que tinham colocado em diversos locais desde o mês de fevereiro último.

Informações chegadas a Pequim indicam, por outro lado, que Wang Chia-tao, primeiro secretário da província de Heilungkiang, no extremo

nordeste da China, também está sendo atacado atualmente por meio de cartazes. Em Harbin, capital da província, os cartazes e *slogans*, vistos na semana passada por viajantes, declaram fundamentalmente o seguinte: "Partam a cabeça de Wang Chia-tao", "Repudiem Wang Chia-tao".

As três principais acusações contra Wang são: a de que é "um partidário jurado de Lin Piao", a de que "sabota a campanha anti-Lin Piao e anti-Confúcio" e "personifica as tendências direitistas". Wang Chia-tao é também presidente do Comitê Revolucionário de Heilungkiang e chefe do distrito militar de Harbin.

Se bem que os cartazes aparecidos em Pequim não critiquem ninguém pelo nome, pode-se notar que o Comitê Revolucionário da capital é presidido por um importante personagem do regime, Wu Teh, membro do *bureau* político do PC desde o X Congresso, realizado em setembro do ano passado. Anteriormente fizera parte dos Comitês Centrais formados nos VIII e IX Congressos do partido.

Wu Teh é de longa data uma das principais autoridades da cidade de Pequim. Tem 60 anos e ocupou diferentes funções em várias províncias antes de ser nomeado em 1966 como segundo secretário do Comitê do partido na capital. Não escapou a certas críticas no auge da Revolução Cultural mas, logo após a queda do prefeito de Pequim, Peng Chen,

substituiu-o como interino. No mês de abril de 1967, durante a formação do Comitê Revolucionário de Pequim, torna-se vice-presidente desse organismo, cuja direção assumirá em abril de 1972, após a morte do seu primeiro presidente, o general Hsien Fu-chih.

Mais recentemente, Wu Teh foi diretamente envolvido no caso da ópera da província de Shansi *A Montanha dos Pesseguiros*, atacada, no início da primavera, pelo *Diário do Povo* sob o pretexto de que tendia a "destruir o veredicto" de condenação de Liu Shao-chi. Ora, esta ópera tinha sido inscrita no programa de um festival organizado em Pequim, de 23 de janeiro a 18 de fevereiro últimos, e patrocinado pelo "grupo cultural do Conselho de Estado", cujo chefe é precisamente Wu Teh. Algum tempo mais tarde, a 14 de março, o *Diário do Povo* publicava dois novos artigos acusando os partidários da ópera de terem "intencionalmente viciados e de hostilidade" para com as obras revolucionárias modelo, nas quais se encarna "o trabalho da camarada Chiang Ching", isto é, a esposa de Mao Tsé-tung.

Depois desse caso, surgiram críticas na capital do Shansi, Taoyuan, onde foi criada a ópera *A Montanha dos Pesseguiros*, que acusavam vivamente o primeiro secretário local do Partido Comunista e um membro do Secretariado provincial. (*Le Monde*)

Tio Sam no Oriente Médio

Richard Nixon tem motivo para orgulhar-se: é o primeiro presidente americano em exercício a ser recebido oficialmente, ao mesmo tempo, por Israel e pelos países árabes. Nenhum chefe de Estado ocidental, e menos ainda do campo comunista, poderia pretender o privilégio de ser acolhido com as homenagens que foram reservadas a Nixon tanto em Jerusalém, centro do sionismo mundial, como em Damasco e no Cairo, metrópoles do nacionalismo árabe, ou na Arábia Saudita, coração do pan-islamismo militante.

O presidente dos Estados Unidos empreendeu essa viagem no momento em que sua autoridade está muito por baixo em seu próprio país. Mas, para dizer a verdade, o caso Watergate é certamente a menor das preocupações dos povos do Oriente Médio, e são raros aqueles que seguitam todos os meandros do maior escândalo moral e político que a América já conheceu. Os israelenses consideram Nixon como um dos maiores benfeitores do Estado judeu, mas nem por isso deixam de inquietar-se com os esforços desenvolvidos por ele para ganhar as boas graças dos árabes. Alguns temem que ele ceda à "chantagem" do petróleo.

No mundo árabe, os sentimentos são igualmente complexos. A diplomacia itinerante de Kissinger fez nascerem grandes esperanças, mas Nixon continua sendo, aos olhos de vastos setores da opinião, o representante da maior das potências imperialistas, aliada incondicional de Israel, e sem a qual este jamais poderia sobreviver, ditar sua lei na região ou conservar os territórios conquistados em 1967. A imprensa, a televisão, dia após dia, e durante longos anos, repetiram incessantemente que Israel era uma criação dos Estados Unidos, ou uma potência oculta que domina o governo de Washington, ou as duas coisas ao mesmo tempo.

Em apoio a essas teses, os meios de informação não deixaram de sustentar que o Estado judeu é quase exclusivamente tributário, para seu armamento e sua economia, dos Estados Unidos; que Nixon concedeu a Israel, em cinco anos, quase 20 vezes mais créditos militares que seus

Se acreditar nas aparências, o estrangeiro de passagem pelo Cairo pode muito bem acreditar que uma espécie de frenesi do consumo apoderou-se dos egípcios. Grande quantidade de frutas e legumes expostos à venda, a abundância de produtos manufaturados e de aparelhos eletrodomésticos nas vitrinas, os restaurantes e boates em série às margens do Nilo e na Estrada das Pirâmides, as filas de automóveis que enchem as ruas da capital não são, no entanto, sinais de uma prosperidade generalizada. O poder aquisitivo da grande maioria da população, já muito reduzido, está baixando mais. Os bens acima enumerados testemunham apenas a ascensão da "nova burguesia", muito mais à vontade sob o regime de Anwar Sadat do que na época, relativamente austera, de Nasser.

Na realidade, a mudança começou antes da morte de Nasser. A derrota árabe em junho de 1967 foi o toque de finados de um certo "socialismo". A vitória de Israel foi também a de todas as forças antinasseristas e das monarquias conservadoras que, já antes do Estado judeu, tentavam em vão provocar a queda do fundador da República egípcia. A ascensão da direita em todo o Oriente Médio anunciava a reconciliação árabe-americana.

A Arábia Saudita dedicou-se a isso com habilidade, zelo e tenacidade. Fazendo render os lucros crescentes do petróleo, arvorando aqui a bandeira do nacionalismo árabe, ali o estandarte do Islã, o rei Façal estendeu e consolidou a sua influência na península Arábica (o Iêmen do Norte, por exemplo, não demorou a reconciliar-se com Washington) e na África, onde ajudou

antecessores em 20 anos (US\$ 200 milhões de 1948 a 1968, contra 3,7 bilhões entre janeiro de 1969 e dezembro de 1973); que o Congresso americano reservará para Israel quase a metade da soma global de ajuda destinada aos países estrangeiros em 1974 (dos US\$ 5,8 bilhões previstos, 2,6 bilhões serão de Israel); que no total o atual chefe de Estado americano forneceu mais assistência financeira ao Estado judeu do que este havia recebido desde a sua fundação até a subida de Nixon ao poder.

Apesar de tudo, a influência americana no mundo árabe foi relaxada. Não é um paradoxo menor o fato de que a guerra de outubro passado, feita em princípio contra Israel e seu poderoso aliado, tenha acabado, sob mais de um aspecto, com vantagem para Washington. As restrições quanto ao petróleo, a alta vertiginosa dos seus preços, atingiram mais a Europa e o Japão, cujo abastecimento depende quase que inteiramente de suas importações, do que os Estados Unidos, que produzem três quartos de suas necessidades e que conseguiram contornar amplamente o embargo.

O encarecimento dos produtos europeus e japoneses torna mais competitivos os do outro lado do Atlântico, favorecendo assim o desenvolvimento das vendas americanas no Oriente Médio. O aumento do preço da energia não somente aumentou os lucros das companhias petrolíferas que operam nos Estados Unidos e estimulou as pesquisas no território nacional, como também gerou lucros sem precedentes para as companhias americanas que exploram o petróleo no Oriente Médio.

Os lucros líquidos das cinco principais companhias petrolíferas (as "cinco irmãs": Exxon-Esso, Mobil Oil, Gulf Oil, Texaco e Occidental), no primeiro trimestre de 1974 (US\$ 2,136 bilhões), foram nove vezes superiores à

média registrada durante o período 1958/72.

Os capitais árabes afluem à América em ritmo acelerado depois da recuperação da cotação do dólar (citate a cifra de 200 milhões de dólares por dia). Os príncipes do petróleo arrebanham, sobretudo na Califórnia, bens imobiliários, estabelecimentos bancários, hotéis, pacotes de ações de empresas industriais, etc. Não é de admirar, assim, que os EUA tenham registrado no ano passado, pela primeira vez desde 1970, um excedente em sua balança de pagamentos, ao contrário da maioria dos países industrializados, onerados pela alta do petróleo.

O balanço poderá ser mais uma vez positivo este ano, se, entre outras coisas, as vendas de armamento aos países do Oriente Médio prosseguirem no mesmo ritmo, vendas que contribuem para obter as divisas extras destinadas à aquisição do petróleo árabe. Tio Sam se beneficia do duplo "privilégio" de ser, ao mesmo tempo, o maior "vendedor de canhões" na região e o principal fornecedor titular de Israel e de vários países árabes. Eis a maneira de repatriar bilhões de dólares: fornecendo principalmente bombardeiros Phantom e sistemas de defesa antiaérea simultaneamente ao Estado judeu e à Arábia Saudita, tanques a Israel e mísseis antitanques à Jordânia, mísseis terra-ar e ar-terra a todos os "clientes", sem distinção, e material militar aos emiratos do golfo Pérsico, sem falar das espetaculares vendas bélicas ao Irã.

Washington não vê nenhum inconveniente em equipar os Exércitos árabes do "campo de batalha" (isto é, os que se defrontam diretamente com Israel), inclusive os que atacaram o Estado judeu em outubro passado. O secretário da Defesa, James Schlesinger, declarou a 21 de março que o Pentágono considerava "com simpatia" qualquer pedido egípcio

para compra de armas.

Suplantar a União Soviética nos países em que ela ainda exerce uma certa influência; conquistar novas posições políticas e econômicas; afastar eventualmente os concorrentes europeus, também à procura de mercados para equilibrar sua balança comercial: nenhum desses objetivos parece demasiado ambicioso para os estrategistas americanos. A conjuntura nascida da guerra de outubro os anima, é bem verdade. O intercâmbio comercial entre os Estados Unidos e o Oriente Médio retomou a curva ascendente. O Egito e a Síria abrandaram suas legislações para atrair capitais estrangeiros; o governo do Cairo concede generosos contratos para exploração de petróleo a companhias americanas. E, à espera dos 250 milhões de dólares prometidos por Nixon para a reconstrução das cidades à margem do canal de Suez, técnicos americanos contribuem para a limpeza do mesmo.

Clima favorável

Nunca, desde a guerra árabe-israelense de 1967, o clima político da região foi tão favorável a uma aproximação com os Estados Unidos. As campanhas antiamericanas praticamente cessaram na maioria dos países árabes. Ao contrário, artigos e comentários, muitas vezes inspirados pelo poder público, tendem a reabilitar Tio Sam aos olhos da opinião. E enquanto o senador Henry Jackson é um dos políticos mais populares em Israel, Henry Kissinger parece ter seduzido os árabes, que depositam nele as maiores esperanças. Em Jerusalém, em Damasco, no Cairo, suas "anedotas" de judeus deliciosos seus interlocutores, levando-os às vezes a considerar as coisas pelo lado bom, isto é, o de Kissinger. Recebido calorosamente na Arábia Saudita, embora o velho rei Façal não esconda

II - A derrota nasserista (a ascensão da direita no Oriente Médio)

especialmente o regime anticomunista do general Numeiry no Sudão, concentrando, ao mesmo tempo, seus esforços nos países dotados de regimes relativamente progressistas. Contribuiu para reanimar os tesouros abalados do Egito e da Síria, pagou ocasionalmente faturas atrasadas de armamentos, acenou com perspectivas de investimentos maciços em seus projetos de desenvolvimento.

As compensações que ele pede a Sadat ou dele espera coincidem felizmente com as opções ideológicas e os interesses políticos do sucessor de Nasser. O chefe de Estado egípcio demite ou prende os representantes da ala esquerda nasserista, castiga os jornalistas progressistas ou não conformistas, combate o movimento de contestação de estudantes e operários, anistia os sustentáculos do velho regime monarquista, atribui aos preceitos do Islã um valor científico.

Duplo fascínio

A América exerce sobre os novos dirigentes egípcios e seus partidários um duplo fascínio, político e cultural. Cultural, na medida em que os EUA simbolizam a livre empresa, a sociedade de consumo, a tecnologia moderna. Político, porque, a seus olhos, somente esse país está em condições de exercer pressões sobre Israel, fazer com que se chegue a uma solução "honrosa", e uma paz sem anexações de territórios, em resumo

um acordo que garanta a perenidade do regime egípcio.

Mas, levados por considerações de política interna, céticos quanto à evolução que se operava no Cairo, e certamente não levando muito a sério o presidente Sadat, cuja posição não lhes parecia muito sólida, os dirigentes americanos rejeitaram, durante muito tempo, os oferecimentos insistentes do chefe de Estado egípcio, e preferiram ignorar suas ameaças de reinício das hostilidades contra Israel.

O rei Façal, que não esteve afastado da expulsão, há dois anos, de 20 mil "conselheiros" militares soviéticos do Egito, não estava satisfeito com a "ingratidão" de Washington. É verdade que ele não conseguiu dobrar o regime sírio que, apesar das medidas de liberalização econômica tomadas pelo presidente Hafez Assad, continua orientado para a esquerda. Mas era evidente que Damasco, como as outras capitais árabes, seria forçada a seguir o exemplo do Egito quando este se reconciliasse com os Estados Unidos.

Os sentimentos antiamericanos tomavam uma amplitude inquietante na região, ameaçadora para o próprio regime saudita. Foi por isso que o soberano foi levado a dar seu aval à guerra de outubro passado e a utilizar a "arma do petróleo", uma e outra capazes, em seus cálculos, pelo menos de obrigar os EUA a adotar uma atitude "imparcial" no conflito regional, se não o fizesse passar para o campo árabe.

Em Washington, os dirigentes do cartel do petróleo e homens do governo compartilhavam das inquietações e das esperanças de Façal. E, quaisquer que tenham sido os sentimentos com os quais acolheram o reinício das hostilidades, alguns viram ali um meio para restabelecer as posições americanas no Oriente Médio.

É verdade que às vésperas da guerra de outubro, as previsões e análises divergiam quanto ao peso político que o petróleo poderia ter na correlação de forças entre os Estados Unidos e o mundo árabe. É verdade também que os EUA não sofreram — ao contrário, tiveram lucros — com as restrições impostas pelos países árabes produtores, no ano passado. Mas o simples fato do boicote ter sido decretado foi uma advertência. Raros são hoje os que duvidam de que os árabes estão em condições de perturbar gravemente a economia americana, se quiserem exercer represálias com maior rigor e por um período suficientemente longo.

Perda do controle

A dependência dos EUA em relação ao estrangeiro para seu abastecimento de petróleo está crescendo. Atualmente, importam um quarto do seu consumo, mas terão que importar a metade em 1980, e 70% em 1985. À espera da possibilidade de utilização de outras fontes de energia, a maioria dos especialistas americanos não

seus sentimentos anti-semitas; pela Síria baatista, cuja ideologia resolutamente antiimperialista não a impediu de aceitar ajuda financeira de Washington; coberto de elogios ao mesmo tempo pela ex-primeira-ministra Golda Meir e pelo presidente Sadat, que o chama de "amigo e irmão" e lhe manifesta sua afeição à maneira árabe, beijando-o com efusão; o secretário de Estado conseguiu se impor como o único mediador no conflito árabe-israelense.

Embora Kissinger não tenha podido obter "a evacuação total dos territórios ocupados e o respeito dos direitos nacionais do povo palestino", de fato nem mesmo uma vaga promessa nesse sentido da parte de Israel, o embargo ao fornecimento de petróleo aos Estados Unidos foi levantado incondicionalmente. A Marinha de guerra americana conserva sua base em Barm, apesar da revogação, por ocasião da guerra de outubro, do acordo que comprometia esse emirato do golfo Pérsico com Washington. O exemplo do Cairo, que restabeleceu suas relações diplomáticas com Washington, foi seguido agora por Damasco. Restaram apenas dois países da região — o Iraque e a República Democrática do Iêmen — que ainda se recusam a fazer as pazes com Tio Sam.

Melhor do que uma normalização, uma estreita cooperação se implanta entre os EUA e vários países árabes, já institucionalizada no Egito e na Arábia Saudita, onde foram constituídas comissões mistas para favorecer o intercâmbio com os EUA em todos os domínios.

Esses espetaculares achados não devem ser atribuídos ao charme pessoal de Kissinger, ou mesmo apenas à potência econômica, financeira e militar dos EUA. Decorrem também de uma conjuntura local que evoluiu sensivelmente nos últimos anos e de uma profunda transformação do equilíbrio de forças entre o mundo árabe e o mundo industrializado, transformação que a guerra de outubro contribuiu para pôr em evidência, acentuando-a.

(1) Eric Rouleau é um jornalista veterano do Le Monde e reconhecido como um dos mais bem informados sobre o Oriente Médio.

espera que seu país possa assegurar sua autonomia antes de 1985. Calculam, então, que os EUA poderiam enfrentar um período crítico nos 10 próximos anos. O mundo árabe, que possui dois terços das reservas mundiais de petróleo, deveria pois, mais do que nunca, aparecer como uma carta de primeira no jogo americano.

O futuro, no entanto, parece incerto, menos brilhante, em todo caso, do que se poderia supor com a melhora nas relações políticas entre Washington e as capitais árabes. Os americanos, que acreditaram poder tirar proveito da guerra de outubro, agiram um pouco como aprendizes de feiticeiro. Se a alta do petróleo lhes foi útil a curto prazo, o fato dos países do golfo Pérsico terem decidido pela primeira vez, a 16 de outubro, fixar unilateralmente os preços do seu produto constitui um acontecimento de consequências graves. Naquele dia, as companhias americanas de petróleo perderam um dos principais mecanismos que lhes permitiam controlar o mercado mundial.

Outra consequência imprevista da guerra de outubro: essas companhias não têm mais a mesma facilidade de dosar o nível de produção nos países árabes. Os acordos de participação, concluídos ou negociados no período anterior às hostilidades, eram concebidos como uma "operação plástica", que deixaria o essencial do poder de decisão nas mãos das companhias exploradoras. Mas depois da guerra todos os países produtores obtiveram ou exigiram uma participação majoritária que lhes

continua na página 12

continuação da página 11

garantisse o controle da comercialização e a possibilidade de vender diretamente, através de convênios de governo para governo, a parte que lhes cabe. De 2% em 1967, a parte das companhias nacionais árabes já passou à proporção de cerca de 50%, levando-se em conta as nacionalizações na Argélia, na Líbia, na Síria e no Iraque.

Além disso, o extraordinário estouro dos lucros, graças aos preços que quadruplicaram a partir de outubro, confere uma nova dimensão ao poder dos "príncipes do petróleo". As rendas de sete países (Argélia, Arábia Saudita,

Iraque, Kuwait, Líbia, Catar e Abu-Dabi) que eram, segundo o Banco Mundial, de US\$ 8.433 bilhões em 1972, de US\$ 13,1 bilhões em 1973, poderão ultrapassar, no corrente ano, a soma fantástica de US\$ 70 bilhões, conforme cálculo americano.

A Arábia Saudita, o Kuwait e o Iraque, sozinhos, ganhariam a metade desse bolo. Sendo limitadas nos desertos da península Arábica as capacidades de absorção do capital assim disponível, por falta de potencial humano e de estruturas políticas e econômicas adequadas, mais de US\$ 40 bilhões permaneceriam sem emprego, no fim do ano. Daqui até 1985, os países petrolíferos poderiam

acumular entre 500 e 600 bilhões de dólares.

Embora haja divergências entre os especialistas quanto à realidade da ameaça que essa massa de liquidez faz pesar sobre a conjuntura monetária mundial, o que ninguém contesta é que ela constitui um instrumento de poder que seria perigoso subestimar. Os Estados Unidos, cujos bancos aplicam uma grande parte desses fundos, fazem questão — é claro — de reter esses capitais "errantes", de absorvê-los tanto quanto possível, principalmente intensificando suas exportações.

A necessidade de reduzir a influência soviética na região, de enfrentar a concorrência européia e japonesa, a preocupação igualmente de

livrar-se das pressões também exercidas pelos países do Terceiro Mundo; não faltam a Nixon razões suplementares para cortejar o mundo árabe. Chegará a "entregar" Israel?

Os dirigentes do Estado judeu mostram um otimismo inquebrantável: a América — sustentam eles — "jamais cederá à chantagem". O presidente Sadat, por sua vez, não cessa de repetir publicamente que Washington modificou completamente sua atitude em relação ao conflito do Oriente Médio. O comportamento dos dirigentes americanos a partir da guerra de outubro permite pensar que a verdade se situa entre esses dois pólos de apreciação. (E. R.)

III- As incertezas de Kissinger (a "détente" e Watergate entram em cena)

Essa constatação reflete apenas parcialmente a realidade. Alguns membros do *establishment* em Israel não deixam de exprimir, em particular, seus temores, mas somente os *pombos* da oposição se esforçam por esclarecer a opinião pública sobre os limites dessa "amizade", que não lhes parece nem total nem eterna. Segundo os *pombos*, os EUA têm na região interesses de grande potência a defender, a favor e contra todos. Além disso, os dirigentes americanos nunca ocultaram suas divergências com os de Israel a respeito dos termos de um eventual acordo, particularmente sobre a natureza das "fronteiras de segurança".

Concessões substanciais

A posição de Washington quanto a isso não se modificou desde a guerra de 1967. Certamente os representantes de Nixon das Nações Unidas criaram, muitas vezes, obstáculos a moções condenando Israel ou recomendando sanções contra o Estado judeu. Mas esse apoio, ditado sem dúvida por considerações táticas, numa época em que o objetivo prioritário era derrotar os nacionalistas árabes aliados aos soviéticos, nunca se estendeu às questões de fundo. Os dirigentes americanos permaneciam fiéis à sua doutrina — da qual o Plano Rogers, em junho de 1970, foi a fiel expressão — a saber, que uma solução só é concebível com base na volta às fronteiras de 1967, "com algumas retificações menores", que seriam negociadas entre as duas partes em conflito. Mesmo quanto ao problema, mais delicado do que os outros, de Jerusalém, o governo americano não deu seu aval à anexação do setor árabe da Cidade Santa.

Relegadas à sombra entre 1971 e 1973, as concepções fundamentais de Washington reapareceram depois da guerra de outubro. Não apenas o governo americano se abstém de condenar "a agressão" árabe, mas Kissinger declara no dia 25 de outubro: "As condições que provocaram a guerra eram claramente intoleráveis para os povos árabes". E acrescenta: "Nas próximas negociações, é preciso que Israel faça substanciais concessões. O problema é conciliar as preocupações dos árabes quanto à sua soberania sobre os territórios (conquistados em 1967) com as dos israelenses quanto a fronteiras de segurança".

Kissinger, de certa maneira, parafraseava o chanceler francês Michel Jobert, que disse a 8 de outubro: "Será que tentar entrar novamente em sua casa constitui necessariamente uma agressão imprevista"? O secretário de Estado não acredita, pois, que as duas reivindicações sejam inconciliáveis; acha, em outras palavras, que a segurança do Estado judeu pode ser garantida de outra maneira que não importe em grandes anexações de territórios.

Por ocasião da abertura da conferência de Genebra, em dezembro passado, o chefe da diplomacia americana deu, mais uma vez, a verdadeira medida da sua "amizade" por Israel: ao contrário de Gromyko, o chanceler soviético, que colocou-se

totalmente do lado árabe, Kissinger se absteve de levar o menor apoio às teses israelenses. Sem dúvida, já estava pensando no papel de mediador que iria assumir. Nessa perspectiva, ele evidentemente não desejava reforçar as posições diplomáticas de Israel face a seus adversários.

"Tínhamos compreendido que tanto os Estados Unidos como a União Soviética queriam nos impedir de ganhar uma vitória decisiva" — disse um dos principais membros do Estado-Maior israelense. Em duas ocasiões, no fim da guerra de outubro — me explicou ele — Kissinger interveio energeticamente para impor um cessar-fogo destinado a impedir o Exército judeu de destruir o 3º Exército egípcio, cercado na margem oriental do canal de Suez.

A atitude de Washington foi equívoca durante todo o quarto conflito árabe-israelense. Enquanto aparelhos de transporte soviéticos descarregavam, a partir de 9 de outubro, material militar em diversos aeroportos árabes, principalmente no Cairo, em Damasco e Bagdá, a ponte aérea americana para reabastecer o Exército israelense só começou no dia 13, sete dias após o começo das hostilidades. Foram necessários pedidos de socorro angustiados de Golda Meir e quatro dias de deliberações, para que os dirigentes americanos tomassem a decisão de substituir o material aéreo destruído. A situação aliás tinha atingido um limiar crítico.

Washington começou por minimizar a importância do reabastecimento soviético, mas o Pentágono teve que admitir, uma semana depois do fim da guerra, que Moscou despachou 100 mil toneladas de equipamento para os árabes, contra apenas 12 mil toneladas entregues pelos EUA ao Estado judeu. Este recebeu, na última hora, as armas sofisticadas que lhe permitiram furar a muralha dos mísseis Sam-6, ao longo do canal de Suez, mas somente depois de ter perdido 70 bombardeiros e caças, derrubados nas duas frentes pelos mísseis de fabricação soviética, contra os quais os aparelhos israelenses não tinham então resposta eficaz. Terminada a penetração do general Sharon na frente egípcia, Washington interveio mais uma vez para obrigar os israelenses a autorizar o reabastecimento em víveres das tropas egípcias cercadas.

Por que procurou o governo americano limitar a vitória militar de Israel? Talvez temesse um confronto com o Kremlin, que várias vezes tinha feito saber que não "toleraria uma nova derrota fragorosa árabe", análoga à de 1967, que dessa vez podia aniquilar as posições soviéticas na região. Sem dúvida, temia pelo menos uma polarização que comprometesse a distensão internacional, bem como os interesses americanos no Oriente Médio.

Na verdade, o triunfo do Exército israelense ao mesmo tempo aumentaria as exigências dos vencedores e lançaria os vencidos nos braços dos russos. Em vez de buscar um terreno de entendimento com a América, como era sua intenção, os árabes, apoiados provavelmente por uma grande parte do Terceiro Mundo, intensificariam a guerra do petróleo, a

única em que poderiam ter ganho de causa.

O comportamento americano durante a guerra impressionou favoravelmente o presidente Sadat e, sem dúvida, também o rei Façal. Desde o fim de outubro, o chefe de Estado egípcio — arriscando-se a entrar em choque com boa parte da opinião árabe — rendeu uma homenagem pública à política dos Estados Unidos, que qualificou de "construtiva" para a paz. Alguns dias depois, construiu com Kissinger, que foi vê-lo no Cairo, uma "amizade", que nunca mais foi desmentida.

Terá o secretário de Estado garantido a restituição ao Egito da totalidade do Sinai, como assegura em particular o presidente Sadat? Não se sabe. Mas o certo é que o Egito e a Arábia Saudita renunciaram a numerosas exigências e não tardaram em fazer campanha pelo levantamento incondicional do boicote de petróleo. Parece que Riad e o Cairo querem, em todo caso, prestigiar Nixon internamente também para barrar o caminho de seu eventual sucessor. Gerald Ford, o vice-presidente dos EUA, é considerado conquistado pelo "lobby sionista" (NR. — *lobby* esquema de pressão), nem que seja pelo fato de precisar fazer apelo ao eleitorado judeu, se quiser eleger-se em 1976.

No entanto, o desmantelamento da posição de Nixon, sob o efeito corrosivo do caso Watergate, a ameaça que pesa sobre o futuro de Kissinger, comprometido pela imprensa no escândalo, o peso maior que adquire o Senado, favorável em sua maioria às teses de Israel, contribuem para reduzir a margem de manobra da Casa Branca e para enfraquecer sua vontade de acelerar o processo da paz no Oriente Médio.

Os dirigentes árabes, embora conscientes da complexidade da conjuntura interna nos EUA, nem por isso desesperam. Mas alguns dentre eles começam a tomar suas precauções para o caso em que se imponha uma nova prova de força. O presidente Sadat, após uma série de declarações desabonadoras para o aliado soviético, começou novamente a se esforçar para reesquentar as relações egípcio-russas.

Igualmente o governo de Yitzhak Rabin, novo primeiro-ministro de Israel, embora também preocupado em cooperar com Washington, procura reatar relações com Moscou. Com toda a evidência, as incertezas e equívocos da política americana inquietam os beligerantes e os incitam a equilibrar suas relações com os dois supergrandes. (E.R.)

Le Monde

© Le Monde
Todos os direitos reservados

opinião

Uma publicação da Editora
Inúbia Ltda.

DIRETOR

Fernando Gasparian

REDAÇÃO

Editor:

Raimundo Rodrigues Pereira

Editor Executivo:

Antonio Carlos Ferreira

Assuntos Nacionais:

Dirceu Brisola (editor), Ivo Cardoso (editor assistente), Genilson Cesar, Aginaldo Silva (editor contribuinte), Teodomiro Braga (Belo Horizonte)

Economia:

Marcos Gomes (editor), Ricardo Bueno

Tendências e Cultura:

Julio Cesar Montenegro (editor), Sérgio Augusto e Jean-Claude Bernadet (cinema), Tárk de Souza (música), Ronaldo Brito (arte e literatura), João Lizardo

Assuntos Internacionais:

Flávio de Carvalho (editor assistente), Juracy Andrade, Celina Whately, Ana Maria Nogueira, Marcus Penchel

Arte:

Elifas Andreata (editor), Cássio Loredano, Petchá, Chico Caruso, Rubens Campos Grilo, Diter Stein, Paulo Venâncio Filho (mapas)

Correspondentes Internacionais:

Norma Bahia Pontes e Rita Moreira (Nova York), Vana Brocca (Milão), Alberto Carbone e Claudia Boechat Abreu (Buenos Aires), Bernardo Kucinski (Londres), Laymert Garcia dos Santos (Paris)

Produção:

Vera Lúcia Corrêa de Melo (secretária), Maria da Conceição Chaves Fernandes, Antonio Fernando de Souza Borges

ADMINISTRAÇÃO

Gerente administrativo:

Raimundo Andrade.

Assinatura para o Brasil, Cr\$ 160,00 o anual e Cr\$ 80,00 o semestral; para o exterior, US\$ 40 o anual e US\$ 20 o semestral. Envio por via aérea ou pelos serviços postais de entrega rápida.

Redação: Rua Abade Ramos, 78 — Jardim Botânico — Rio de Janeiro, telefones: 246-7466 e 226-1764. Administração, telefone: 246-5326. Distribuição: Abril S.A. Cultural e Industrial, Rua Emilio Goeldi, 575 — Lapa — São Paulo. Composto e Impresso na Editora Mory Ltda., Rua do Resende 65, Rio de Janeiro.

ALÉM DA EDIÇÃO
BRASILEIRA DO LE MONDE
OPINIÃO PÚBLICA AINDA
UMA SELEÇÃO DE ARTIGOS
DOS SEGUINTE JORNAIS
E REVISTAS

The Washington Post
THE
GUARDIAN
The New York Review
NEW STATESMAN

Bacia do Prata

O ENTENDIMENTO BRASIL-ARGENTINA

O encontro dos ministros das Relações Exteriores de Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia que terminou a 13 de junho passado, em Buenos Aires (VI Reunião de Chanceleres da Bacia do Prata), poderá significar muito para o futuro das relações diplomáticas e econômicas entre os países desta parte da América do Sul. A pauta da reunião, na verdade, não continha assuntos de grande importância. Previa a discussão de temas administrativos e mecanismos financeiros para o funcionamento do Fundo de Desenvolvimento criado em dezembro de 1972, na Conferência de Punta del Este: um fundo de 20 milhões de dólares destinado a pesquisas e estudos de viabilidade de projetos no âmbito da Bacia, para o qual Brasil e Argentina devem contribuir com uma terça parte cada um, em três anos, e os demais com a terça parte restante (1/9 cada um) em 10 anos. Se a discussão se limitasse à pauta, teria repetido o que ocorreu há um ano e meio em Punta del Este e que a revista *Latin América* comparou a uma reunião anual dos diretores de uma companhia multimilionária, que se perdesse, exclusivamente, no debate da situação da caixa de pequenas despesas.

Desde o início, no entanto, o encontro e seus temas específicos ficaram numa posição secundária diante do grande acontecimento diplomático da ocasião: o clima de melhor entendimento nas relações entre o Brasil e a Argentina, os maiores e mais poderosos países da Bacia. "Felizmente", disse o ministro Azeredo da Silveira ao desembarcar em Brasília, de volta de Buenos Aires, "desapareceu o clima de desconfiança e mal-entendidos existente entre Brasil e Argentina". E, acrescentou: "Vamos começar a trabalhar num clima de entendimento muito íntimo, onde a palavra de ordem é a franqueza, e não documentos intrincados que não podem ser compreendidos".

É possível que a tensão existente nos contatos entre os dois países até o ano passado não tenha desaparecido inteiramente para dar lugar à íntima franqueza de que fala o chanceler brasileiro. Não há dúvida, porém, de que os pronunciamentos mais importantes da reunião de chanceleres — o de Perón na sessão inaugural e o de Silveira, em seguida — e a cerimônia de condecoração do ministro brasileiro com a *Grã-Cruz do Libertador San Martín* representam passos significativos no caminho de um melhor entendimento. Nenhum dos representantes dos dois países valeu-se da oportunidade para tocar nos temas mais delicados, ou firmar posição diante dos problemas que têm sido a matriz das divergências argentino-brasileiras. É certo que o general Perón deu maior ênfase ao caráter multilateral que, segundo a tendência da diplomacia argentina, deve marcar as relações entre os países do Prata e, de um modo mais geral, entre os países da América Latina. É certo, também, que Silveira pôs em relevância a conveniência, compreensivelmente defendida por um país de economia mais forte, como o Brasil, da intensificação das relações econômicas da região, através de "desgravações aduaneiras" e da "eliminação de obstáculos não tarifários". Mas não deve passar despercebido o fato de que ambos procuraram formular suas declarações de maneira não polêmicas, colocando-as no contexto de discursos favoráveis a uma maior integração das nações da Bacia, e nos quais surge, como uma espécie de lema, o objetivo de reforçar as coincidências entre as posições brasileiras e argentinas, sempre que isso for possível.

A origem desse novo panorama que parece desenhar-se nas relações entre os países do Prata pode ser encontrada em uma importante sequência de acontecimentos recentes.

No campo dos entendimentos

bilaterais, por exemplo, houve alterações bastante sensíveis, nos últimos meses. Brasil e Paraguai acabam de constituir a empresa binacional encarregada da construção e operação da prodigiosa hidrelétrica de Itaipu; o Brasil assinou há poucas semanas um acordo para compra de 240 milhões de pés cúbicos diários de gás natural boliviano e comprometeu-se a levar a cabo na Bolívia uma série de empreendimentos (usina siderúrgica, fábricas de cimento e de fertilizantes, estradas de ferro e de rodagem); Brasil e Uruguai assinaram um acordo para o desenvolvimento da fronteira lagoa Mirim. Por outro lado, Argentina e Paraguai estão finalmente viabilizando o projeto de construção da usina hidrelétrica de Yacyretá-Apipé; Argentina e Uruguai deram início à construção da hidrelétrica de Salto Grande, no rio Uruguai; e a Argentina prepara-se para assinar com a Bolívia um amplo acordo aumentando substancialmente — talvez dobrando — o atual contrato para compra de gás natural (150 milhões de pés cúbicos diários), estabelecendo as bases para a aquisição de grandes quantidades do minério de ferro das minas bolivianas de El Mutum, e comprometendo-se a

da Bolívia a leste da cordilheira dos Andes, o cone sul do território brasileiro, incluindo os grandes centros de São Paulo, Rio de Janeiro, chegando até as cercanias de Brasília, e na Argentina a sua porção mais importante, abrangendo as zonas econômicas de Buenos Aires, Córdoba e Rosário, de longe as mais adiantadas do país. Uma região que, segundo previsões do Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID — deverá ter em 1980 mais de 80 milhões de habitantes.

Dentro desse quadro econômico e geográfico, a questão energética ganhou ultimamente uma importância fundamental. E, por isso, ela se encontra no centro de todas as divergências surgidas em anos recentes, notadamente, nas críticas argentinas a projetos brasileiros no alto curso do rio Paraná e em seus afluentes.

Depois que o Brasil e o Paraguai encaminharam definitivamente a construção da usina de Itaipu, a discordância brasileiro-argentina ganhou novo conteúdo. Os dois países empenharam-se numa acirrada disputa tentando aparentemente estabelecer até onde vão os limites da soberania e onde

questões parece ter tornado a diplomacia argentina mais ativa, segura, e também moderada. No Brasil mudou o governo e, mais do que isso, mudou o ministro do Exterior. O embaixador Azeredo da Silveira foi em grande parte credenciado para o posto por ter representado o Brasil junto ao governo de Buenos Aires. Por outro lado, uma tendência que já se nota no governo Geisel é a de fazer um esforço para destruir as desconfianças a respeito de pretensões hegemônicas que o Brasil tenha inspirado ultimamente. Esse foi o sentido da entrevista concedida pelo presidente brasileiro ao jornal boliviano *Hoy*, e dos recentes pronunciamentos de Azeredo da Silveira. "A América Latina é um continente de nações irmãs que desconhece o que seja ambições de hegemonia ou preponderância", disse Azeredo, pouco antes de viajar para Buenos Aires, ao assinar um acordo cultural e científico com o Equador.

Também nos contatos diretos, Brasil e Argentina vinham aparentemente melhorando a qualidade das suas relações. Engenheiros brasileiros e argentinos reunidos em São Paulo no fim de maio passado concluíram a primeira fase dos estudos para a

argentina, um gesto de boa vontade. E parece que surtiu amplos efeitos. O Brasil recentemente concordou com a tese argentina de que, em qualquer caso (mesmo no de boicote), a lei do país deve sobrepor-se à lei de origem das companhias ditas multinacionais. Mais do que isso: o Brasil aceitou a proposta do chanceler argentino Alberto Vignes de fazer uma consulta a propósito da possível presença de Cuba na reunião conhecida como do *novo diálogo*, programada para Buenos Aires, em 1975.

A imprensa dos dois países, ambas fortemente influenciadas pelas posições governamentais, também tem refletido um clima otimista com relação às possibilidades de um *novo diálogo*. O jornal argentino *La Opinión* falou recentemente na possibilidade de um encontro Geisel-Perón e a idéia teve grande repercussão no Brasil. Um destaque evidentemente patrocinado nos corredores do Palácio dos Arcos. Segundo a velha tradição de notícias oficiais, mantida pelo Itamaraty, os jornais brasileiros divulgaram (*O Globo* e *O Estado de São Paulo*, ambos no dia 28 de maio) a existência de condições favoráveis para o encontro entre os dois presidentes, desde que no tratado de Itaipu abriu-se uma porta para a participação argentina na construção da hidrelétrica.

Se a possibilidade de um entendimento brasileiro-argentino em torno de Itaipu já existia antes da reunião de Buenos Aires, agora ela é ainda mais concreta. De fato, o grande ponto de divergência — a previsível incompatibilidade entre a construção de Itaipu e o projeto argentino-paraguai de uma usina hidrelétrica em Corpus, alguns quilômetros rio abaixo — foi ostensivamente minimizado por ambas as partes. O chanceler argentino, Alberto Vignes, declarou numa entrevista coletiva que Itaipu e Corpus não são projetos antagônicos — e recusou-se significativamente a responder uma pergunta sobre a questão da consulta prévia. Seu colega paraguai, o ministro Sapeña Pastor, transformado numa espécie de intermediário para mensagens estratégicas, já que seu país participaria de ambos os empreendimentos, foi bastante claro ao dizer que ainda não existem dados suficientes para examinar convenientemente a possível incompatibilidade entre Corpus e Itaipu. Mas afirmou em seguida: "Se houver necessidade de compatibilizar, conforme indicarem os estudos, é claro que partiremos para a compatibilização". Teria o experientíssimo Sapeña Pastor dito isso se essa disposição não lhe tivesse sido transmitida pelo governo brasileiro?

Diante de todas essas circunstâncias, uma visita de Perón a Brasília — a mais provável fórmula para o encontro entre os dois presidentes — embora não tenha sido acertada, como alguns previam, durante a audiência que o chefe de Estado argentino concedeu ao chanceler brasileiro, é mais provável hoje do que se poderia supor poucos meses atrás. Poderá vir a ser a próxima grande novidade da diplomacia sul-americana, se for mantido o clima criado em Buenos Aires.

Resta saber agora em que medida essa aproximação de cúpula representará realmente um passo decisivo para o melhor entendimento entre as nações da Bacia do Prata, não apenas do ponto de vista do poder regional, ou de não raro obscuras análises geopolíticas, mas de forma a favorecer o desenvolvimento e o bem-estar de milhões de brasileiros, argentinos, bolivianos, paraguaios e uruguaios, que há longos anos lutam para superar a miséria e o subdesenvolvimento. Uma população cujos reais interesses jamais gerariam as disputas e conflitos em que se debate a alta diplomacia.



desenvolver um pólo industrial semelhante ao que o Brasil construirá no sudeste da Bolívia.

Além disso, o presidente Ernesto Geisel, do Brasil, esteve mês passado na Bolívia e no Paraguai, o presidente Hugo Banzer, da Bolívia, foi à Argentina, Perón acaba de voltar de uma visita ao Paraguai iniciada a 6 de junho, e consta que programou para o último trimestre deste ano uma viagem à Bolívia.

O ativamente das relações bilaterais entre os dois maiores países da Bacia e os de menor poderio evidentemente, ressaltou a importância dos entendimentos (e desentendimentos) desses dois grandes, entre si. Mas melhorar o clima dessas relações não é uma tarefa particularmente fácil. Desde os tempos coloniais e do vice-Reinado do Rio da Prata, portugueses e espanhóis encontraram razões para históricas e portentosas disputas nessa região. Agora, entretanto, não se trata de lutar pelo ouro e pela prata do Potosí, nem talvez, como sugerem alguns argentinos, pelas fabulosas minas de ferro de El Mutum: o desenvolvimento econômico do nosso tempo criou novas coordenadas para essa bacia cuja área de influência é calculada em até 3,5 milhões de quilômetros quadrados, abrangendo todo o Paraguai e o Uruguai; a parte

começa o arriscado caminho da hegemonia. Durante quatro anos os dois governos — a princípio com entusiasmo mas agora com certo cansaço — levaram o assunto para debate em todos os foros internacionais, disponíveis, disputando voto por voto o apoio internacional que fundamentasse juridicamente suas posições.

Hoje, no entanto, a situação parece ter mudado, e os governos do Brasil e da Argentina tendem a concordar que os seus afitos, depois de cumprirmos uma forçada volta ao mundo, devem encontrar solução em entendimentos diretos. Itaipu é agora, como se diz, uma realidade. É possível — embora seja improvável — que o Brasil concorde com modificações não substanciais no projeto, para afastar objeções argentinas, mas nem na Argentina se julga mais possível que o governo brasileiro simplesmente desista de construir uma gigantesca usina naquela altura do rio Paraná.

Houve também consideráveis mudanças políticas. Na Argentina, Perón assumiu a presidência e encontrou uma situação de fato com a qual não estava pessoalmente comprometido. Além disso, a sua larga experiência nessas

realização de projetos hidrelétricos conjuntos no rio Uruguai. Segundo esses estudos, no trecho de 700 quilômetros que vai de Itaipu a Barra do Cuari, seria possível construir três barragens — em Garabí, Roncador e São Pedro — cujas capacidades somadas alcançariam de 6 a 8 milhões de quilowatts. Outra aproximação significativa deu-se com relação ao episódio da venda de automóveis argentinos para Cuba. Logo que o negócio foi divulgado aventou-se a possibilidade da sua sustação, já que esses carros seriam fabricados por subsidiárias de empresas norte-americanas e o governo dos EUA estaria disposto a forçar o cumprimento do boicote contra Cuba. Logo depois de ter estado com o secretário de Estado norte-americano Henry Kissinger, o então chanceler brasileiro Gibson Barboza declarou no México que Kissinger lhe garantira que nenhuma decisão seria tomada pelos EUA, nesse caso, antes de ouvir o governo brasileiro. As descuidadas palavras do ex-ministro provocaram imediata reação dos jornalistas argentinos que estavam no México. O próprio governo Perón, porém, encarregou-se de instruir seus representantes no sentido de "esvaziar a questão". Foi, ao contrário do que vinha sendo feito pela diplomacia

Trabalho INSALUBRIDADE NAS FÁBRICAS

Dirceu Brisola

"A improvisação das fábricas e a mão-de-obra constituída principalmente por crianças e mulheres resultou em problemas ocupacionais extremamente sérios. Os acidentes do trabalho eram numerosos, provocados por máquinas sem qualquer proteção, movidas por correias expostas, e as mortes, principalmente de crianças, eram muito frequentes. Inexistindo limites de horas de trabalho, homens, mulheres, crianças, iniciavam suas atividades pela madrugada, abandonando-as somente ao cair da noite; em muitos casos, o trabalho continuava mesmo durante a noite, em fábricas parcamente iluminadas por bicos de gás. As atividades profissionais eram executadas em ambientes fechados, onde a ventilação era precaríssima. O ruído provocado pelas máquinas primitivas atingia limites altíssimos, tornando impossível até mesmo a audição de ordens, o que muito contribuiu para aumentar o número de acidentes. Não é pois de estranhar-se que doenças de toda a ordem grassassem entre os trabalhadores, especialmente entre as crianças, doenças tanto de origem não ocupacional (principalmente as infecto-contagiosas, como o tifo europeu que era chamado de 'febre das fábricas', cuja disseminação era facilitada pelas más condições do ambiente de trabalho e pela grande concentração e promiscuidade dos trabalhadores), quanto de origem ocupacional, cujo número aumentava à medida que novas fábricas se abriam e novas atividades industriais eram iniciadas". (Diogo Pupo Nogueira — Sobre as Condições de Trabalho na Inglaterra, por Volta do Princípio do Séc. XIX.)

A empresa dizia que a epidemia era devida à desnutrição e etilismo, crônicos; a perícia comprovou que os 17 operários estavam intoxicados com manganês

"Você já leu Kafka? Você leu *O Processo*? Pois é mais ou menos daquele jeito". O advogado Almir Piazzanoto Pinto, depois de dizer isso, sentou-se sobre o tampo de uma das quatro escrivaninhas que ocupam quase todo o espaço da pequena sala do departamento jurídico do Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias Químicas de São Paulo. Ele falava sobre os problemas encontrados pelos trabalhadores quando pretendem receber o chamado adicional de insalubridade; um acréscimo de 10, 20 ou 40% do salário mínimo (conforme a insalubridade seja mínima, média ou máxima) devido, de acordo com a lei, aos trabalhadores que exercem suas atividades expostos a "agentes físicos, químicos ou biológicos", capazes de "produzir doenças ou intoxicações". Um adicional que corresponde, de certa forma, ao preço da saúde do trabalhador.

Do lado esquerdo do dr. Almir estavam cinco senhores, todos em pé, junto à parede. Era um grupo bastante homogêneo: tinham cerca de 50 anos de idade (menos um que tinha 40), vestiam-se de forma simples e traziam nas mãos pastas surradas, dessas que os operários costumam carregar. Tinham também entre si outras afinidades, mais significativas: eram empregados da Cia. Química Industrial "Cil" há mais de 20 anos, ganhavam entre Cr\$ 2.70 e Cr\$ 3.40 por hora (ou seja, sem trabalho extraordinário, de Cr\$ 650.00 a Cr\$ 800.00 por mês) e estavam ali, numa noite do princípio de junho de 1974, por causa de um processo iniciado em 1966 e reiniciado em 1970. "Na verdade", disse um dos cinco senhores,

"nós não estamos tão interessados no dinheiro do adicional: queremos é a aposentadoria. Se a gente ganha a insalubridade pode se aposentar com 25 anos de serviço. Dá pra descansar, recuperar um pouco a saúde". Um outro procurou reforçar a argumentação. Disse que estava realmente precisando recuperar a saúde, abalada pelo constante contato com solventes (a Cil é uma fábrica de tintas) e pela fiação que toma na sua seção. "Minha pressão está a 19", disse. "Fiquei 30 dias em outra seção e já estava mais ou menos bom. Depois que eu voltei, há uns três dias, comecei a me sentir mal outra vez".

Mas "ganhar a insalubridade" — ou mais precisamente, a sentença que reconhece condições insalubres de trabalho e manda a empresa pagar o adicional, e dá ao empregado o direito de aposentar-se antes de completar os 35 anos de serviço — não é uma coisa fácil. A decisão judicial tem sempre por base um laudo pericial geralmente demorado e às vezes discutível. No caso da Cil o processo de 1966 já estava chegando ao fim, com a vitória dos empregados, quando a empresa apresentou um outro laudo mais recente, em seu favor. E acabou ganhando. Os trabalhadores iniciaram novo processo em 1970, e neste, o laudo constatou insalubridade máxima em todas as seções menos na de mecânica (insalubridade média), e nas funções de expedição, faxina, vigia e escritório. "Esse último perito foi o melhorzinho que passou por lá", diz um dos autores da reclamação, aparentemente, um experimentado analista de peritos. "Não fez como um outro, que só foi ao escritório e nem entrou na fábrica. Esse chegou cedinho, antes do pessoal do escritório. Foi às seções e conversou com os operários". Agora observações a respeito de dois exaustores, uma "abertura grande" e um ventilador a perícia (leu, em relação a todas as seções, uma resposta monótona à questão dos meios de proteção existentes: "não há meios de proteção de natureza individual ou coletiva").

Com esse resultado na mão, os empregados da Cil ganharam novas esperanças de obter finalmente o adicional, e a aposentadoria, depois de oito anos de luta jurídica, no decorrer dos quais morreram dois dos seus companheiros de empreitada. Mas, se outros trabalhadores das mesmas seções, que realizem o mesmo tipo de serviço, quiserem receber também esses benefícios, terão de embrenhar-se pelos kafkianos meandros de um novo processo. Os direitos reconhecidos em relação a uns não se estendem automaticamente aos demais, como seria justo supor.

Não é só a vitória final, que é difícil: até mesmo formar um processo de insalubridade e conseguir a realização da perícia é uma grande proeza. Há poucas semanas a IAP — Indústria Agro-Pecuária — uma fábrica de adubos da região do ABC, em São Paulo, demitiu, alegando desídia, 38 empregados entre os quais estavam, coincidentemente, os 22 autores de dois processos (um com 18 e outro com quatro reclamantes) pedindo o adicional de insalubridade. A IAP resolveu evitar o processo mesmo estando com tal carência de mão-de-obra que oferece um prêmio a cada empregado que lhe trouxer um novo trabalhador.

Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Químicos de Santo André, Jaime Cajueiro, esse não é um procedimento incomum. Fato semelhante ocorreu há meses com pouco mais de 60 trabalhadores do setor de produção de soda cáustica das Indústrias Matarazzo. O boletim da Federação dos Químicos de São Paulo de fevereiro passado atribuiu o aumento dessa prática ao Decreto-lei n.º 389, de 1968, "a partir do qual", segundo a Federação, "as diferenças salariais resultantes da comprovação da existência do trabalho insalubre ou

perigoso, somente seriam devidas a contar do ajuizamento da ação". "Embora não o desejando", diz o boletim, "o legislador se fez um instrumento dos maus empregadores, pois a partir desse ato o empregado que tenta cobrar qualquer dos adicionais é vítima de dispensa sumária, o que impede a vitória da indústria e a verificação das condições em que nela se trabalha". Como o direito do empregado não retroage até o tempo em que ele começou a exercer a atividade insalubre, ele perde naturalmente o interesse em prosseguir com o processo.

Despedir empregados é, no entanto, apenas uma das formas de impedir a vitória das instalações industriais. Há também as transferências de seção, as pressões, as tentativas de acordo. É extremamente comum que um processo por insalubridade vá perdendo aos poucos os seus autores até a desistência final. Numa dessas ações, movida contra a Orniex, a empresa lutou de forma tão obstinada para evitar a perícia que, dos nove

das condições de trabalho nocivas à saúde, não são, no entanto, o aspecto mais grave da questão da insalubridade. Pior do que isso são as condições de trabalho em si, que não raro repetem no Brasil as tristes circunstâncias da época do "capitalismo selvagem", o *wild capitalism* que a Inglaterra conheceu no princípio da Revolução Industrial. Não há nesse terreno, nem levantamentos nem fiscalização eficiente. O último levantamento preliminar (feito para apurar não as condições reais mas simplesmente os riscos) de que se tem notícia data de 1960 e restringiu-se ao Estado do Rio.

Não há também, como existe no caso dos acidentes do trabalho, um registro que dê uma idéia aproximada do número de doenças profissionais decorrentes de condições insalubres. Segundo dados apresentados durante a 23.ª Semana de Prevenção de Acidentes do Trabalho recentemente realizada, o número de casos de doenças do trabalho verificados em São Paulo, em 1973, teria sido de

pergunta: qual é a sua profissão?", diz o professor. "Uma pergunta", diz ele "já recomendada em 1700 por Bernardo Ramazzini, o Pai da Medicina do Trabalho, que àquela altura da história da humanidade, foi capaz de descrever o quadro clínico de cerca de 40 doenças ocupacionais".

Como exemplo da falta de atenção dos médicos, o professor Pupo Nogueira conta o caso de um paciente que só não sofreu uma descabida intervenção cirúrgica no abdômen, onde sentia dores insuportáveis, porque o anestesiologista ao abrir-lhe a boca para o chamado *entubamento*, notou as gengivas escurecidas e lembrou-se de ter lido em algum lugar que isso ocorria às pessoas que trabalham com chumbo e a intoxicação por chumbo provoca dores abdominais fortíssimas.

A esse poderiam ser juntados outros inúmeros episódios, que seriam pitorescos, se não beirassem os limites da tragédia. Houve, por exemplo em São Paulo, em 1966, o caso da chamada "epidemia de manganês", ou seja, de intoxicação pelo manganês, cuja descoberta teve início quando um operário de uma indústria metalúrgica, que produzia ligas de ferro-manganês, procurou o Serviço de Medicina Industrial do SESI com todos os sintomas da intoxicação. Foram localizados ao todo 17 casos, alguns deles já afastados da empresa: nove já estavam condenados a uma incapacidade permanente para o trabalho, e houve referência a dois óbitos, embora não se tenha conseguido apurar a causa da morte. O que parece realmente notável na localização dessa epidemia, é que o primeiro caso só foi encaminhado ao



Formar um processo contra a insalubridade das condições de trabalho nas fábricas — e depois conseguir uma perícia que a comprove — é uma proeza

serviço especializado porque os donos da empresa queriam provar ao vigário da paróquia onde ficava a fábrica (que escrevera um violento artigo no jornal paroquial acusando a indústria de prejudicar a saúde dos seus empregados) que os sintomas apresentados pelos operários não eram devidos às condições de trabalho, mas sim à desnutrição e etilismo crônicos. No fundo, nem os patrões que ingenuamente encaminharam o empregado ao SESI, sabiam os danos que estavam causando aos trabalhadores. De acordo com o relato do professor Jorge da Rocha Gomes, da Faculdade de Saúde Pública da USP, essa empresa encerrou suas atividades no Estado de São Paulo mas reiniciou-as, posteriormente, em Minas Gerais. Se não há nem levantamentos preliminares, nem registro confiável das doenças profissionais, as notícias sobre o trabalho insalubre só podem ser recolhidas através de relatos esparsos. Alguns deles podem ser encontrados em laudos periciais que dão conta da existência de "poeiras tóxicas", "bueiros de odor fétido", "iluminação precária" ou "luminosidade insuportável", "temperaturas excessivas", "ruídos ensurdecedores" e circunstâncias semelhantes. A respeito das condições de trabalho numa grande empresa como a Cia. Nitroquímica, por exemplo, o relatório do perito de um dos numerosos processos movidos contra essa indústria, dá conta da existência de "ambientes de trabalho agressivos por condições ou agentes físicos, como desconforto térmico, ruído, etc.", além de, evidentemente,

reclamantes oito aceitaram acordos e desistiram. O remanescente ("melhor seria dizer, recalcitrante", escreveu o advogado da empresa defendendo a tese da "desnecessidade da prova pericial") acabou sendo despedido. Um operador de máquina da Orniex, de 25 anos, conta que na ocasião em que o processo teve início ele tornou-se sócio do sindicato e ficou sabendo que tinha direito ao adicional. Foi ao departamento do pessoal e desde então passou a receber cerca de Cr\$ 50.00 a mais por mês (o episódio deu-se há mais ou menos um ano) mas esse direito não foi registrado na sua carteira profissional. "Eu acho", diz ele, "que me deram esse adicional assim fácil porque já tinha um pessoal reclamando na Justiça. Não queriam que eu entrasse também com processo. Mas lá na minha seção não são todos que recebem. A maioria não sabe ou tem medo de reclamar".

Os obstáculos processuais e as manobras para evitar a constatação

apenas 976, insignificante no total de mais de 690 mil acidentes registrados pelo INPS. Mas esses dados estão longe de sugerir o que ocorre na realidade. São tão imprecisos que segundo a mesma informação fornecida pelo INPS para São Paulo o número de doenças profissionais teria baixado nada menos do que de 37% de 1971 para 1972 e subido novamente 37% em 1973, com relação ao ano-base de 1971. Ou seja: teria crescido na estonteante proporção de quase 60% de 1972 para 1973. "Se formos confiar nas estatísticas", diz o professor Diogo Pupo Nogueira, da Faculdade de Saúde Pública da USP, "vamos achar que o Brasil está numa situação formidável. Mas a verdade é que não há nem diagnóstico de doença profissional, nem há registro". Para o professor Pupo Nogueira, falta à grande maioria dos médicos brasileiros atenção para a relação entre a doença e as condições de trabalho do paciente. "Os médicos não fazem a clássica

continua na página ao lado

continuação da página ao lado

produtos químicos, "muitos dos quais comprovadamente tóxicos".

"Eu tenho ouvido muito falar", diz o advogado Almir Piazzonoto Pinto, de um tal porão da fiação da Nitro. Consta que é a antecâmara do inferno".

Mesmo o trabalho dos peritos, quando chega a realizar-se, não escapa às críticas dos representantes dos trabalhadores. Eles dizem que não havendo serviços oficiais compatíveis — a Divisão de Higiene e Segurança do trabalho tem em São Paulo apenas meia dúzia de profissionais qualificados para a realização de perícias — a Justiça do Trabalho nomeia médicos particulares. Esses peritos às vezes exigem depósitos prévios exorbitantes, para garantir os seus honorários (por exemplo um depósito de Cr\$ 1.500,00 de um operário que recebe Cr\$ 602,80 por mês, para citar um caso), e outras vezes são incompetentes, ou favorecem costumeiramente os patrões. Contam-se a esse respeito várias histórias, como a de um ginecologista que chamado a

opinar sobre as condições de trabalho de uma indústria de adubos registrou como único aspecto insalubre o excessivo ruído causado pelo tráfego de caminhões nas ruas próximas. "Há um (diz um advogado trabalhista de São Paulo) cujos laudos, na parte narrativa, são sempre rigorosamente iguais".

Em julho de 1972, diante das condições de trabalho vigentes no Brasil, e especialmente em virtude dos altíssimos índices de acidentes do trabalho, o governo federal baixou a portaria n.º 3.237 — integrante do Plano de Valorização do Trabalho — que torna obrigatória a existência não somente de serviços médicos, mas também de serviços de higiene e segurança em todas as empresas onde trabalham 100 ou mais pessoas. Essa medida representou, segundo o professor Pupo Nogueira, um grande avanço no sentido de proteção do trabalhador: embora tardiamente, o Brasil adotava, através dela, a Recomendação 112, de 1959, da OIT, Organização Internacional do Trabalho. "Não só adotou", diz o professor, "como foi além, instituindo a obrigatoriedade, dos serviços de

O empregado que tenta cobrar os adicionais de insalubridade de uma empresa é muitas vezes sumariamente demitido

segurança".

Nem todos, porém, são otimistas com relação aos possíveis resultados da determinação governamental. Em maio passado, uma reunião do departamento de Medicina do Trabalho da Associação Paulista de Medicina convocada para discutir o mínimo salarial a ser cobrado pelos médicos do trabalho (os serviços previstos pela portaria passa a ser obrigatórios a partir do princípio do ano que vem) e as possibilidades de empresas burlarem a lei, acabou discutindo também o desinteresse das indústrias em contratar profissionais para os seus serviços. "A

maioria dos que estão fazendo atualmente os cursos de especialização", diz um médico que fez o curso, "já são funcionários de indústrias que têm serviços médicos. São raríssimos os casos de profissionais ainda não empregados, que estão sendo procurados para a criação de novos serviços". Os médicos estão igualmente preocupados com rumores a respeito de certas pressões, como a que estaria sendo exercida pela Federação das Indústrias da Guanabara, no sentido da revogação da portaria, ou pelo menos, do adiamento da sua vigência.

Parece inevitável que a determinação legal, por si só, não terá o poder de mudar o atual panorama da saúde ocupacional no Brasil. A não ser que venha acompanhada por um tipo de fiscalização e um elenco de punições até hoje desconhecidos nesse setor. Do contrário, os serviços de segurança e higiene do trabalho podem tornar-se tão inoperantes quanto as CPAs — Comissões Internas de Prevenção de Acidentes — que, formalmente, existem em todas as empresas com mais de 100

empregados, desde 1968.

A experiência existente nesse campo, até hoje, mostra que as indústrias preferem sempre em último caso pagar o adicional de insalubridade do que remover as condições insalubres.

É uma fórmula sem dúvida atraente. A empresa gasta quase sempre menos do que gastaria para modificar as condições de trabalho; e os empregados ficam satisfeitos com o súbito aumento do seu precário poder aquisitivo. É, porém, extremamente crítico do ponto de vista moral e do aproveitamento da força de trabalho, se considerarmos que pode ser comparada a um negócio de compra e venda da saúde e até da vida de trabalhadores. Como diz o ministro Rezende Puech, do Tribunal Superior do Trabalho, trata-se da "prática generalizada de deixarem os patrões descuradas as suas instalações industriais, esperando que, afinal, reclamem os empregados o preço fixado em lei e em troca do qual estes lhes vendem anos de vida ou de saúde, na base de 10, 20 ou 40% de adicionais calculados sobre o salário mínimo".

Se, do alto de seu irresistível prestígio popular, o doutor Getúlio Dornelles Vargas fosse solicitado a selecionar, um dia, o mais importante eleitor de sua longa carreira política, não hesitaria possivelmente um segundo na indicação do nome: Eurico Gaspar Dutra, seu colega na Escola Militar do Rio Pardo, ministro da Guerra e sucessor na presidência da República.

Ainda que não necessariamente computado na boca da urna, para Vargas, o voto deste supereleitor foi, em três vezes pelo menos, decisivo:

• Em 1937, apoiando-o como seu ministro da Guerra no fulminante golpe de 10 de novembro, valeu-lhe mais oito anos de poder autoritário;

• Em 1945, negando-lhe o voto, custou-lhe a deposição, depois de 15 anos ininterruptos de governo;

• E, finalmente, em 1950, como presidente constitucional, aceitando a decisão popular, devolveu-lhe o poder conquistado nas urnas em eleições diretas.

Vargas foi apenas o primeiro. Depois dele, outros candidatos ao poder, getulistas e antigetulistas, menos ou mais insistentes, perseguiriam, em todas as principais conspirações que marcaram as duas últimas décadas de vida pública nacional, as bênçãos do marechal, desaparecido no início do mês, aos 91 anos de idade.

Em 1964, quando cruzava vigorosamente a faixa dos 80 anos de idade e permitia a cogitação de seu nome para ocupar a vaga de João Goulart, Dutra já se tornara um denominador comum capaz de acolher sob o mesmo manto unidades de difícil adição: o culto (e os cultores) da normalidade democrática, baseada na liberalização do debate político — de um lado; uma inflexível ideologia do anticomunismo, firmada em um programa ortodoxo de ordem e segurança — de outro.

Se, em a mitológica vocação de Vargas para palmilhar os labirintos do poder e compensando com o dom do silêncio e da discrição a pouca intimidade com a maleável linguagem dos políticos profissionais, o velho marechal ensina em sua biografia política que a fórmula capaz de engendrar um símbolo em que paradoxalmente se identificam forças autoritárias e liberais pode prescindir de uma química complicada.

Em seu início, esta lição pode ser contida em três breves capítulos.

O primeiro deles em 1930, quando a Revolução dos Tenentes o encontra lutando ao lado das forças legalistas, como tenente-coronel no comando do Regimento-Escola de Infantaria, da Vila Militar, no Rio. A queda do governo constitucional de Washington Luís aparentemente seria um golpe fatal em sua carreira militar. Não foi.

Punido com uma transferência para remoto posto no interior de Mato Grosso, reencontra-se diante do novo

regime, contudo, dois anos depois, ao se destacar na repressão ao levante constitucionalista de São Paulo. É então premiado com uma promoção a general-de-brigada, e, ainda em 1932, vê reduzir-se, graças à preciosa intermediação de Benjamin (Bejo) Vargas, irmão do ex-ditador, a distância que o separava do Palácio do Catete.

Finalmente, em 1936 — um ano depois de abafar energeticamente o levante comunista, liderado por Agildo Barata, na Praia Vermelha — Dutra é nomeado ministro da Guerra.

De suspeito ao regime implantado pelos tenentes torna-se, assim, em pouco menos de seis anos, seu principal líder militar, e a matemática política de Vargas ganha um voto suficientemente forte para inverter o resultado da delicada operação de normalização institucional, iniciada dois anos antes, com a promulgação da Constituição, em 1934. As anunciadas eleições presidenciais foram trocadas por um sumário golpe de Estado; a normalização democrática, por oito anos de ditadura.

— Não tenho do que me arrepender por ter sido, como ministro da Guerra, o decisivo esteio militar do regime. Assumo toda a responsabilidade que me cabe — diria o marechal, em uma de suas revisões do período, com a mesma franqueza com que rascunhava, em suas anotações diárias, as pacientes e intrincadas manobras que separaram a sua posse no Ministério da Guerra, em dezembro de 1936, da proclamação do Estado Novo, em novembro de 1937. A julgar por estes rascunhos, tudo indica que, entre os três outros principais artífices do Estado Novo — o general Pedro Aurélio de Góes Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército, e hábil remanejador de comandos em focos oposicionistas, e Francisco Campos, autor na nova Constituição de características nazi-fascistas, cuidadosamente preparada — Dutra não foi o primeiro a ser informado por Vargas de que pretendia implantar novo regime. Só no dia 18 de setembro, apenas dois meses antes do golpe, ele anotava em seu diário:

— Fui buscar o presidente para levá-lo a assistir a cerimônia de entrega de espadas aos novos cadetes da Escola Militar. Achei-o neste dia tristonho e preocupado. O general Góes teve a mesma impressão. Finda a solenidade da Escola Militar e ao chegar ao Palácio Guanabara o dr. Getúlio disse que desejava falar-me. Em seu gabinete, abordou-me, sem mais

preâmbulo, o assunto que desejava tratar comigo. De início disse que ia abrir-se comigo, expôs claramente seu pensamento, e isso pela primeira vez o fazia. A seguir, entrando no assunto, aludiu ao malogro do dr. (Benedito) Valladares no sentido de conseguir uma revisão da Constituição, com o fim de permitir uma prorrogação do mandato presidencial. (...) Passou o dr. Getúlio a referir-se ao regime democrático, dizendo que tantos males tem acarretado ao país; ao Congresso que nada de útil produz, e se opõe às iniciativas do Executivo. Por tudo isso, só via uma solução: mudança de regime e reforma da Constituição. Para tanto, declarou, devemos reagir contra a situação atual e que piora cada vez mais. Essa reação deve manifestar-se por meio de uma revolução de cima para baixo, isto é, desencadeada pelo próprio governo. Minas, disse, está disposta a auxiliá-lo nesta empresa. Mas nada poderia ser tentado sem o apoio do Exército. Fazia ele, dr. Getúlio, um apelo para mim, ao expor-me suas idéias, declarando que se estivesse de acordo ele levaria a termo seus projetos; caso contrário, nada tentaria. Depois de meditar por alguns momentos, repliquei-lhe que poderia contar comigo, mas a respeito do Exército eu não poderia avançar tanto. Comprometi-me a tudo fazer de acordo com os projetos esboçados neste primeiro encontro.

Conseguido o voto decisivo, o Estado Novo passava a depender de detalhes. Resumindo os antecedentes do golpe em seu minucioso diário, Dutra raciocinava:

— Faltava a causa que servisse de pretexto a uma modificação de tão alta importância e repercussão. Eis que surge a campanha contra o comunismo, levantada pelo general Newton Cavalcanti (1). Nela vê, logo, Getúlio, uma oportunidade para pôr em execução as suas idéias. É decretado o estado de guerra, a pedido dos ministros militares. De então por diante, tudo se acelera. Getúlio alia-se ostensivamente aos integralistas. E assim os acontecimentos se precipitam até chegar 10 de novembro, data de desfecho do golpe.

Em 1945, quando a derrota do nazi-fascismo reabilita a democracia liberal, as perspectivas de redemocratização nacional se solidificaram e surge, com amplo respaldo político nos meios urbanos, o primeiro candidato à sucessão presidencial, o brigadeiro Eduardo Gomes.

Ordem, segurança, silêncio Eurico Gaspar Dutra (1883-1974)

Em agosto, depois de servir com exemplar fidelidade durante oito anos consecutivos ao Estado Novo, à frente de seu Ministério da Guerra, Dutra, lançado candidato oficial, deixa o posto e dedica-se inteiramente à campanha.

Vargas perde, pela primeira vez, seu ilustre eleitor, e vê, nos dois meses seguintes, os acontecimentos fugirem de seu hábil controle: reedição de 10 de novembro — e justificando tal receio na ruidosa campanha continuista do *quereremismo* e da *Constituinte com Vargas*, na aproximação com os comunistas e finalmente na nomeação de Benjamin Vargas para a chefia de Polícia do Distrito Federal — a liderança militar, tendo à frente o novo ministro da Guerra, general Góes Monteiro, obriga-o a deixar, depois de 15 anos, o Palácio do Catete.

Dutra, encarregado de levar o ultimato militar a Vargas, desereve o último encontro entre os dois imediatamente anterior à queda:

— Aparentando muita calma, propôs-nos voltar atrás da nomeação de Benjamin, dizendo estar disposto a designar para o cargo um oficial de agrado do Exército. Quanto ao ministro, de vez que Góes Monteiro já se demitira, nomearia outro general de acordo conosco. Regressando ao Ministério, demos ciência a alguns generais da proposta de Vargas, mas ninguém quis aceitá-la.

Como resultado do acordo tácito entre as forças políticas divididas entre as candidaturas de Dutra e Eduardo Gomes, o governo é entregue ao Poder Judiciário até a posse do presidente eleito. Isolado em Itu, no Rio Grande do Sul, Vargas resguarda-se em silêncio estratégico dos insistentes pedidos de apoio à candidatura dutra, alimentando a angustiada expectativa de seus aliados, diante do crescimento eleitoral de Eduardo Gomes. O esperado e indispensável apoio, entretanto, viria em tempo oportuno, garantindo ao antigo ministro da Guerra a vitória por uma tranquila margem de 1 milhão de votos.

Assumindo o poder em 31 de janeiro de 1946, Dutra encontraria um país de economia estabilizada, ostentando, pela primeira vez em sua história, significativos saldos em sua balança de pagamentos — obtidos graças aos excelentes preços conseguidos em suas exportações nos anos de guerra.

O confortável acúmulo de 700 milhões de dólares em divisas permitia-lhe dedicar-se tranquilamente à tarefa de reconstrução constitucional do país, depois de oito anos de ditadura

parafascista.

Eleito ainda sob o patrocínio da Constituição de 1937, Dutra se mostrará um prudente tutor do reencontro do país com suas efêmeras tradições liberais. Sem se desviar de sua formação intransigentemente anticomunista (entre suas primeiras medidas, inclui o fechamento do Partido Comunista, reolocando-o na ilegalidade), reparará cuidadosamente o clima para a promulgação da Carta liberal de 1946. E investirá, durante todo o seu quinquênio, em uma imagem de respeito à Constituição e de tolerância no julgamento da disputa das forças políticas legais.

Foi, sem dúvida, o investimento mais lucrativo de seu governo. Graças a ele, os equívocos de sua política econômica que começaram a ser destacados por Vargas, em três célebres pronunciamentos no Congresso — passaram a ser reavaliados, nas áreas liberais, com extrema indulgência.

A legenda de rigoroso cultor dos princípios constitucionais ganha seus contornos mais nítidos no episódio de sua sucessão. Aberta a crise política, diante da tranquila vitória de Vargas sobre o modesto candidato situacionista, Cristiano Machado, Dutra resiste às sugestões de ignorar a decisão das urnas. E mais uma vez no final de um mandato que encerraria, em 1950, sua longa permanência de 14 anos no poder — primeiro no Ministério, depois na presidência — torna-se o eleitor decisivo na reescalada política de Getúlio.

Transmite-lhe a presidência, e, à distância, testemunha o longo caminho de vicissitudes que levará o ex-ditador ao suicídio. Estará igualmente presente, como uma fonte de consulta obrigatória, em todas as principais movimentações políticas que marcarão os anos 50 e 60.

Só em 1964, porém, sua presença voluntariamente discreta na vida política do país evolui para uma participação direta. Mantém contatos sucessivos com as lideranças militares e civis do movimento. Faz pronunciamentos à nação. E aceita mesmo que seu nome seja considerado para a presidência, nos primeiros momentos de vitória da conspiração.

Indicado Castelo Branco, ele se recolhe de novo ao silêncio que religiosamente guardou durante toda a vida — silêncio que é muito menos de político, e muito mais de um eleitor — a quem não se pede a opinião, mas o voto.

"O Segundo grave alerta feito à nação pelos líderes militares, os comunistas preparavam com ajuda externa, uma violenta e decisiva operação contra as instituições — baseada enigmáticamente de Plano Cohen. Para abafar o levante, o governo solicita a decretação do estado de guerra, que o Congresso concedeu. Nada, porém, ficou comprovado em relação ao plano, para muitos fictício e de inspiração do general integralista Newton Cavalcanti."



"No fim da confiança
começa o receio / no
fim da metade é o
começo do meio / no fim
da cachaça / começa a
gandaia / é no fim do mar /
o começo da praia / o fim
do artista é o começo
da via / no fim
do joieiro / é o
começo da saia"

"Olha, a morte para me
matar / foi pedir pra
Jesus Cristo / mais não
levou meu registro /
eu peguei dela a mangar /
ela veio se encabular /
eu me trajei de Mateu /
dei dois pulos zombador /
a morte se encabulou /
é não pôde dar fim a eu"

"Rosa também se muda /
do campo para o deserto /
de longe também se ama /
quem não pode amar de
perto / se numa lógica
a manhã também tem
dia / leva o corpo
e deixa os braços /
para ser minha
companhia"

Música

O INCANDESCENTE MATERIAL PRIMITIVO

Tárik de Souza

Finalmente começam a nascer os contornos de uma discografia das formas regionais da música brasileira. Através dos anos, sempre houve uma ou outra gravação de importância. Mas foi o publicitário Marcus Pereira, um ano e meio atrás, quem iniciou uma organização dessas gravações com seus quatro LP's de música nordestina (agora à venda, depois de ter sido uma edição particular de sua agência de publicidade).

Com uma nova série — *Música Popular do Centro-Oeste/Sudoeste* — quatro LP's vendidos separadamente — a Discos Marcus Pereira prossegue o trabalho. Desta vez documentando e divulgando a impressionante sonoridade de modinhas, modas de viola, cururus, cateretês, congadas, toadas, fandangos, folias do divino, folias de reis, etc. A nova coleção é sensivelmente mais cuidada. Contou com uma larga equipe de pesquisadores (Martinho da Vila, Paulo Vanzolini, Aluizio Falcão, Eli Camargo e Fernando Brandt, entre outros), a consultoria de Oneyda Alvarenga e a esplendidamente equilibrada direção musical e arranjos de Théo Barros, ex-Quarteto Novo, autor de *Desparada*. Théo sabidamente apenas realçou, com seus recursos técnicos, o incandescente material primitivo da coleção. Vamos por disco:

Volume 1 — Muitos identificarão as modinhas, modas e canções do lado A, cantadas por Nara Leão, Renato Teixeira e Edson Gama. *Amo-te Muito*, por exemplo, foi gravada no início da bossa nova pelo Coral de Ouro Preto. *As Tristezas do Jeca* tem incontáveis regravações, especialmente a dupla Tonico e Tinoco. E *Casinha Pequeninha* dispensa qualquer apresentação. O fato, ao contrário do

que afirma o contracapista, é que a modinha não está "em desuso" mas é um gênero perfeitamente integrado à música brasileira moderna, sendo inclusive englobada pelo maestro Guerra Peixe sob o nome genérico de canção, como persiste nos dias atuais. Sua documentação neste LP prova sua eternidade: é a canção lenta, em geral romântica, cantada com reduzido acompanhamento, uma música de câmara, enfim. Seus exemplos no disco (além dos citados): *Viola Quebrada* de Mário de Andrade, *O Gavão de Penacho*, *Moreninha Se Eu Te Pedisse*, *O Galo Cantou na Serra* e *Moda da Onça*.

Na segunda face do LP algo menos identificável para o público urbano: cururu e catira. Segundo Mário de Andrade, um dos raríssimos estudiosos em profundidade da música brasileira, o cururu seria "uma primitiva dança ameríndia, introduzida pelos jesuítas nas suas festas religiosas, fora (e talvez dentro) do templo". De letras longas, pontilhadas por refrões de viola, os cururus se prestam principalmente a desafios. Não é difícil ouvir hoje um cururu: basta vasculhar os lançamentos das duplas caipiras de São Paulo, Mato Grosso, Goiás e Minas. Os cururus estão lá, como também catiras, canas-verde, calangos e modas de viola, que se mesclaram aos ritmos latinos (guarânias e derivados) todos mais ou menos relegados a um injusto limbo de submúsica imposto pelo mercado.

Quanto à catira — também chamada de cateretê e praticada principalmente no Estado do Rio, São Paulo e Minas — é mais um ritmo cadenciado para dança onde os dançarinos batem palmas e sapateiam.

Formam-se geralmente duas filas de homens e mulheres, uma diante da outra, fazendo evoluções acompanhadas por violas. Em certas regiões do Brasil somente homens participam, em outras, como Ituiubá, Minas, somente mulheres. Os violeiros entoam as *modas* e também fazem o *pateio*. Sobre sua origem há quem aponte desde influência indígena até africana. Ao que parece ela seria originária de Portugal do século XVI, quando era praticada com o nome de "carretera". No LP a catira foi gravada ao vivo com as vozes, palmas e passos dos catireiros de Nova Odessa, São Paulo.

Volume 2 — Do indispensável samba (talvez originado de *semba*, umbigada de Luanda, África) foi escolhido o eloquente exemplo *Amor Aventureiro*, da dupla Mano Décio da Viola e Silas de Oliveira, cantado pela esplêndida Ivone de Lara, do Império Serrano. A mesma intérprete canta o partido-alto *Andei para Curimar*, de sua autoria. O partido-alto, atualmente em grande evidência comercial, consiste em um refrão de melodia e versos repetidos — em geral numa roda de samba — por todos os participantes, enquanto, um a um, os sambistas vão improvisando versos para voltar ao tema principal. O samba rural, muito próximo do som dos primeiros sambas gravados, de ritmo menos complexo que a forma conhecida hoje, foi registrado no disco por um grupo de cantadores de Ubatuba, São Paulo, onde ele ainda é tocado com insistência.

O jongo, cantado pela extraordinária Clementina de Jesus, seria segundo o folclorista Alceu Maynard de Araújo "proveniente da região cafeeira e da franja paulista, Huminense e capixaba". Recolhida pelo arranjador

Théo, a gravação apresentada recebe o sintomático nome de *Ponto de Jongo* por sua proximidade menos com o samba, como diz a contracapa, do que com as formas rítmicas da macumba, que também aparecem no LP cantadas pela mesma Clementina de Jesus.

Em ritmo de surda ladainha (era uma espécie de réquiem da tribo africana Moçambique, cantores da Companhia de Moçambique de Divinópolis, Minas, repetem o refrão: "Tá de rua em rua / tá de porta em porta a bandeira sa / de Nossa Senhora". É o Moçambique, curioso e raro funeral sonoro documentado por Melo Moraes Filho no livro *Festas e Tradições Populares do Brasil*: "À frente ia o mestre de cerimônia, um pouco adiante o tambor mor e, ladeando a rede coberta por um pano preto sulcado de uma cruz branca, a família rodeada de Moçambiques que batiam palmas cadenciadas e cantavam seus lamentos".

O Terno Verde de Atibaia, São Paulo, dá um exemplo de congada, com a mesma pancada surda e o mesmo canto coletivo do moçambique: "Meu São Benedito meu São Rafael viva São João Batista / Nosso padroeiro é — nós canta, nós dança e se Deus quizer". Classificada por Mário de Andrade entre as danças dramáticas brasileiras, a congada seria, segundo Câmara Cascudo, da África. Para Alceu Maynard é "uma contribuição hispânica ao nosso folclore, um pouco da luta contra a África Branca chegando até nós através de Castela".

Os benditos e ladainhas que completam o disco, interpretados por um grupo popular do Estado do Rio, pela cantora Carmen Costa (de voz gutural e bela) e pelo Coral da

Universidade de São Paulo, USP, são cantados à capela, ou seja, sem acompanhamento instrumental. Lentos e repetidos cantochões, eles são intercalados por uma viola acrescentada por Théo e derivam da "rogação coletiva contra calamidades, instituída na Idade Média pelo papa Gregório Magno".

Volume 3 — A voz de Carmen Costa e o Coral da USP são novamente ouvidos na abertura deste disco na folia do divino, "grupo de cantores e músicos populares, usando símbolos religiosos, que percorrem as cidades do interior pedindo esmolas para as festas de Reis ou do Divino". Enquanto a folia do divino esfalfa-se recolhendo esmolas à luz do dia, a folia de reis, de ritmo lento semelhante como atesta a faixa seguinte, percorre a cidade à noite. A folia do divino foi gravada por grupos de foliões de Ubatuba e Olímpia e a de reis por um grupo do morro de Mangueira, Rio, que usa percussão e sanfona na arrastada e bela ladainha.

O mesmo grupo canta o calango, de ritmo quaternário e alguma semelhança com um samba misturado ao xaxado. Novamente a sanfona é ouvida em acordes soltos dentro do ritmo enquanto os calangueiros versejam, *calangueiam*, às vezes com versos atropelados como os da embolada. Segundo a pesquisa do disco o calango não teria ultrapassado os limites rurais do Estado do Rio e Minas, entretanto, Martinho da Vila, recentemente gravou um *calango longo* num de seus LP's.

A ciranda em Pernambuco é uma roda de adultos, mas no Estado do Rio é uma espécie de samba rural e no interior paulista é a dança que encerra o baile do fandango. Carmen Costa e

continua no página ao lado

continuação da página ao lado

Renato Teixeira cantam cirandas infantis e de adultos, enquanto Nara Leão interpreta um exemplo do gênero *corça* ("grupos de amigos que bebem juntos e cantam em coro"), um *pot-pourri* de canções mais características de uma espécie de comportamento que de escola musical, a que pertence, entre outras, a conhecida *Peixe Vivo*.

Volume 4 — Neste disco estão resumidas modas de viola, toadas, fandangos, dança de Santa Cruz e dança de São Gonçalo. Entre as modas, que são o principal gênero explorado nos discos das duplas caipiras, destaca-se *Começo do Fim*, cantada por Mineirinho e Manduzinho: "No fim da confiança começa o receio / no fim da metade é o começo do meio / no fim da cachaça / começa a gandaia / é no fim do mar / o começo da praia / o fim do artista é o começo da via / no fim do joeio / é o começo da saia". Ao contrário das falas improvisadas dos violeiros nordestinos, as letras das modas do centro-oeste são decoradas como em qualquer tipo de música urbana e possuem autores (diferentemente da maioria das faixas de coleção que são de autores anônimos).

Há quatro tipos de fandango no disco: o bailado (cana verde), o rufado (serra baile, dança de São Gonçalo e o rufado bailado (tonta), recolhidos no litoral paulista e nordeste do Paraná. No fandango bailado não há sapateado nem palmas, essa uma característica do fandango rufado. No fandango rufado bailado há batidas de pés e palmas, combinados com giros de valsa, deslizamentos, rodas. O fandango tem origem portuguesa, com influência hispânica, aproximado-se em sua coreografia do cateretê

paulista. A densa coleção da qual cada faixa quase mereceria um estudo em separado pois representa um gênero autônomo, de história própria, é uma boa visão da música brasileira regional. Ainda que *Música Popular do Centro-Oeste/Sudoeste* omita as linhas folclóricas características do Espírito Santo, como o Reis de Bois, as Pastorinhas, o Ticumbi e a representação dramática do Alardo (ver *O Folclore da Conceição da Barra*, Opinião n.º 67).

Parece que a iniciativa de Marcus Pereira começa a atrair a atenção de outras gravadoras maiores. Por exemplo, o LP *Repentes* (Musicolor/Continental), com os cantadores nordestinos Oliveira e Beija Flor, este já incluído na coleção *Nordeste* de Marcus Pereira.

A extraordinária dupla, de metralhados improvisos, típicos aos poetas militantes de ruas e praças do Recife onde ainda se apresentam, fez um disco de inventiva à flor da pele, incluindo cocos, emboladas, repentes, desafios e samba alagoano, acompanhados apenas pelas próprias execuções em pandeiros. Trecho de sua poesia: "O Rio oiá / e olha a capitã do Rio / meu brasileiro navio / recuô pra heira mar... olha, a morte pra me matar / foi pedir a Jesus Cristo / mas não levou meu registro / eu peguei dela a mangar / ela veio se encabular / eu me trajei de Mateu / dei dois pulos zombador / a morte se encabulou / e não pôde dar fim a eu". Raríssimos LPs, mesmos os dos mais veiculados criadores urbanos, têm temperaturas comparáveis às das metáforas de Beija Flor e Oliveira.

Nova gravação da mesma espécie é *O Legítimo Carimbó* (CID), segundo registro recente do ritmo paraense (o

anterior é *Carimbó e Sirimbó*, da Beverly), desta vez pelo Conjunto Uirapuru. Registra, a propósito do Carimbó, Luiz da Câmara Cascudo em seu *Dicionário do Folclore*: "Instrumento africano de percussão, denominando dança de roda. Marajó, arredores de Belém, Pará. Num círculo de homens e mulheres uma dançarina, às vezes vestida de baiana, vai para o centro e baila, acompanhada de percussão, tambores e pandeiros, e, ocasionalmente, instrumentos de corda. É a mesma figuração coreográfica do batuque. Num dado momento, a dançarina, volteando, enfiando as vestes, joga a barra da saia sobre um dos homens mais próximos, cobrindo-o e causando hilaridade".

Ritmo contundente e pesado, marcado ao que parece por clarinetas ou rabecas, o carimbó tem letras, primitivas, de refrão repetido e uma irresistível modulação assemelhada ao samba primitivo. O LP foi gravado no local da manifestação, em Belém, com impressionante fidelidade.

Solitária e persistente como Inezita Barroso, a goiana Ely Camargo (*Cantos da Minha Gente*, LP RCA) ocupa-se de recolher e cantar temas folclóricos, reorquestrados. Se é verdade, como diz o contracapista e estudioso Guerra Peixe, que Ely "jamais adultera as peças musicais por meio de interpretações inadequadas", por outro lado ela alista-se entre os que — como o Quinteto Violado e a Banda de Pau e Corda — de certa forma estilizam o folclore, adaptando-o à sua formação cultural urbana. Ely, de voz educada, aproxima-se dos ascéticos tratamentos eruditos, com seus *tremolos*, repassados por violinos e um discreto, mas eficiente, baixo

elétrico.

Ressalte-se: tal atitude, digamos, acadêmica, diante do folclore não inutiliza — nem afeta radicalmente — a obra da cantora e folclorista. É preciso, no entanto, distingui-la dos trabalhos como o de Marcus Pereira e separar a atividade do orquestrador de Ely, o comedido Georges Kaszas, do atuante Théo de Barros, que procura se expressar com a própria instrumentação usada pelos cultores populares do folclore. Feito isso, *Cantos da Minha Gente* pode ser apreciado pela irrepreensível competência da intérprete. Ely contém os arroubos habituais às cantoras com seu tipo de formação musical, limitando-se a um entusiasmo melódico que às vezes — nota-se claramente — excede o tema original. Canta, uma faixa por gênero, *baianá*, *vaquejada*, *guerreiros*, *taieiras* e *zabumba*, todos do alentado folclore da capital de Alagoas, Maceió. Em *Esquentando Mulher*, Ely canta sobre fundo orquestral que imita as roufenhas bandas de pifanos (*esquentando mulher*) do interior nordestino. Em *Taieiras* (grupos femininos que integram as procissões de São Benedito, 6 de janeiro) Ely entoa o refrão simples da região: "Cruzeiro do norte / cruzeiro sagrado / africana bacana / é do cordão encarnado / ô lê ô lê ô lê / oi pelo amor de Deus", que demonstra uma alquimia profano/sacra que domina o estilo de quase todo o folclore brasileiro.

Do quase desconhecido folclore amazônico, Ely recolheu em Manaus, a leve e rápida *Caninha Verde* (nenhuma relação com a cana-verde do centro-oeste) e o *Boi Mulhado*, versão local do bumba-meu-boi, cantado e encenado por todo o nordeste, variando suas formas de acordo com a

mudança de regiões. (Informa Guerra Peixe num texto que acompanha o LP que também no Paraná e Santa Catarina existe o bumba-meu-boi, sob a denominação de boi-de-mamão.)

De Pernambuco, há o mais divulgado pastorel (faixa *Somos Três Bonocas*) alegre e de letra pueril, adaptado aos embates dos cordões *encantado* e *azul*, que dominam as *cebas* deste auto popular. Recolhida no mercado de São Luiz, do Maranhão, a impressionante *Cantiga de Mendiga* lembra a ladainha do canto de cego, porque afinal tem o mesmo motivo social: "Ô que mão abençoada / da moça que deu a esmola / São Paulo, São Damião, seja sua companhia / que na vida quer na morte / ela seja seu padrinho / ... Deus te livre dos cão de carne / da praga do mau vizinho / te livre do espírito mau / da tentação do maldito". Também de São Luiz, o *Coco Ariri* na sua forma rítmica voluntariosa e alegre lembra uma das danças de roda e gêneros musicais de maior força do nordeste, de entonação semelhante ao samba.

Por fim, numa faixa com material recolhido em Teresina, estão agrupados quatro cantos de reisado do Piauí e noutra, do Mercado de Teresina, chamada *De Longe Também se Ama*, recitada a Ely pelo cantador Manoel Leandro, de Joazeiro, fica representado o vago gênero cantoria, adaptável a qualquer ritmo. No caso, a cantoria é uma toada-baiao, de metáforas ricas, que mostram o quanto é vigorosa a tradição trovadoresca, em todo o interior brasileiro: "Rosa também se muda / do campo para o deserto / de longe também se ama / quem não pode amar de perto / se numa lógica a manha também tem dia / leva o corpo e deixa os braços / para ser minha companhia".

"Terra de espelhos, sopra sobre seus lagos para cobri-los de bruma". Esta frase das *Lendas da Guatemala*, o primeiro livro marcante de Miguel Angel Asturias, poderia servir de epítáfio ao grande romancista guatemalteco, que morreu em Paris com 75 anos. Para Asturias, a natureza tropical, exuberante e violenta, desempenhava um papel capital; ela dava ao homem lições que ele raramente aprendia: resistência, harmonia, potência, poesia. A natureza prolonga e encarna o mundo mitológico que povoa os sonhos e os desejos dos indivíduos. Ela é também, para o romancista, uma prodigiosa fonte de imagens: "Guatemala. Paisagens adornadas na luz. Encantamento. Esplendor. País verde. País das árvores verdes. Vales, colinas, florestas, vulcões, lagos verdes sob o céu azul sem mancha".

Esta prosa encantadora se alimenta de um telurismo profundo, levemente sensual, dotado de um senso agudo da cor, da música e dos perfumes. Mas a beleza natural não pertence mais à Guatemala; a terra dos maias é hoje um país alienado, e essa espoliação começou com a chegada dos soldados espanhóis: "Roubaram aos maias da Guatemala seu fogo verde, a vegetação que lhes pertencia, e é por isso que seus livros falam da explosão da sede insaciável". Na obra de Asturias, o povo está sempre presente por trás do esplendor das paisagens.

Depois de *Lendas da Guatemala* (1930), este conjunto de "histórias-sonhos-poemas", segundo a expressão do prefaciador Valéry, Asturias publica em 1946 *O Senhor Presidente*, talvez seu livro mais conhecido, fruto de uma longa maturação, inspirado pela ditadura de Estrada-Cabrera, e cuja publicação foi durante longos anos proibida por um outro ditador, Jorge Ubico. O romance se situa na confluência de uma dupla corrente: de um lado, a denúncia, a meio caminho entre o realismo e o fantástico, dos horrores de um regime ditatorial; do outro lado, a influência surrealista recebida ao longo de uma temporada em Paris (1924 a 1933), influência cujos limites e amplitude Asturias em muitas ocasiões precisou: "Eu tive e tenho a impressão", declarou, "de que o surrealismo francês é um movimento ab-

Asturias O ESCRITOR DO PAÍS VERDE

Claude Fell
Le Monde

solutamente intelectual; muito importante, muito liberal, mas de qualquer forma muito intelectual. Por outro lado, o surrealismo dos meus livros corresponde um pouco à mentalidade indígena, mágica e primitiva, à mentalidade dessas pessoas que estão sempre entre a realidade e o sonho, entre o real e o imaginário, entre o real e aquilo que inventamos. É isto, eu creio, que forma o eixo principal do meu suposto surrealismo."

Ao nível da escrita, a influência do surrealismo é patente em *O Senhor Presidente*; a sintaxe é deslocada, o livro adota uma construção recorrente que Asturias utilizara depois em várias ocasiões, as imagens oníricas se multiplicam, a lógica da frase é deliberadamente sacrificada em benefício de sua musicalidade ou de um jogo de onomatopéias, o real desemboca constantemente no maravilhoso ou no fantástico. Existe, particularmente em Asturias, como em Bunuel, uma verdadeira obsessão do olho, de um olho autônomo, fora de qualquer imagem humana; encontramos igualmente no livro várias tentativas de uma escrita automática.

Depois deste romance, a obra de Asturias toma uma dupla direção, que ele mesmo definiu: "Uma social, política, popular, com personagens que falam como fala o povo guatemalteco; a outra, imaginativa, que os encerra numa espécie de ambiente e de paisagem de sonho". A tendência social pertencem três romances, que chamamos correntemente a "trilogia bananeira" e que Asturias batizou de "uma ópera dos trópicos": *A Tempestade* (1949), *O Papa Verde* (1954), *Os Olhos dos Enterrados* (1960), aos quais é preciso acrescentar os contos de *Week-End na Guatemala* (1956). O alvo de Asturias é aqui a poderosa United Fruit Company, apelidada o *povo* na América Central porque ela estendeu inexoravelmente suas plantações em detrimento dos pequenos proprietários, apoiando-se nas

autoridades civis e militares corrompidas.

A este nível da obra, a história e a ficção se reencontram. Em 1954, o governo Arbenz é derrubado; Asturias sentiu uma emoção profunda, da qual se originou *Week-End na Guatemala*, violenta condenação contra todos aqueles que participaram na queda de Arbenz; os mercenários a soldo do estrangeiro, os grandes proprietários, os Estados Unidos... A caricatura política, muitas vezes feroz, é reforçada por um frequente apelo ao fantástico. O quadro se completa com o bellissimo episódio da dança do Torotumbo, que é uma espécie de apropriação simbólica e mítica do mundo pelo povo indígena. Para Asturias, como para o peruano José María Arguedas, o povo indígena está longe de ter abdicado de toda sua cultura: o Torotumbo é a expressão da espiritualidade de um povo explorado e ferido, mas ainda bem vivo.

Uma outra solução para a alienação popular é sugerida no último livro da trilogia, *Os Olhos dos Enterrados*: os mortos despojados de suas terras e de sua dignidade mantiveram os olhos abertos; e só fecharão quando o povo tiver recuperado seus bens e sua liberdade. Um meio para chegar a isto: a greve geral; a ação social correta deve se apoiar no poder mobilizatório dos mitos: "É preciso que a greve triunfe para que se fechem os olhos dos enterrados".

A charge social, sempre presente, será entretanto cada vez menos importante na obra de Asturias. É dirigido quase que unicamente ao mito o apelo feito em *Homens de Milho* (1949), que podemos considerar como sua obra maior. Na origem do livro encontramos, como em *Lendas da Guatemala*, o *Popol Vuh*, o livro sagrado dos maias quichuas. Em 1927, depois de terem trabalhado em Paris sob a direção de George Raynaud, especialista na religião maia, José María Gonzalez de Mendoza e Miguel Angel Asturias tinham estabelecido uma

versão espanhola do *Popol Vuh*, na qual se pode ler: "De milho amarelo e de milho branco se fez a carne de nossos primeiros pais; de pasta de milho, se fez os braços e as pernas do homem". *Homens de Milho* ultrapassa de longe o conflito social ao qual se tentado frequentemente reduzi-lo: aos grandes proprietários, que dedicam enormes superfícies de terra à cultura especulativa do milho, se opõem os camponeses índios, defensores da planta sagrada.

"Mundo fechado", onde "nenhuma concessão foi feita ao leitor", segundo as próprias palavras de Asturias, o romance se apresenta como um conjunto de "histórias" autônomas, cujas relações recíprocas não se esclarecem antes do fim. *Homens de Milho* mostra, na realidade, as diferentes etapas da evolução da memória e do inconsciente coletivos; desde a epígrafe inicial, o livro é colocado sob o signo do sonho. Um belo dia, sob o golpe da bebida ou de uma emoção particularmente violenta, um mendigo cego, um tropeiro, uma proprietária de uma casa de jogo, ou a dona de um bordel refletem, sob a forma de lenda, as crenças eternas que, para a Guatemala, mergulham suas raízes no esplendor abundante dos mitos maias. Asturias foi o bardo desta memória ancestral: "Entre os índios, existe uma crença no Grande Intérprete. O Grande Intérprete é o porta-voz da tribo. E, num certo sentido, é isso que sou: o porta-voz da minha tribo".

A linguagem é então investida, na obra de Asturias, de uma dupla função: social e mítica. Despojados de seus direitos humanos mais elementares, os explorados reencontram, falando, um domínio sobre um real que lhes escapa: as empregadas domésticas, os operários das bananeiras, os soldados, as prostitutas não têm nada a não ser sua língua. Asturias cobriu seus diálogos de sarcasmos, de jogos de palavras, de onomatopéias que podem surpreender

um leitor europeu, mas que desempenham um papel compensador e liberador.

O poder de encantamento da linguagem permite a passagem da realidade à lenda. Em *Homens de Milho*, um artesão, Nieho Aquino, que partiu em busca de sua mulher, vai sendo pouco a pouco substituído por seu *nahual*, seu totem, que empreende uma verdadeira viagem de iniciação através de um mundo encantado onde a imaginação do autor tem livre curso, partindo de uma origem maravilhosa ao mesmo tempo pré-colombiana e hispânica.

Em toda a última parte da obra de Asturias, a ênfase é definitivamente colocada sobre as representações míticas e oníricas, e sobre o humanismo lírico das lendas populares. *A Poça do Mendigo* (1961) é uma nova reivindicação da onipotência do imaginário face a essa razão que, como dizem Eluard e Breton na *Imaculada Conceição*, "nos nega cotidianamente o direito de nos exprimirmos pelos meios que nos são instintivos". *Vigília de Primavera*, publicado em 1965, e *Três de Quatro Sóis*, um belo texto ao mesmo tempo inspirado e irônico, mostram quanto Asturias estava preocupado com o problema da matéria, da morte, da criação, da passagem do real ao sonho. Ao mesmo tempo, a ancestral necessidade de "contar" não o deixou nunca.

Até o último momento, não diminuiu de intensidade a atividade do romancista guatemalteco; ela parece mesmo ter crescido depois da atribuição, em 1967, do Prêmio Nobel e da renúncia às funções diplomáticas. Até o fim seus livros testemunham sua criatividade poética, a flexibilidade ora grave, ora divertida de sua prosa, seu senso do horror e do sagrado. Acima dessa obra imensa e múltipla paira a imagem palpante e alucinada de uma Guatemala fértil e assassina, da qual Asturias, apesar dos longos anos de exílio, jamais se afastara verdadeiramente.

Nota da Redação na Brasil, publicadas pela Brasiliense, existem as seguintes traduções de Angel Asturias: *O Senhor Presidente* (2.ª edição), *Week-End na Guatemala* (2.ª edição), *O Vento Forte* (2.ª edição), *O Papa Verde* (1.ª edição).

GOLPE DE MESTRE

Muitas pessoas que assistiam aos concorridos leilões promovidos pela Galeria Collectio no Rio de Janeiro e em São Paulo nos últimos anos chegaram a aventar a hipótese de que tudo não passava de uma alucinação coletiva. Os preços das obras de arte ali vendidas pareciam dotados de uma estranha capacidade de ignorar a realidade: não só eram incompatíveis com a situação econômica da população como muitas vezes irrealis em comparação com o mercado internacional de artes plásticas. Uma palavra mágica, o *boom*, parecia explicar tudo: com a queda da Bolsa de Valores, o investidor brasileiro descobria a arte como uma forma segura de especulação financeira.

A hipótese de alucinação coletiva parece agora estar definitivamente afastada. Poucos meses depois da morte de José Paulo Domingues, dono da Collectio e principal responsável pelo *boom*, em dezembro de 1973, a realidade está reivindicando os seus direitos e começa a surgir explicações racionais para os fenômenos. A Galeria Collectio acaba de pedir falência com dívidas que chegam a 40 milhões de cruzeiros e a história do milionário marchand José Paulo não é exatamente a de um *connaisseur* erudito com gênio comercial. Quanto aos leilões, bem, esses eram apenas forjados e os seus falsos compradores não gastavam um centavo, nem levavam quadros para casa.

Segundo matéria publicada pelo *Jornal do Brasil* no último dia 16, os leilões da Collectio tinham seu sucesso garantido por uma hábil e ilegal manobra de José Paulo: ele conseguia das financeiras o dinheiro para a compra de quadros apresentando listas falsas de compradores e oferecendo como garantia a própria galeria, que gozava de boa fama nos meios financeiros. O dinheiro supostamente destinado à compra dos quadros era reinvestido e os títulos iam sendo saldados. Como se vê, a arte estava ali quase por acaso: a manobra poderia ser repetida com qualquer tipo de mercadoria atraente.

Já a história de José Paulo Domingues, contada pelo *JB*, é uma pequena jóia da crônica policial, com todos os ingredientes do gênero. Falsa identidade, passado obscuro, espírito aventureiro e gosto refinado são as características dos grandes escroques e estão presentes na biografia de José Paulo, aliás, Paolo Businco, italiano que chegou ao Brasil em circunstâncias misteriosas, em 1966, e que se tornou o grande homem da arte brasileira. Por falar a "língua certa", a "língua do desenvolvimento sócio-econômico do país", ele conseguiu ter acesso aos grandes capitais e vender 28 milhões de cruzeiros em arte, no ano de 1972, o auge do *boom* das artes plásticas.

Alguns meses antes de sua morte — que agora é objeto de discussões: já se fala em suicídio ao invés de ataque cardíaco e até que ele continua vivo, escondido — José Paulo teria começado a ser desmascarado no mercado paulista, graças a uma série de negócios que não puderam ter o devido encaminhamento.

Para a arte brasileira — que de uma forma ou de outra acabou sendo movimentada com as jogadas de Paolo Businco — o inevitável, ao que tudo indica, final da Galeria Collectio, talvez possa ser sintetizada com a

famosa frase de John Lennon, em relação aos Beatles: "O sonho acabou". Talvez, no caso, o pesadelo, senão para os que negociam arte, pelo menos para artistas, como o paulista Wesley Duke Lee, que acusava a Collectio de estar criando um mercado irreal e interferindo no próprio processo de criação do artista, tentando torná-lo mais vendável.

A mecânica dos símbolos

Para vender o Dodge-Dart, a agência Denison de propaganda achou que devia acima de tudo recuperar o antigo prestígio do carro grande como símbolo de prosperidade e segurança social. E apelou para os sentimentos infantis daqueles que podem comprá-lo, incitando-os a uma vaga regressão freudiana: comprando o Dodge-Dart eles poderiam afinal recuperar aqueles bons tempos de infância quando, por serem filhos de pais ricos, e, claro, possuidores de grandes automóveis, eram os mais bem tratados do grupo.

"Estão voltando os tempos em que carro grande era só para os bens sucedidos" talvez seja um equívoco do ponto de vista de vendagem, um tiro pela culatra. Mas não deixa de ser uma pequena jóia do pensamento publicitário. Reúne, até de forma caricatural, todos os ingredientes habitualmente usados para se preparar um bom anúncio: algumas colheitas de sociologia e algumas pitadas de psicanálise e um texto melíflu e persuasivo. Quanto à "mecânica do automóvel, sua performance, seu conforto e o custo de manutenção, nada é informado.

Revendendo a escravidão

Aparentemente, não há como negar a imoralidade da escravidão. Esta espécie de relação de trabalho foi condenada não só por ser indigna da pessoa humana como por ter-se revelado, do ponto de vista econômico, improdutivo para a sociedade. O trabalho forçado, não remunerado, e a falta de liberdade do escravo não seriam, afinal, excelentes estímulos para que ele produzisse com todo o seu potencial. Esta pelo menos era a tese clássica dos economistas, desde o século XIX.

Os economistas norte-americanos Robert William Fogel e Stanley L. Engerman, autores de um dos livros mais controvertidos publicados recentemente *Time on the Cross*, (1) pretendem provar o contrário. Segundo o complexo método estatístico de que fazem uso, o período de escravidão nos Estados Unidos foi de grande crescimento econômico, graças principalmente à excepcional capacidade de trabalho da mão-de-obra escrava. Fogel e Engerman defendem a

(1) — *Time on the Cross: The Economics of American Negro Slavery*, Robert William Fogel e Stanley L. Engerman, Boston, Massachusetts, Little, Brown, 286 págs., 8.95 dólares.



paradoxal tese de que os escravos gozavam de um bom nível de vida, com um regime alimentar que excedia as normas hoje consideradas saudáveis, superior mesmo ao de um trabalhador norte-americano no ano de 1974.

Quanto à acusação de que os escravos eram levados a uma vida devassa e sem perspectivas sociais, os autores de *Time on the Cross* também têm uma resposta surpreendente. As estatísticas provariam que a moral vitoriana da maioria dos senhores brancos levava-os a defender a manutenção da família entre os escravos, reconhecendo inclusive o pai como o chefe da família. As estatísticas demonstrariam, além disso, ser relativamente pequeno o número de negras nos bordéis.

Sempre cuidadosos, reiterando o fato de que tratam apenas das condições materiais do escravo, e não das morais, Fogel e Engerman desmentem também o tráfico de escravos como um gigantesco e lucrativo negócio. Este seria uma empresa modesta, de reduzidas proporções: entre 1790 e 1860 cerca de 835 mil escravos saíram do sul dos Estados Unidos, mas 84 por cento deles acompanhavam os seus próprios donos. Já os registros de venda de escravos em Nova Orleans, por sua vez, revelam que 84 por cento dos escravos ali negociados eram indivíduos solteiros, sem família.

Discutindo Kafka

Há 50 anos, em junho de 1924, morria em Viena Franz Kafka, vítima de tuberculose. Por volta de 1930, sua obra começou a ganhar popularidade e a motivar numerosos estudos críticos, numa febre de publicações que só iria terminar na década de 50, quando o nome de Kafka difundiu-se sensivelmente a sua circulação. As teses sobre Franz Kafka poderiam ser divididas em duas grandes correntes opostas: as que o tomavam por um escritor religioso, autor de angustiadas parábolas metafísicas, e as que viam em sua obra o genial testemunho a respeito de um mundo absurdo, onde uma sociedade burocrática e autoritária transformava as pessoas em seres alienados.

Para os primeiros, o obscuro universo do escritor era povoado de símbolos religiosos e, por meio de sinuosos raciocínios, tentavam demonstrar que a autoridade invisível e inflexível que estava por trás de *O Castelo*, por exemplo, não era

senão um símbolo do Deus paternalista e punitivo dos judeus e cristãos. Já os adeptos do Kafka social insistiam em que seus livros eram sobretudo a representação da vida cultural alemã nos sombrios anos que precederam o nazismo.

Outro aspecto constantemente ressaltado em Kafka é o seu judaísmo. Judeu tcheco de fala alemã, ele jamais se referiu explicitamente ao judaísmo, mas segundo o seu editor e amigo Max Brod, o homem que salvou do fogo os manuscritos do escritor, contrariando o seu desejo, "embora a palavra judeu nunca apareça em seus escritos, eles estão entre os documentos mais judaicos de nosso tempo".

O cinquentenário da morte de Kafka parece estar coincidindo com um retorno do interesse pela sua obra. Nada menos do que três novos ensaios a seu respeito foram publicados recentemente em língua inglesa. Todos se dispõem a uma análise mais rigorosa dos mecanismos formais da escritura kafkiana, como recomenda a moderna Teoria da Literatura, mas, pelo menos segundo o *Times Literary Supplement*, não escapam inteiramente às antigas posições. O *Franz Kafka* (ED: Cambridge University Press, 220 págs., 1.95 libras) de Ronald Gray, por exemplo, faz um estudo aprofundado da linguagem e da estrutura de *O Processo* e *O Castelo*, mas sempre na linha de Kafka, o religioso. Da mesma forma, Richard Sheppard, em seu *On Kafka's Castle a Study* (Ed: Croom Helm, 234 págs., 4.95 dólares), coloca uma considerável engenhosidade para provar que *O Castelo* é na verdade o lugar da graça e que K., seu personagem principal, é um pecador.

Kafka und Nietzsche (Ed. Bouvier, 166 págs.), de Patrick Bridgwater, é naturalmente uma tese destinada a provar a influência do pensamento do filósofo alemão sobre Kafka. Mas, embora não seja impossível, ver nos livros de Kafka muitos sinais de temas nietzschianos, a constante admiração do escritor pelo filósofo, como pretende Bridgwater, é muito pouco provável: não há uma só referência a Nietzsche em todo o diário de Kafka.

Sociedade de sexologia

Impressionados com a massa crescente de informações sobre sexo na imprensa, e preocupados com a proliferação da sexologia despreparados para a função, um grupo de

médicos franceses decidiu criar a Sociedade Francesa de Sexologia Clínica, com sede em Paris. A tarefa prioritária da sociedade será criar condições para uma difusão de conhecimentos mais sérios e sistemáticos a respeito do sexo.

A nova sociedade, com a criação de um serviço de documentação e arquivo e a difusão sistemática de informações científicas sobre as questões sexuais, procurará entre outras coisas acabar com a sexologia "selvagem", baseada quase sempre em superstições e preconceitos, e que serve desde a conselheiros conjugais que escrevem em revistas femininas até a médicos, sem formação no assunto, que são constantemente solicitados por seus clientes.

A criação da Sociedade Francesa de Sexologia Clínica, cuja primeira reunião foi realizada no último dia 13, foi violentamente contestada por um grupo que se identificou como Comitê Sexpol e que fez a seguinte declaração: "Se deixarmos a Sociedade Francesa de Sexologia Clínica crescer, a vida sexual será brevemente da competência de uma instituição que se comportará como uma atenta guardiã de seus privilégios e de suas leis".

Os professores da Universidade de Vincennes, por sua vez, escreveram uma carta ao *Le Monde*, acusando a Sociedade de ser uma "operação mistificatória". Para eles, a instituição terá um caráter repressivo. "Os jovens, as mulheres, as minorias, todos aqueles que nunca tiveram direito à palavra e a quem ela continuará negada, em nome de uma grotesca caricatura de ciência, devem saber que o desejo é incoercível e não precisa de terapeutas, nem de um saber decretado do alto".

I. F. Stone em Oxford

Convidado a dar uma conferência em Oxford, na Inglaterra, um dos mais conhecidos jornalistas políticos norte-americanos, I. F. Stone, escolheu a princípio um tema adequado à tradicional erudição do recinto: a filosofia política do século XVII.

O plano inicial era o de uma conferência de três horas baseada em um grosso *dossier* com informações que incluíam processos de *impeachment* do século XVII até chegar à periclitante situação atual do presidente Nixon. Como não haveria tempo para perguntas, Stone acabou optando na última hora por uma fala livre e que possibilitasse responder às questões dos ouvintes. E, além de Watergate, ele terminou discorrendo sobre os assuntos mais polêmicos do mundo contemporâneo.

Sobre o conflito no Oriente Médio, por exemplo, I. F. Stone declarou-se "favorável a Israel", mas considera necessária a criação de um Estado Palestino nos territórios ocupados pelos israelenses. E para surpresa de muitos, elogiou a conduta de Kissinger no caso, embora seja um rigoroso crítico do governo Nixon. Quanto a Watergate, Stone não foi menos surpreendente. Para ele a crise não é sinal de decadência, mas sim de força: haveria ainda uma possibilidade de mudança.

Stone nega-se também a atribuir toda a culpa de Watergate a Nixon. "Muitos presidentes fizeram o que, ele fez, apenas nem o fez tudo ao

mesmo tempo". Perguntando se achava que a esmagadora vitória de Nixon em 1972 fora causada sobretudo pelas manobras de Watergate, ele respondeu com uma observação que faz justiça à sua fama de iconoclasta: "Não. Culpe Brejnev. Culpe Mao Tsé-tung. Deixaram Hitler bombardear Guernica, mas pelo menos ele não foi recebido como herói em visitas oficiais a Londres e Washington por ter feito isso".

O católico herético

Como parte das comemorações do centenário de nascimento do grande escritor católico Gilbert Keith Chesterton (1874-1936) foi lançado agora na Inglaterra um livro (1) reunindo ensaios sobre a pessoa e a obra do autor das famosas histórias do detetive padre Brown. Um texto de P.N. Furbank, por exemplo, tenta explicar o gosto de Chesterton pelo fantástico e pelo escatológico, até certo ponto estranho para um católico, com base num dado biográfico: devido a um distúrbio glandular, Chesterton só alcançou a puberdade aos 18 anos e era vítima de obsessivas fantasias sexuais que ele identificava como sendo a presença do diabo.

Já o escritor argentino Jorge Luis Borges notara que Chesterton tinha uma secreta tendência à heresia. Ele era capaz por vezes de transformar a inocente figura do padre Brown, um homenzinho cheio de uma simpática espécie de sabedoria cristã, em alguém diabólico, conhecedor das perversidades humanas. Em uma de suas histórias, o criminoso, descoberto graças às complicadas e ao mesmo tempo inocentes maquinacões do cérebro do padre-detetive, acaba perguntando: "Você é um diabo"? Resposta do padre Brown: "Eu sou um homem e logo tenho todos os diabos no meu coração".

(1) G. K. Chesterton: A Centenary Appraisal, Editado por John Sullivan, Ed. Elek, 5 libras.

O caso de Mary Bell

O caso da pequena Mary Bell, que aos 11 anos de idade assassinou, sem motivos aparentes, duas crianças, movimentou toda a Inglaterra em 1968. E como a constituição do país considera as crianças acima de 10 anos passíveis das mesmas penas que os adultos, ela acabou condenada à prisão perpétua, ao mesmo tempo em que era considerada "psicopata". Apesar de "psicopata", não foi internada em nenhum hospital, mas no presídio de mulheres, onde completou este ano 17 anos.

The Case of Mary Bell, de Gitta Sereny, é um relato minucioso do processo da jovem e acusa o Poder Judiciário inglês de não se preocupar seriamente em apurar de quem seria realmente a responsabilidade pelos atos cometidos por uma criança de 11 anos. A própria Mary Bell parece fornecer uma segura pista nesse sentido, ao escrever para sua mãe: "Diga aos juizes, eu leço de livros, digo a eles, que eles te ouvirão, que a culpada é você, e não eu".

COMENTÁRIO

LIVROS

Bioy Casares

O pesadelo da máquina

A MÁQUINA FANTÁSTICA (LA INVENCIÓN DE MOREL), Adolfo Bioy Casares, com prólogo de Jorge Luis Borges (Expressão e Cultura, 124 págs., Cr\$ 20,00)

Num país onde os pesadelos políticos são uma presença constante, não seria de se estranhar que esses pesadelos arrumassem fórmulas de se expressar em outros campos da manifestação humana, como a literatura, por exemplo. Entre todos os países da América Latina, é na Argentina que a literatura fantástica possui uma tradição e difusão mais ampla. Se muitos vêm na história política daquele país uma certa atmosfera kafkiana, na literatura propriamente dita, muitos são tentados a ver a presença constante de Jorge Luis Borges. Na verdade, Borges é o cume, seu exemplo mais alto, mas a literatura de cunho fantástico — na Argentina, é claro — não começa com ele.

Borges e Cortázar são praticamente os escritores argentinos que se conhece no Brasil. Depois, Adolfo Bioy Casares, com um livro já publicado entre nós, *O Diário da Guerra do Porco*. É verdade que muitos anos atrás um outro ficcionista daquele país saiu em português: Eduardo Mallea (*Todo Verdor Perecerá* — Ed. Globo) — quando foi saudado como um dos grandes escritores do continente. Sem omper com o realismo, mas transcendendo-o de certa forma, já os romances de Mallea, de Juan Carlos Onetti e Ernesto Sábato aprofundavam a problemática do homem urbano; a história da América Latina começava a ser escrita na cidade. (Incluimos um uruguiano, Onetti, porque fala-se geralmente numa literatura riopratense.) O grande precursor neste continente foi outro uruguiano (que apareceu, num artigo recente, como "paraguaio"), Horácio Quiroga, e mais tarde Felisberto Hernandez, já apontado como um dos maiores do mundo no gênero. Quiroga, meio romântico e absorvido nas leituras de Edgar Allan Poe, nos deixou um punhado de contos exemplares, distribuídos nos vários volumes de *Cuentos de la Selva*, *Cuentos de Amor*, *de Loucura y de Muerte* e *El Más Allá* (este incluindo um conto, *El Vampiro*, que é quase uma prévia de *La Invencción de Morel*, de Casares).

Preferimos chamar de fantástica a experiência de Bioy Casares, porque mais próxima do flamengo Bosch do que do espanhol Goya. É um Bosch em tom de aquarela, se isso é possível, com preocupações científicas — o infinito, a máquina de reprodução de imagens — e filosóficas — o idealismo epistemológico: o que é real, o que está na minha frente ou o que eu entendo como real? O poste da esquina pode ser uma mera impressão. (O que não se aconselha é tentar comprová-lo com uma cabeçada.) E nessa linha não faz sentido nenhum a tentativa de se resumir o livro — como faz o quarto-de-capa da edição nacional e certos

críticos — porque não é evidentemente a história que conta. Tentando resumir uma história (que na realidade é destruída no próprio fluir da narrativa) fica-se em plena ficção borgiana; com um resumo dado, pode-se construir o livro que se quiser — e tantos serão estes livros quantos forem os leitores. Elementar, Watson.

A aproximação com o escritor francês Julien Green e com certo racionalismo (infinito, ao mesmo tempo um dado e um absurdo matemático) é que talvez tenha marcado tanto Alain Robbe-Grillet, quando, no auge da *nouvelle vague* francesa, ele teria se inspirado nessa invenção de Casares para realizar a sua própria. *O Ano Passado em Marienbad*. (O que não significa que ele tenha "copiado" o livro argentino, como afirmam alguns; aliás, esta confusão é agravada pela foto da capa brasileira, uma mulher de costas, com a seguinte legenda: "Ana Karina em cena do filme". Não diz qual o filme, certamente não a famosa obra de Robbe-Grillet/Resnais, talvez uma adaptação recente, que ainda não entrou em circuito comercial, pelo menos entre nós.

Outra confusão constante em relação a este aristocrata argentino que é Bioy Casares é a ligação de seu nome com Borges. Eles estão realmente ligados, em primeiro lugar por uma amizade de mais de 40 anos — o que não significa que Bioy Casares seja um mero discípulo de Borges. O próprio autor de *El Aleph*, num ensaio autobiográfico, *Perfis* (publicado junto com os poemas de *Elogio da Sombra*, pela Globo, 1971); nos informa:

"Um dos principais acontecimentos desses anos — e de minha vida — foi o início de minha amizade com Adolfo Bioy Casares. Encontramo-nos em 1930 ou 1931, quando ele tinha cerca de 17 anos e eu recém-passara dos 30. Nesses casos sempre se presume que o homem mais velho é o mestre e o mais novo, seu discípulo. Isso talvez tenha sido correto no começo; mas vários anos mais tarde, quando começamos a trabalhar juntos, Bioy era real e secretamente o mestre".

Afirmando ainda que Bioy, "opondo-se a meu gosto pelo patético, pelo sentencioso e pelo barroco (...) levou-me gradualmente ao classicismo". Borges detalha as atividades em conjunto, entre elas a publicação de quatro livros co-assinados, *Seis Problemas para Don Idiro Parodi*, *Dois Fantasias Memoráveis* e as excelentes *Crônicas de Bustos Domecq* — além de uma frustrada tentativa de novela, *Um Modelo para a Morte*.

Difícilmente se poderia falar em influências mas sim de afinidades intelectuais, duas pessoas com as mesmas preocupações, os mesmos ideais estéticos. Da mesma forma que o nosso Machado de Assis teria afinidade com Sterne, ou uma influência que vai além, porque recriação: vejam *Memórias Póstumas de Tristram Shandy* e *Ulisses* de Joyce e a *Odisseia* de Homero. Os exemplares seriam infundáveis, pois essa é a própria essência da literatura, uma

autociclagem, uma cadeia de inter-relações.

"Os espelhos e a cópula são abomináveis porque multiplicam o número dos homens" — diz Borges num conto famoso. Se quisermos colocar o resultado da novela de Bioy Casares, diríamos que ela está toda nesta frase de Borges (é a "história", no conto *El Vampiro*, de Quiroga). Perdido numa ilha, convivendo talvez com os mortos, fantasmas de carne e osso que andam (como em Marienbad), não se sabe, nem o leitor nem os personagens, onde termina a realidade, onde começa o sonho. A invenção de Morel é uma máquina de captar o passado — e o passado projetado confunde-se com o presente, alguma coisa de tão perigoso para nossas vidas individuais como um Watergate para uma vida pública. Quais as cenas reais, quais as cenas em que somos projetados? É uma máquina terrível porque multiplica os homens, multiplica a mim mesmo (esquizofrenia?), a ponto de não saber onde estou, em que situação me encontro:

"Estava num manicômio. Após uma longa consulta (o processo?) com um médico, minha família tinha me levado para lá. Morel era diretor. Por momentos, sabia que estava na ilha, por momentos, julgava estar no manicômio; por momentos, era o diretor do manicômio" (pág. 64).

A leitura conjunta de *A Máquina Fantástica* e do conto de Borges referido acima, *Tlon, Uqbar, Orbis Tertius*, dá uma idéia perfeita do inter-relacionamento desses dois autores: Casares, mestre de Borges, por sua vez, mestre de Casares. O conto foi escrito no mesmo ano de publicação de *Morel*, 1940. A "confluência" torna-se evidente quando sabemos que Bioy Casares é um dos personagens: ele é quem chega ao autor e lhe fala da afirmação de "um dos heresiarcas de Uqbar" (a frase sobre os espelhos e a cópula). É a partir daí que o conto, escrito em forma de (falso) ensaio, se desenvolve. É a preocupação com o irreal é a mesma, tanto na ilha de Morel quanto no clima do conto de Borges, e aqui desde os autores e livros citados (inexistentes) até o lugar ou personagem. Trecho de Borges: "O fato se deu há cinco anos. Bioy Casares jantara comigo naquela noite, demonstrou-nos uma vasta polêmica sobre a feitura de um romance em primeira pessoa, cujo narrador omitisse ou desfigurasse os fatos e caísse em diversas contradições, que permitissem a poucos leitores — a muito poucos leitores — adivinhar uma realidade atroz ou banal. Do fundo remoto do corredor, o espelho nos espreitava. Descobrimos (em plena noite esse descobrimento é inevitável) que os espelhos têm alguma coisa de monstruoso" (*In Nova Antologia Pessoal*, Globo, pág. 82).

Não seria esse o resumo? a crítica e também a própria origem de *La Invencción de Morel*? Só Borges e Casares poderiam dizer se foi realmente naquela noite, depois de um lauto jantar portenho, que começaram a nascer essas duas obras surpreendentes da literatura latino-americana: o conto de um e a novela de outro. Mas qual surgiu primeiro? O ovo ou a galinha?

Na ilha de Morel e, seus co-habitantes, depois das projeções de sua máquina diabólica, a vida torna-se impensável, pior que em 1984, de Orwell.

"Se a ilha afundasse — à exceção dos locais onde estão as máquinas e os projetores — as imagens, o museu, a própria ilha continuariam a ser vistos".

Note-se que ele não escreve "continuariam a existir". Voltamos aqui ao idealismo filosófico que tanto encantou: "esses dois autores. O que é visto não significa, necessariamente, que exista. Portanto, o que existe pode ser incorpóreo, invisível, pode existir concretamente apenas dentro da minha cabeça. Em termos de visão filosófica, é claro que poderemos contestá-los (o argumento da cabeçada no poste é simplório mas funciona) — mas isso seria uma distorção da nossa parte, pela simples razão de que eles não são filósofos. Eles estão fazendo, criando, escrevendo ficção — e a filosofia para eles é pouco mais do que metáfora, jogo, elemento de composição do fazer literário. Borges, no mesmo conto, diz que a metafísica (para os habitantes de Tlon, e para os autores, por extensão) é considerada um mero ramo da literatura fantástica: não se procura a verdade, nem mesmo a verossimilhança (que seria naturalismo, em ficção), mas "buscam o assombro".

Assombrar-nos ou não com a literatura de Borges e Bioy Casares é coisa que depende de cada um de nós. O que não se pode é julgá-los na base rasteira de "é um escritor alienado" — o que é afirmar de maneira diametralmente oposta o que eles realmente são: testemunhos de um tempo de alienação. Escritores de elite, criadores indiscutíveis, humoristas à inglesa (mesmo as entrevistas reacionárias de Borges não seriam afirmações para chocar, causar "assombro"?), eles estão sobretudo perplexos e rindo do que existe à nossa volta. Literatura participante deveria ser uma expressão mais ampla: que os englobasse. Porque não há como negar sua importância, em comparação por exemplo com certos escritores bem intencionados politicamente (na teoria: a prática é outra), mas tão chifrim literalmente. Estes existem, por aí, reais, e às vezes mais realistas do que o rei. Entrando Academia adentro, por exemplo — uma instituição tão absurda quanto a ilha de Casares/Morel.

P.S.: Quem puder, leia o livro no original. (Flávio Moreira da Costa)

Na era da apologia

NOSSA SENHORA DOS ALAGADOS, Ruy Santos (José Olympio, 245 págs., Cr\$ 30,00)

MEMÓRIAS E CONSIDERAÇÕES DE UM CÃO VADIO, Alberto Gallo (Edições Borsari, 178 págs., Cr\$ 20,00)

DEPOIS DO ULTIMO TREM, Josué Guimarães (José Olympio, 141 págs., Cr\$ 18,00)

O autor de *Nossa Senhora dos Alagados*, Ruy Santos, é menos desconhecido como senador pela Bahia (ARENA). Dedicado aos "homens e mulheres que nesse mundo de hoje,

alimentado pelo ódio, ainda praticam o bem", o romance nos evoca as palavras de Umberto Eco a respeito de Eugène Sue: como o escritor francês também o nosso parece desejar que "alguma coisa mude para que tudo fique exatamente como está".

A partir da visão maniqueísta da dedicatória descreve o autor as atividades da irmã Maria José, responsável por um abrigo para pobres e desvalidos em Salvador. A freirinha, para os cultuadores dos esquemas, seria o paradigma do Bem, sob o qual poderíamos enumerar uma série de personagens que primariamente se oporiam a uma outra lista de representantes do Mal.

A construção alegórica e caricatural dos personagens faz com que os mesmos não cheguem "a despertar o interesse do leitor, como é o caso de um bispo (d. Heitor), que segundo o autor estaria sequioso de publicidade pessoal, consentindo por isso em ser um veículo através do qual seriam sopradas as palavras de ordem de interesse exótico. Estereótipo grosseiro, tanto esse como os demais personagens são sombras vazias que dão o ensejo ao autor de extravar seus preconceitos.

Em ambiente tão propício não poderia faltar o kitsch, marcando presença em expressões como "aquele sorriso de convite para o pecado", "mulher fatal", etc. Este festival de erros e sandices, por onde desfilam mocinhas ruborizadas e militantes sanguinários, arrasta-se, para infatigável do leitor, por mais de 200 páginas.

Com um número um pouco menor de páginas (diferença que lhe pode ser atribuída como valor positivo) *Memórias e Considerações de um Cão Vadio* apresenta-se inicialmente com o clichê da despreensão, justificado por seu autor ao afirmar que "mais vale uma razoável mediocridade do que uma saliência mediocre". Baseando-se nesta jóia da intuição cotidiana e através da ótica "imparcial" de um cachorro que fala, Alberto Gallo pretende recolocar em cena o velho mito positivista da imparcialidade do sujeito com relação ao objeto no discurso das ciências sociais.

Pensa o autor que mascarando mecanicamente seu discurso atrás dessa mediação canina conseguirá dar ao leitor a ilusão de que seus comentários a respeito de questões como "moral", "justiça", etc. são feitos por um observador isento, e por isso mesmo mais seguro em suas observações. A fórmula é antiga; remonta certamente ao tempo em que os bichos falavam; só que nessa época eles não se metiam em assuntos humanos. O tom proverbial colado à mística do vagabundo genial confere o acabamento da obra, que ainda como arremates últimos nos presenteia com palavras como enxúndia, fúfia e esgrouviada.

O último trem

Logo no início de *Depois do Último Trem*, do gaúcho Josué Guimarães, sente-se uma tentativa séria de construção de uma narrativa na qual os personagens e os acontecimentos do mundo exterior estejam estreitamente ligados, numa relação mesmo orgânica, que lhes permita ressaltar criticamente os traços mais significativos e atuais da prática social.

O romance narra a gradativa decomposição social de uma pequena

continua na página 20

TEATRO PRINCESA ISABEL — Reservas: 236-3724
Antonio Carlos de Andrada e
Classe Produções Artísticas apresentam

A TEORIA NA PRÁTICA É A OUTRA

comédia de Ana Diosdado
na versão de Armando Blanco
Canção-tema: Edu Lobo e Paulo César Pinheiro

com: Gracindo Júnior, Débora Duarte, Fábio Sabag,
Regina Viana, Vinicius Salvatori, Pedro Paulo Rangel
Direção: Antonio Pedro

De 3.ª a 6.ª: 21h30m — Sáb.: 20h30m e 22h30m
Doms.: 18h e 21h30m — Estudantes: Cr\$ 15,00

Depois do extraordinário sucesso de crítica e público em São Paulo, o TEATRO VIVO apresenta

O que mantém um homem vivo?
de Bertolt Brecht
com RENATO BORGHI
(Melhor ator: Molière 66 67 e APCA 67)
e ESTER GOES
(Melhor atriz de 1973 em São Paulo)

Músicas de Kurt Weill e Jards Macalé

dianamente às 21h Sáb.: 19h30m e 22h30m Domingo: 18h e 21h
TEATRO IPANEMA R. Prudente de Moraes, 874. Reservas: tel. 247 9794

Últimas semanas da peça
mais controversa dos últimos anos

"ANTI-NELSON RODRIGUES"
de Nelson Rodrigues

Temporada popular
Cr\$ 5,00 e Cr\$ 10,00

TEATRO NACIONAL DE COMÉDIA — Tel. 222-0367
Liberada a partir de 18 anos
De quarta a domingo: 21 horas, sábado: 20 horas e 22h30m
Vespertais — quinta: 17 horas e domingo: 18 horas

continuação da página 19

cidade condenada à inundação pelas águas provenientes da construção de uma barragem na região. A ameaça da destruição inevitável paira por sobre os personagens, impelindo-os à ação imediata diante de uma situação concreta para a qual nem todos estavam preparados. Alguns se deixam morrer (como o pai do personagem central) trancados num quarto; outros partem, assumindo na fuga relações (tidas como adúlteras) que jamais ousaram expor ao fechado mundo do vilarejo; e há ainda o caso do pescador, com traços reais de liderança, que tenta organizar uma resistência às obras, e que termina com o corpo crivado de balas.

A construção dos personagens no romance de José Guimarães não se limita à frívola descrição de estados de ânimo; os habitantes da cidade não são meros acessórios da trama, são antes o motor que engendra essa mesma trama. Suas ações não são reveladas ao leitor pela maneira como se deram, e sim pela maneira por que se deram.

Na narrativa de *Depois do Último Trem* os fatos concretos essenciais nos são dados a conhecer com a utilização mais restrita e econômica das palavras, revelando com isso seu autor um domínio seguro da linguagem literária, que em nenhum momento desce ao nível das considerações intuitivas de primeira instância da ilusória realidade do cotidiano. Por essa preponderante razão o romance nos serve como amostra de que, mesmo num tempo de ufanismo apologetico, é possível segurar a desenfadada corrida do senso comum, opondo-lhe a firme construção de uma linguagem essencialmente literária, veiculadora também por isso de uma cultura de resistência. (João Carlos Pádua)

CINEMA Industrial, cultural e polêmico

O Festival de Cannes (neste ano de 9 a 24 de maio) é divulgado principalmente no que tem de acontecimento mudano, social. Entretanto o que predomina no Festival é o mercado de vendas de filmes para distribuição em todo o mundo.

Enquanto dura o Festival, todo dia, das oito até as duas da madrugada, numas oito salas, produtores apresentam filmes a eventuais compradores. A maior parte dos produtores são europeus e americanos e os compradores do mundo inteiro. O que está à margem do mercado serve antes de verniz cultural e mundano ao Festival. Os ternos cinza dos ricos distribuidores que se hospedam nos palácios e andam de Rolls Royce misturam-se às roupas suntuosas das grandes damas da sociedade e aos vestidos transparentes das atrizes. Os produtores e diretores são os parentes pobres da festa, muitos hospedam-se em pequenos hotéis baratos.

Enquanto a real atividade do Festival é a venda de filmes, a mundanidade e a cultura fornecem matéria-prima para a imprensa que transmite a visão oficial e sedutora do Festival. Essa função, por exemplo, das conferências de imprensa em que diretores brilhantes conseguem se sair honrosamente (Resnais), principalmente quando não respondem às perguntas que lhes fazem os jornalistas; mas em geral os diretores repetem incansavelmente o que já disseram aos mesmos jornalistas em outras conferências; ou dizem qualquer coisa que possa ser publicado entre aspas. Assim Joseph Larraz, do filme inglês em competição *Sintomas*:

Jornalista: Dizem que o sr. gosta do medo. É verdade?
Larraz: Sim.

Jornalista: O sr. poderia nos dizer por que?

Larraz: Vivemos numa época sem emoção. O medo ainda é uma emoção. por isto gosto do medo.

Isto é a cultura, para os jornalistas. Para os fotógrafos, matéria-prima será Fittipaldi num calhambeque sorrindo ao lado da linda atriz de peitos nus.

Um festival de tal amplitude (quase 1.500 jornalistas) custa muito caro. Como é fundamentalmente um mercado, ele seria inviável sem a colaboração financeira das grandes companhias americanas, que se revezam cada ano. Corre o boato de que este ano os principais financiadores foram a United Artist e a Universal.

A mercadoria de maior interesse neste Festival foi o chamado *pornô*, que pouco tem a ver com as infantis comédias eróticas realizadas no Brasil. A imensa quantidade de filmes pornográficos que provêm da França, Alemanha, Estados Unidos, Suécia, Dinamarca tem uma vantagem indiscutível: acaba com a pornografia velada, feita de sugestões grosseiras; acaba com as sessões privadas de *cinema cochon*. Quem quiser ver órgãos genitais em ação, é só pagar o ingresso e entrar. Entra muita gente e é um negócio. Em geral trata-se de filmes indigentes cuja ação se limita a propiciar situações adequadas: após a saída do marido para o serviço, a esposa recebe a visita do padreiro, e depois do carteiro, e depois dos encanadores, e depois ela vai visitar uma amiga antes de ir para o dentista. Mas há uma reação no sentido de procurar enredos mais complexos e mais adequados ao gênero, por exemplo: *Garganta Profunda*, história de uma mulher que só consegue ter prazer na garganta. Há filmes cômicos de excelente qualidade, como *A Penetração*, e até filme de arte: *Sonhos Umidos*, série de episódios dirigidos por vários diretores, entre os quais Nicholas Ray.

A evasão suficiente

O Brasil também esteve presente no mercado, com sete filmes. Três que foram apresentados na Quinzena dos

Realizadores: *Vai Trabalhar Vagabundo* (Hugo Carvana), *A Noite dos Espantalhos* (Sergio Ricardo) e *A Rainha Diaba* (Antonio Carlos Fontoura), que entrou para substituir *Jirá* cuja cópia não chegou. E mais *O Segredo da Rosa* (Vanja Orico), *Os Condenados* (Zelito Viana), *O Descarte* (Anselmo Duarte) e *O Último Extase* (Khoury). Evidentemente, os filmes brasileiros não têm mais o sucesso que tiveram.

Assim mesmo os filmes brasileiros da Quinzena agradaram razoavelmente. *A Noite dos Espantalhos* pelo aspecto tropicalista da encenação, embora o público europeu não tenha entendido a problemática. Os filmes de Carvana e Fontoura seduziram pelo humorismo, pelas relações descontraídas entre os personagens e atores.

Sete filmes no mercado é bastante para um país que não é industrializado. Mas não há a menor organização para a venda. Não há material publicitário, as projeções para distribuidores são mal anunciadas. *Os Condenados*, por exemplo, teve uma projeção numa sala praticamente vazia, e a sessão não constava do programa publicado diariamente em *Le Bulletin du Festival International de Cannes*. Resulta que os diretores presentes devem fazer eles mesmos o trabalho publicitário, os filmes dos diretores ausentes não são amparados, e os funcionários que representam a Embafilme em Cannes não demonstram interesse suficiente pelos filmes.

O Festival se encerrou sob o signo do novo presidente da República Giscard d'Estaing. Grande parte dos cineastas e jornalistas franceses presentes não escondeu sua decepção. O Festival publicou o programa de Valéry Giscard d'Estaing para o cinema. Reafirma ser o cinema uma arte, uma indústria e um comércio e diz que a grande tarefa do cinema é o "divertimento": "Dou a esta palavra o sentido forte que lhe dava Pascal e que não é sinônimo de distração, mas significa desviar o espírito de suas preocupações cotidianas. O cinema é evasão de que todos nós precisamos, e se o cinema fosse apenas isso, já seria o suficiente". (Carlos Murao)

Sebastiao Nery

Socialismo com Liberdade

Tristão de Athayde:
"Magníficas crônicas sobre a Europa de hoje"
Hélio Fernandes:
"Um livro magnífico"
José Cândido de Carvalho:
"Hoje um dos escritores mais fascinantes do Brasil"

Em todas as livrarias
EDITORA PAZ E TERRA — Av. Rio Branco, 156/1222/GB

GUILHERME ARAUJO APRESENTA

GILBERTO GIL

Participação de:
Aloísio Milanez — piano
Frederico Oliveira — guitarra
Francisco Azevedo — percussão
Tuti Moreno — bateria
Rubens Sabino — baixo
Direção Musical — Gilberto Gil

TEATRO TEREZA RAQUEL
Tel.: 235-1113 (curça temporada)
estréia dia 11 de junho

estudante Cr\$ 20,00 inteira Cr\$ 30,00

Artista exclusivo da Philips



O jogo arriscado

Leonard Barden

Um dilema persistente em partidas de torneios é entre manter uma vantagem posicional por meios simples, com o risco de acabar ficando com jogo igual ou inferior, ou forçar a mão entrando em complicações, plano que às vezes dá ao adversário boas possibilidades de contra-jogo. A escolha pode reduzir-se a uma questão de preferência individual. Um jogador posicional normalmente tentará enfatizar o tema estratégico, apremendo a vantagem no final, enquanto um jogador com bom golpe de vista tático tenderá a fazer sacrifícios arriscados baseando-se em que ele analisará melhor as agudas complicações decorrentes dele.

Deixando de lado o estilo individual, a regra prática na maior parte dos casos é optar pelo método simples de manter uma vantagem, em vez de complicar. Quando há mais coisas a calcular, são maiores as possibilidades de um erro humano. Além disso, normalmente acontece que nestes casos o atacante tem que pensar muito mais; ele tem de escolher a melhor dentre uma variedade de idéias de sacrifício, ao passo que o defensor tem meramente que decidir se deve ou não capturar uma peça oferecida. A única situação em que é vantajoso complicar é um ataque direto contra o rei, no qual a pressão sobre o defensor é mais imediata, ao passo que uma imprecisão do atacante normalmente ainda lhe deixa muitas possibilidades práticas.

A partida desta semana, jogada no Campeonato Aberto dos EUA em Ventura, Califórnia, mostra como perder, numa boa posição, por não manter o jogo simples. As brancas confinaram o seu adversário (um grande mestre) numa posição defensiva e asfixiada, mas resolveram fazer um sacrifício aparentemente promissor, sem consideração de um contra-ataque à distância. As notas baseiam-se nas do vencedor, em *Chess Life and Review*.

Kim Commons — Samuel Reshevsky

Índia do Rei, sistema Iugoslavo.

1 P4D C3BR 2 C3BR P3CR 3 P4B B2C 4 P3CR P4B 5 PSD P3D 6 B2C 0-0 7 0-0 C3T 8 C3B C2B 9 B4B P3TD 10 P4TD T1C 11 P5T P4CD 12 PXP e.p. TXP 13 T2T. Lance de Kortchnoi, visando proteger o PCD enquanto prepara ou D1T ou P3C e T2D.

13...T1R! Isto parece melhor que o B2D de partidas anteriores, já que as melhores possibilidades de contra-jogo das negras estão em P3R ou P4R.

14 C4TD T1C. Aqui é mais seguro 14...T2C, com a idéia de que se 15 P3C 16 PXP CXP 17 BXP? As negras ganham com 17...T2D.

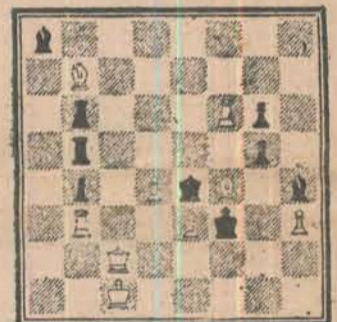
15 P3C B4B 16 C1R D1B 17 P3B B6T 18 P4R BxB 19 RxB D2C 20 T3T C4T 21 B3R P3R 22 P4CR C3B 23 B4B. Se 23 P5R C(3)PD 24 PXC CXP 25 B2D BXP com três peões em troca da peça e com possibilidades aproximadamente iguais.

23...PXP 24 BXP? As brancas jogaram bem até este ponto e poderiam manter a pressão com o simples 24 PRXP. A idéia tática de 24 BXP parece promissora, mas as brancas não viram que na posição crítica do lance 27 a dama negra em 2R atacará à distância a torre branca de 3TD.

24...PXP 25 CXP D3B 26 BXC DxB 27 CXP D2R 28 CXT DXT 29 PXP? As brancas ainda estão atordoadas por seu erro de cálculo e simplesmente dão de graça um cavalo e a partida. O melhor é 29 C7D P6R 30 CXC BXC 31 D2R DXP com uma longa luta ainda pela frente. O segundo erro das brancas confirma uma teoria excêntrica de Bronstein de que não se deve refutar um lance fraco do adversário, porque não passa de prelúdio a um lance pior ainda.

29...TxC 30 P5R D7C+ 31 T2B DXP 32 C3B D5B 33 Abandonam.

Problema N.º 78



As brancas dão mate em dois lances, contra qualquer defesa (por E. E. Westbury).

Posição das peças: b7 — 1B6 — 113Tpl — 114pl — 111Pd1b1b — 112Pr1P — 2D5 — 2R5.

Solução do N.º 77

1 D4C (ameaça 2 D4B). Se 1...CXP+ desc. 2 C(5B)3R, ou se C qualquer outro lance com xeque 2 C(5B)3R, ou se BXP+ 2 C7R, ou se B(2D) se mexe com xeque 2 C7C.

ASSINE OPINIÃO

DUTRA (1883-1974)

opinião

O entendimento
Brasil-Argentina



Envie junto com este cupom 190 cruzeiros no caso da assinatura anual e 95 cruzeiros no caso de ser semestral. Ou 40 dólares se a assinatura for anual para o exterior e 20 dólares se for semestral. O pagamento pode ser feito por cheque ou vale postal e deve ser enviado para Editora Inúbia Ltda. à Rua Abade Ramos, 78 Jardim Botânico — Rio de Janeiro — Guanabara — Brasil. Ou, no caso de assinaturas para a Europa, diretamente a Laymer Garcia dos Santos, BP. 05-07 — 75.327 Paris Cedex 07.

Nome _____

Rua _____ N.º _____

Cidade _____ Estado _____